

Relatório e Contas 2000

Relatório e Contas 2000



EDP
Electricidade de Portugal, S.A.



Índice

Mensagem do Presidente	7
O Grupo EDP	11
PRINCIPAIS DADOS CONSOLIDADOS	11
ORGANIGRAMA	13
ORGÃOS SOCIAIS DA EDP	15
Relatório de Gestão	17
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	19
AS QUATRO ÁREAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO	21
ELECTRICIDADE EM PORTUGAL	22
MULTI-SERVIÇOS (<i>MULTI-UTILITY</i>)	43
INTERNACIONALIZAÇÃO	46
TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	52
POLÍTICAS DE GESTÃO	57
ACTIVIDADES DE SUPORTE	62
A EDP NO MERCADO DE CAPITAIS	67
EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	73
FACTOS RELEVANTES	86
PERSPECTIVAS PARA 2001	89
REFERÊNCIAS ESPECIAIS	90
Documentos de Prestação de Contas Consolidadas	93
Documentos de Apreciação e Certificação	165
Anexos	175
ESTRUTURA ACCIONISTA DA EDP	177
ACÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDP	178
CARGOS SOCIAIS DESEMPENHADOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDP	179
SÍNTESE DE ELEMENTOS DAS EMPRESAS DO GRUPO EDP	182
ELECTRICIDADE: DADOS GERAIS DA ACTIVIDADE PARTICIPADAS INTERNACIONAIS	186
	194





Mensagem do Presidente

Senhores Accionistas,

O Grupo EDP deu início, neste começo de século, a uma importante etapa da sua vida empresarial. Esta nova etapa, baseada em quatro pilares de uma renovada estratégia de actuação, tem como objectivo o crescimento sustentado do Grupo e a criação contínua de valor para os seus Accionistas.

Trata-se de preservar a nossa liderança no sector eléctrico nacional; de consolidar e alargar as posições tomadas em matéria de internacionalização; de aproveitar as oportunidades que temos de nos transformarmos num grande Grupo multi-serviços; e de explorar as potencialidades de actividades promissoras nas áreas das telecomunicações e das tecnologias de informação.

Foi no último trimestre do ano 2000 – período em que se verificou a quarta fase de Privatização da EDP – que assumi, com orgulho, a Presidência do Conselho de Administração do Grupo EDP e a responsabilidade de orientar os destinos do Grupo na resposta aos grandes desafios que se avizinham.

A quarta fase de Privatização constituiu, por si só, um facto representativo de uma viragem significativa na vida da Empresa que, após a alienação pelo Estado Português de mais 20% do capital, passou a ser maioritariamente detida por accionistas privados.

Esta última fase de Privatização da EDP decorreu num contexto bem diferente das fases anteriores, enquadrando-se numa conjuntura económica mundial mais vulnerável e num período de acrescida instabilidade global dos mercados de capitais.

Logrando compensar, de algum modo, a menos boa envolvente externa, os 20% do capital do Grupo EDP que nesta quarta fase foram colocados no mercado referiam-se a um Grupo empresarial bem diferente do que havia sido apresentado aos investidores em anteriores fases de privatização. Com efeito, o sucesso desta oferta deveu-se, não só à solidez e credibilidade do nosso negócio tradicional – a electricidade – mas também à imagem de renovação, dinamismo e flexibilidade empresarial que nos é reconhecida pela concretização de um ambicioso processo de internacionalização e pelos primeiros passos dados no sentido da construção de um Grupo capaz de oferecer aos seus clientes uma multiplicidade de serviços com qualidade acrescida.

Precedendo a quarta fase de Privatização e em antecipação à alteração da estrutura accionista do Grupo EDP, o Estado Português decidiu proceder à autonomização da REN – Rede Eléctrica Nacional, tendo adquirido 70% do capital dessa empresa. Esta operação veio permitir ao Estado manter uma participação de controlo directo sobre a concessionária da Rede Nacional de Transporte e assim continuar a garantir a transparência do sistema de transporte de energia eléctrica, num contexto de progressiva liberalização do sector.

Voltando aos quatro pilares de actuação estratégica, importa, nesta ocasião, informar os Senhores Accionistas sobre o que de mais relevante se passou durante o exercício.

No que respeita ao sector eléctrico nacional, o exercício de 2000 ficou marcado pela manutenção de níveis

elevados do custo dos combustíveis para produção de electricidade e pela adesão ao Sistema Eléctrico Não Vinculado de cerca de duas dezenas de clientes até então ligados ao Sistema Eléctrico Público.

Face a uma crescente tendência europeia de implementação de políticas de liberalização do sector eléctrico, a EDP respondeu prontamente em duas frentes, quer ao nível do SEP – Sistema Eléctrico de Serviço Público, quer ao nível do SENV – Sistema Eléctrico Não Vinculado. No primeiro caso, desenvolvendo a área comercial da empresa de distribuição integrada no SEP – a EDP Distribuição – de modo a criar condições para um melhor relacionamento com os seus clientes. No segundo caso, actuando no âmbito do SENV por intermédio da EDP Energia, uma empresa dedicada a servir os clientes que integram esse sistema de mercado. Por outro lado, de modo a dar resposta às futuras necessidades do SENV, o Grupo EDP decidiu dar início ao processo de construção de uma nova central de ciclo combinado a gás natural com capacidade instalada de 800 MW.

Em termos internacionais, mereceu especial destaque a presença do Grupo EDP no Brasil, onde ocupa um lugar cimeiro entre os maiores investidores no sector eléctrico. Para além de ter iniciado projectos na área da produção de electricidade, a EDP passou a deter o controlo accionista e operacional da Bandeirante Energia, S.A. – uma empresa de distribuição de electricidade do Estado de S. Paulo – após o sucesso de uma Oferta Pública de Aquisição lançada em Novembro.

Relativamente à presença do Grupo EDP no sector das Telecomunicações, o significado estratégico da forte aposta nesta área materializa-se no projecto ONI. Este projecto, desenvolvido em parceria com outros dois grandes grupos económicos nacionais, o Banco

Comercial Português e a Galp Energia, constitui o primeiro passo de uma segura caminhada para um papel de grande destaque nesta área. O alargamento da actividade do Grupo EDP para este sector seguiu uma lógica de racionalização das infra-estruturas existentes e de aproveitamento da oportunidade criada pela liberalização do mercado de telecomunicações nacional. Tirando partido da proximidade e bom relacionamento com os mais de cinco milhões de clientes de electricidade, pretendemos maximizar o valor da infra-estrutura de fibra óptica do Grupo EDP.

A criação da ONI representou um passo decisivo na implementação da nossa estratégia de telecomunicações: no ano de 2000 esta empresa iniciou a sua actividade como operadora da rede fixa de telecomunicações, tendo alcançado uma posição de claro destaque entre os novos operadores. Ainda no ano de 2000, a ONI liderou um consórcio de empresas – ONI Way – ao qual foi atribuído, em concurso público, uma das quatro licenças de operador de telecomunicações móveis de terceira geração (UMTS).

O Grupo prosseguiu também uma estratégia de aproximação aos principais operadores nacionais dos sectores da Água e Saneamento (AdP – Águas de Portugal) e do Petróleo e Gás Natural (GALP Energia), no sentido de desenvolver a capacidade para oferecer, de uma forma inovadora, um leque diversificado de serviços aos seus clientes.

Os Resultados Líquidos do Grupo EDP ascenderam, no ano de 2000, a 110 milhões de contos, um aumento de 6,8% em relação ao ano anterior. Os Resultados Operacionais do Grupo apresentaram, por outro lado, um decréscimo, motivado por três factores preponderantes. O primeiro, prende-se com a perda da margem



operacional relativa à REN decorrente da sua alienação ao Estado Português e cujos efeitos estão compensados, em alguma medida, nos Resultados Financeiros. O segundo, decorre da consolidação dos resultados operacionais negativos do negócio de telecomunicações – como é normal nos primeiros anos de operações de qualquer empresa. O terceiro, prende-se com o reconhecimento antecipado, como uma redução às vendas de electricidade a clientes finais, de ajustes tarifários que, de acordo com a regulação em vigor, estão já reflectidos nas tarifas de 2001 (em parte) ou virão a ser considerados nas tarifas de 2002 (noutra parte).

Não obstante o elevado esforço de investimento no negócio de electricidade em Portugal e no Brasil, bem como no início da actividade de telecomunicações, o Conselho de Administração do Grupo EDP propôs, na Assembleia Geral de Accionistas, a distribuição de um dividendo de 28 Escudos por acção, equivalente ao distribuído no ano anterior. O dividendo proposto representa 76% dos Resultados Líquidos do corrente ano e reflecte claramente o empenho do Grupo EDP em partilhar com todos os seus Accionistas grande parte do valor criado pela empresa.

Estamos num momento de indubitável progresso. Mas não é um momento fácil. Porque estamos num cenário em que temos de garantir a sólida posição que detemos no presente e, em simultâneo, estruturar o futuro com toda a gama de desafios que ele encerra.

Queremos transmitir uma nova imagem institucional da EDP. Uma imagem onde convergem valores tradicionais como a segurança e a solidez da empresa, a orientação para o Cliente, a procura constante de criação de valor para o Accionista, e se reforçam, em simultâneo, novos conceitos como a inovação e a moti-

vação para a mudança, patentes na expansão para novas áreas de negócio e para mercados com elevado potencial de crescimento.

Cabe-nos a árdua, mas estimulante, tarefa de dar existência real a essa imagem. Vamos fazê-lo melhorando a qualidade do nosso serviço, aumentando a eficiência das nossas áreas de negócio, criando valor em todas as frentes em que estamos envolvidos. Queremos, igualmente, dar continuidade à nossa condição de empresa-cidadã, de que muito nos orgulhamos, e que inclui nas suas preocupações a participação activa no espaço da cultura, da preservação do ambiente e do debate sobre o desenvolvimento sustentável.

Em nome do Conselho de Administração reafirmo a minha confiança na estratégia definida e a determinação posta na sua implementação, com a certeza de poder contar com a capacidade do Grupo EDP para assegurar uma maior satisfação dos seus Clientes, uma maior realização dos seus Colaboradores e a permanente criação de valor para os seus Accionistas.

Francisco de la Fuente Sánchez
Presidente



O Grupo EDP

Principais Dados Consolidados	2000	1999	Var. 00/99
Dados Económico-financeiros (milhões de escudos)			
Volume de Negócios (1)	771.153	615.883	25,2%
Resultados Operacionais	145.222	181.702	-20,1%
Resultados Líquidos	110.059	103.035	6,8%
Cash-Flow antes de Investimento (2)	243.982	234.082	4,2%
Investimento Operacional	127.042	125.738	1,0%
Investimento Financeiro	310.118	182.089	70,3%
Activo Líquido	2.984.562	2.748.522	8,6%
Capitais Próprios	1.243.937	1.214.897	2,4%
Passivo Total	1.733.158	1.533.624	13,0%
Passivo Financeiro	1.004.890	875.837	14,7%
Capitalização Bolsista	2.117.090	2.084.612	1,6%
Indicadores (em %)			
Rentabilidade dos Capitais Próprios (3)	8,8	8,5	4,3%
Estrutura Financeira (4)	80,8	72,1	12,1%
Solvabilidade (5)	172,2	179,2	-3,9%
Elementos de Actividade			
Número de Trabalhadores			
Electricidade	12.722	13.879	-8,3%
Telecomunicações Et Tecnologias Informação	10.526	12.051	-12,7%
Outros	1.470	1.095	34,2%
Outros	726	733	-1,0%
Electricidade em Portugal			
Produção de Energia Eléctrica (GWh)	25.754	25.112	2,6%
Vendas de Energia Eléctrica (GWh)	34.176	32.280	5,9%
Número de Clientes de Electricidade	5.415.313	5.291.520	2,3%
SEP	5.415.304	5.291.520	2,3%
SENV	9	-	
Clientes / Trabalhadores Distribuição	659	586	12,4%
Vendas Distribuição / Trabalhadores Distribuição (contos)	73.401	65.329	12,4%
Telecomunicações e Tecnologias de Informação			
Número de Linhas de Telefone	290.652	n.a.	
Número de Cartões de Pré-pagamento	472.787	n.a.	
Contas de Internet Registadas	263.576	n.a.	
Serviço Telefónico Acumulado (minutos)	115.000.000	n.a.	
Serviço Acesso Internet Acumulado (minutos)	223.000.000	n.a.	
Internacionalização			
Vendas de Electricidade (GWh) (6)	53.765	48.799	10,2%
Número de Clientes (6)	8.224.974	7.536.302	9,1%
Número de Trabalhadores (6)	12.524	11.232	11,5%

(1) A variação do Volume de Negócios é, em grande parte, reflexo do impacto contabilístico da desconexão da REN no 2º semestre de 2000. Por esse efeito, o valor das Vendas de Electricidade de 2000 inclui, para além das vendas da EDP Distribuição, as vendas da CPPE+Enernova (empresas de produção da EDP) à REN (Rede de Transporte) no valor de 120 milhões de contos. O volume de Negócios em 2000 não é, portanto, comparável com 1999.

(2) Resultados Líquidos + Amortizações + Provisões Líquidas +/- Correção de Hidraulicidade

(3) Resultados Líquidos / Capitais Próprios

(4) Passivo Financeiro / Capitais Próprios

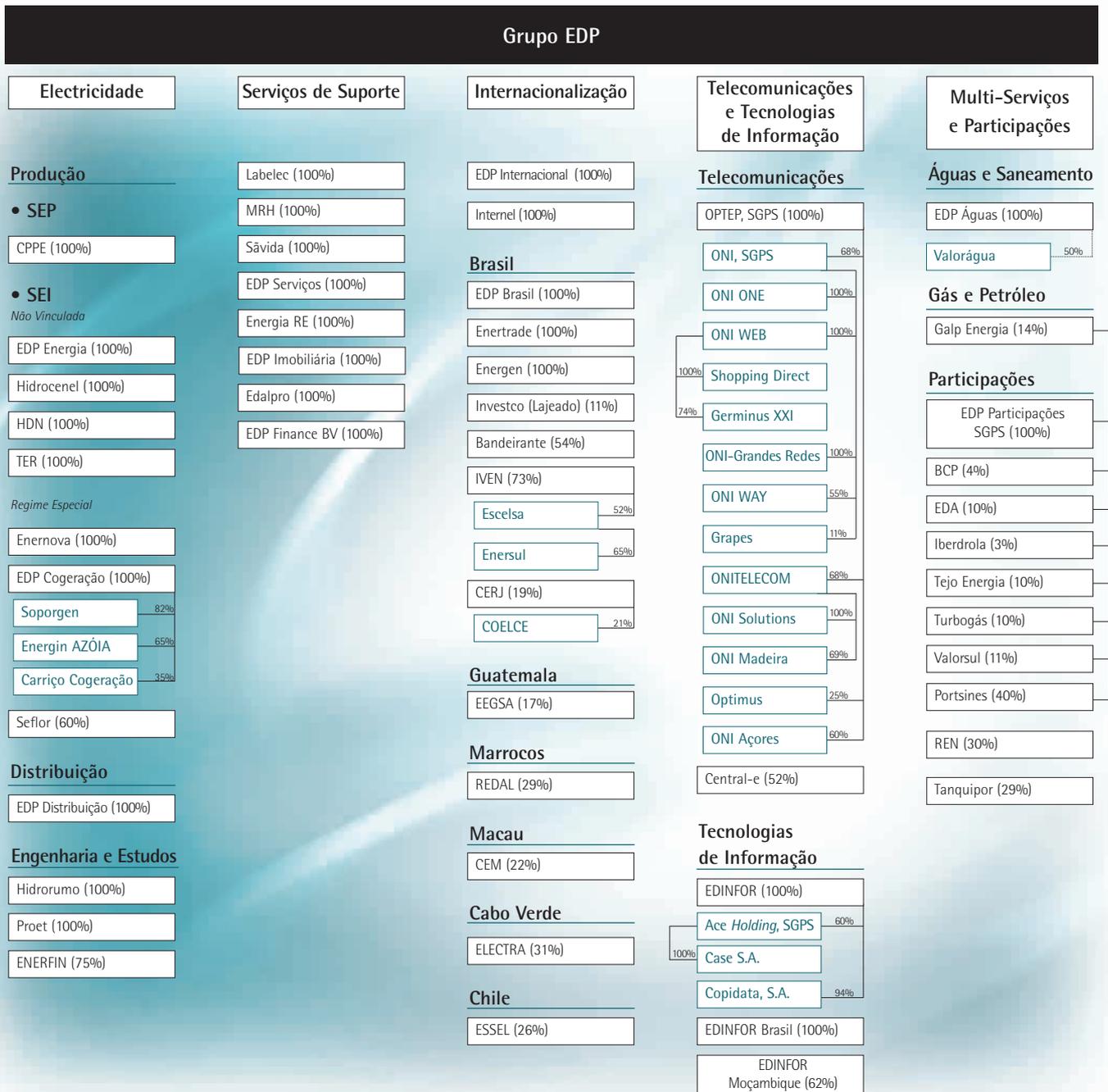
(5) Activo / Passivo

(6) Considera o valor total de cada empresa participada pela EDP





Organigrama



(% arredondadas)



Comissão Executiva

Da esquerda para a direita:

Eng.º Vasco Fernandes Pereira Valente

Dr. Manuel de Jesus Martins

Eng.º Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

Eng.º Francisco de la Fuente Sánchez

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Eng.º António Manuel Barreto Pita de Abreu

Dr. Fernando Noronha Leal



Órgãos Sociais da EDP

Membros dos Órgãos Sociais da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. (holding do Grupo EDP)

Triénio 2000–2002

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Dr. José Manuel Galvão Teles

Vice-Presidente Dr. António Campos Pires Caiado

Conselho de Administração

Presidente Eng. Francisco de la Fuente Sánchez ⁽¹⁾

Vice-Presidente Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

Vogal Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Vogal Dr. Fernando Noronha Leal

Vogal Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu

Vogal Eng. Vasco Fernandes Pereira Valente

Vogal Dr. Manuel de Jesus Martins ⁽²⁾

Vogal Iberdrola, S.A., representada por
Eng. Ignacio Francisco Javier Herrero Sorriqueta

Vogal Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves

Vogal Prof. Eng. João Afonso Ramalho Pereira Bento

Vogal Prof. Dr. Ernâni Rodrigues Lopes

Fiscal Único

Efectivo Bernardes, Sismeiro Et Associados, SROC
representada por Dr. Carlos Marques Bernardes, ROC

Suplente Dr. Severo Praxedes Soares, ROC

Secretário da Sociedade

Efectivo Dr. Manuel Jorge Pombo Cruchinho

Suplente Dr. António José Marrachinho Soares

(1) Eleito em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de Outubro de 2000

(2) Cooptado pelo Conselho de Administração em 3 de Outubro de 2000 com ratificação em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de Outubro de 2000

Relatório de Gestão	17		
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	19		
Enquadramento Internacional	19		
Economia Nacional/Área Euro	19		
AS QUATRO ÁREAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO	21		
ELECTRICIDADE EM PORTUGAL	22		
Estratégia	22		
O Sector Eléctrico em Portugal	24		
Organização	24		
Rede Eléctrica Nacional (REN)	25		
Posicionamento da EDP	25		
Regulação	26		
Actividade de Produção	30		
Produção Vinculada	30		
Produção em Regime Especial	32		
Produção Não Vinculada	33		
Engenharia	34		
Actividade de Distribuição Vinculada	35		
Reorganização da Área de Distribuição	35		
Actividade Comercial	36		
Aquisição e Venda de Energia Eléctrica	37		
Qualidade de Serviço	39		
Fornecimento no Sistema Não Vinculado	39		
Investimento em Electricidade	40		
MULTI-SERVIÇOS (MULTI-UTILITY)	43		
Estratégia	43		
Águas e Saneamento	44		
Sistemas Comerciais	45		
INTERNACIONALIZAÇÃO	46		
Estratégia	46		
Brasil	47		
Nova Organização da Actividade no Brasil	47		
Regulação do Sector Eléctrico Brasileiro	48		
Produção no Brasil	49		
Distribuição no Brasil	50		
Serviços Partilhados no Brasil	50		
Outros Mercados	50		
Investimento em Internacionalização	51		
TELECOMUNICAÇÕES			
E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	52		
Estratégia	52		
Liberalização e Regulação do Sector das Telecomunicações em Portugal	53		
		Grupo EDP nas Telecomunicações: ONI	53
		ONI no Mercado das Telecomunicações	54
		Grupo EDP nas Tecnologias de Informação:	
		EDINFOR e ACE	54
		Investimento em Telecomunicações e Tecnologias de Informação	55
		POLÍTICAS DE GESTÃO	57
		Recursos Humanos	57
		Ambiente	60
		ACTIVIDADES DE SUPORTE	62
		Formação de Recursos Humanos	62
		Gestão de Património Imobiliário	62
		Gestão de Frotas e de Instalações e Aprovisionamento Administrativo	63
		Prestação de Cuidados de Saúde	63
		Sistemas Informáticos	64
		Sistemas Corporativos – SAP	65
		Investigação e Desenvolvimento	65
		Actividades Laboratoriais	66
		A EDP NO MERCADO DE CAPITAIS	67
		Comportamento em Bolsa no ano 2000	67
		Renominalização (<i>Stock Split</i>) das Acções	68
		Acções Próprias	69
		4ª Fase de Privatização	69
		Cumprimento das Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas	70
		EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	73
		Balço	74
		Demonstração de Resultados	75
		Cash Flow	79
		Investimento Total	80
		Financiamento	81
		Comparticipações Financeiras de Apoio ao Investimento	83
		Trabalhos para a Própria Empresa	84
		Aspectos Fiscais e Parafiscais	84
		Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	84
		Proposta de Aplicação dos Resultados de 2000	85
		FACTOS RELEVANTES	86
		Factos Relevantes do Exercício 2000	86
		Factos Relevantes Posteriores ao Termo do Exercício	88
		PERSPECTIVAS PARA 2001	89
		REFERÊNCIAS ESPECIAIS	90



Relatório de Gestão





Enquadramento Macroeconómico

Enquadramento Internacional

A economia mundial terá atingido um crescimento de 4,75% em 2000 e deverá atingir em 2001 e 2002, segundo as previsões da OCDE, um crescimento de 4%. No caso restrito dos países da OCDE, o valor para 2000 é menos optimista (4,25%), e para 2002 espera-se um crescimento de 3%. No que se refere a Portugal, os dados do Banco de Portugal apontam para um crescimento do PIB de 3,4% em 2000, após uma variação positiva de 2,5% em 1999.

A desaceleração da economia mundial a que se assiste a partir do final de 2000 deve-se, essencialmente, a três factores: ao preço do petróleo (actualmente encontra-se cerca de 60% acima do preço médio do ano de 1999); à depressão nos mercados bolsistas; e ainda a uma contínua desvalorização do Euro face ao Dólar Norte-Americano.

A economia Americana entrou em desaceleração a partir da segunda metade do ano 2000, devido à subida das taxas de juro. No início do ano houve uma euforia nos mercados bolsistas devido maioritariamente às acções da chamada "nova economia", cujos preços pressupunham ganhos demasiado elevados. Os índices industriais da chamada "velha economia" também evoluíram em consonância com aquela tendência. Mas a rapidez com que a economia Americana "arrefeceu", na parte final do ano, contribuiu para que no início de 2001 a Reserva Federal Norte-Americana optasse por descer as taxas de juro.

No que se refere à economia Japonesa, assiste-se a uma situação, que já se arrasta há alguns anos, caracterizada por baixas taxas de juro e um baixo crescimento da economia, o qual deverá situar-se entre os 2 e os 2,25%, nos anos de 2001 e 2002.

Na América Latina, continua a assistir-se à recuperação da crise dos mercados emergentes que se registou entre 1997 e 1998. O crescimento real do produto nesta região, que foi praticamente nulo em 1999, deverá ser de 4,25% em 2000 e de 4,5% em 2001, enquanto é expectável que a inflação se mantenha baixa (apenas um dígito) na maioria dos países. Alguns países, como é o caso do Brasil, do México e do Chile, apresentam uma maior taxa de crescimento do que a generalidade dos países da região.

Economia Nacional / Área EURO

No que se refere à área Euro, assistiu-se em 2000 a um crescimento de 3,4% do Produto, enquanto que em 1999 este aumento foi de 2,5%. Em Portugal, como já foi referido anteriormente, o crescimento do PIB em 2000 foi também de 3,4%, registando-se, no entanto, uma alteração qualitativa dos factores de crescimento: um abrandamento do contributo da procura interna e um contributo menos negativo da procura externa líquida para o crescimento.

A taxa de desemprego nos países da zona Euro encontra-se nos 8,8% (para 1999 o valor foi de 9,6%), e em

Portugal nos 4%. Os custos unitários do trabalho relativos ao conjunto da economia portuguesa desaceleraram de 4,1% em 1999 para 3,9% em 2000, de acordo com os dados da Comissão Europeia de Novembro de 2000. No entanto, a competitividade da economia diminuiu, pois o diferencial face à média da U.E. aumentou de 2,5% em 1999 para 2,8% em 2000. Os salários evoluíram acima da produtividade e do crescimento da economia.

Assistiu-se também a uma subida do Índice de Preços do Consumidor que, de 2,3% em 1999, aumentou para 2,8% em 2000.

Apesar dos indicadores globalmente positivos, quer na Zona Euro quer em Portugal, assistiu-se, no final do ano 2000 e inícios de 2001, a uma degradação dos índices de confiança na evolução da economia, cujos efeitos deverão reflectir-se já em 2001.



As quatro Áreas Estratégicas de Desenvolvimento

A EDP é hoje um dos grandes operadores europeus do sector eléctrico. Beneficiando da experiência adquirida no negócio da electricidade, da eficiência e competitividade das suas infra-estruturas, da reconhecida competência dos seus recursos humanos e da sua grande base de clientes, o Grupo EDP alargou a sua actividade para novos negócios e novos mercados.

Desta forma, o Grupo tem vindo a consolidar a sua actuação nas quatro grandes áreas em que assenta a sua estratégia global publicamente formulada, designadamente aquando da mais recente fase de privatização: o sector eléctrico nacional, os multi-serviços (*multi-utility*), a internacionalização e as telecomunicações.

O Grupo EDP está determinado em preservar a posição de liderança no sector eléctrico português, sendo já detentor de uma quota importante dos clientes não vinculados.

Aproveitando a experiência adquirida como prestador de serviços no sector eléctrico, a EDP está apostada em alargar a sua área de actuação comercial aos negócios do Gás Natural e da Água, tendo evidentes potencialidades para se tornar numa empresa multi-serviços.

Apostando também noutros mercados geográficos, a EDP tem vindo a prosseguir uma estratégia de reforço da sua posição internacional em áreas com elevado potencial de crescimento no consumo de energia eléctrica, marcando presença em África, em Macau e na América Latina, destacando-se a sua forte implantação no Brasil.

O sector das telecomunicações é já hoje uma nova área de negócio do Grupo EDP. A actuação do Grupo naquele sector é assegurada pela ONI, a qual tem vindo a evoluir para atingir uma posição de relevo num sector em crescimento contínuo e de forte atractividade, intensificando a sua presença no domínio das novas tecnologias da informação e das telecomunicações. A ONI, que iniciou a actividade em 1 de Janeiro de 2000, ocupa já hoje a liderança entre os novos operadores de telecomunicações de rede fixa. As parcerias celebradas pela EDP – designadamente o acordo estratégico com o BCP – e pela ONI, quer a nível nacional quer internacional, reforçam as suas capacidades neste sector.

Electricidade em Portugal

Estratégia

A estratégia da EDP, assentando em quatro áreas, está centrada, naturalmente, no sector eléctrico, não só pelo percurso histórico que a empresa nele tem desenvolvido mas também, e fundamentalmente, pelas alterações estruturais mais recentes e pelas que se vislumbram no horizonte, num sector que tem assumido um forte dinamismo.

A EDP, no sector eléctrico, convive com realidades tão distintas como desenvolver actividades sujeitas a regulação ou actuar no mercado competitivo, tendo sempre como primeiro objectivo providenciar aos seus clientes o fornecimento de electricidade e os serviços inerentes, garantindo a eficiência e a qualidade adequadas.

A regulação e a liberalização são os dois vectores que condicionam actualmente a actividade da EDP no sector eléctrico português, na medida em que colocam pressão quer sobre a margem do negócio, no caso da regulação, quer sobre a quota de mercado, no caso da liberalização.

A EDP tem consolidado a sua posição no sector através do desenvolvimento de respostas adequadas aos desafios que a regulação e a liberalização do mercado interno da energia tem vindo a despoletar.

A regulação procura definir normas enquadradoras da actuação de todos os que directamente se relacionam com o sistema, impondo limites à respectiva flexibilidade de actuação e definindo regras específicas de comportamento aplicáveis aos intervenientes no sector eléctrico.

A regulação tem igualmente um papel determinante na definição dos preços e restantes condições comerciais correspondentes à prestação dos serviços de fornecimento de electricidade nas suas diversas vertentes, condicionando consequentemente o desempenho económico e financeiro das empresas que os prestam.

De referir que, durante o primeiro período regulatório (1999-2001), as tarifas do SEP (Sistema Eléctrico Público) e de acesso de terceiros à rede sofreram um decréscimo significativo que implicou uma pressão sobre a margem operacional do Grupo EDP.

No que respeita às áreas de produção e de distribuição vinculadas, teve início no exercício de 2000 uma profunda remodelação das respectivas estruturas empresariais e organizativas, tendo em vista uma maior eficiência na utilização de recursos, nomeadamente através da racionalização dos custos controláveis. Foi neste quadro que se procedeu, logo em princípios de 2000, à fusão das quatro empresas distribuidoras de electricidade do Grupo (EN, CENEL, LTE, SLE), as quais deram origem a uma entidade empresarial única, a EDP Distribuição Energia, S.A.. Com igual propósito foram desencadeados os estudos preparatórios da reorganização do conjunto de empresas do Grupo da área da produção de electricidade, os quais deverão resultar no agrupamento dessas empresas numa nova "sub-holding" própria, a EDP Produção.

A criação da EDP Produção constituirá mais um passo na estratégia de reorganização do Grupo EDP e tem como objectivos: a gestão integrada das várias vertentes do negócio da produção de energia do Grupo EDP, a fo-



calização da capacidade de gestão ao mais alto nível do Grupo EDP, bem como a centralização das funções de suporte ao universo de empresas envolvidas.

A procura de uma maior eficiência do Grupo no negócio da electricidade tem-se reflectido na melhoria dos indicadores de produtividade, quer na distribuição (vendas de electricidade em GWh / empregado) quer na produção (capacidade instalada em MW / empregado).

O esforço de reorganização e de racionalização empreendido pelo Grupo vai proporcionar o aumento da capacidade de resposta da EDP aos desafios impostos pela regulação do sector eléctrico nacional, permitindo oferecer aos seus clientes melhores serviços, em condições comerciais mais competitivas.

O exercício de 2000 ficou assinalado pela concretização dos primeiros efeitos da liberalização do sector eléctrico no plano do consumo. Na realidade, foi nesse ano que um conjunto de 18 clientes de electricidade (de um universo de cerca de 180 com condições para tal – clientes "elegíveis") desencadeou e concluiu os procedimentos técnico-administrativos necessários à atribuição do estatuto de 'cliente não vinculado', situação que lhes permite optar pela contratação dos seus fornecimentos de energia eléctrica com qualquer entidade legalmente habilitada para o poder fazer.

Apesar de só no ano transacto se ter registado a primeira saída de clientes do SEP-Sistema Eléctrico Público (o sistema vinculado), o Grupo desde há muito que vinha antecipando tal situação, preparando-se para não só enfrentar essa ameaça mas também para a converter em novas oportunidades de actuação. Nesse sentido, foram desencadeados planos de acção a dois níveis: no da área das empresas vinculadas do

Grupo sujeitas a regulação, por um lado, e no das empresas cuja actividade decorre no âmbito do SENV – Sistema Eléctrico Não Vinculado, pelo outro.

No âmbito do SENV, o Grupo EDP constituiu uma entidade empresarial exclusivamente vocacionada para actuar no mercado competitivo. Pretende-se assim manter, na órbita do Grupo, os clientes que procuram no Sistema Não Vinculado respostas mais competitivas para as suas necessidades em energia eléctrica que, eventualmente, o sistema sujeito aos mecanismos das tarifas reguladas (onde actua a EDP Distribuição Energia) não esteja em condições de oferecer.

Esta nova entidade empresarial, que tomou a designação de EDP Energia, S.A., formou-se e começou a operar no decurso do ano de 2000. A empresa foi constituída a partir da anteriormente existente Hidrotejo, a qual estava integrada no 'sistema não vinculado' e era detentora de um conjunto de meios de produção hidroeléctrica de pequena dimensão, dispersos pela região do Vale do Tejo. Assim, a EDP Energia ficou desde logo dotada de uma capacidade de produção que, conjuntamente com a contratação de fornecimentos a partir de operadores do país vizinho, lhe permitiu satisfazer as necessidades dos clientes que foi angariando ao longo do exercício. A presença do Grupo no mercado eléctrico competitivo nacional ficou deste modo assegurada.

Contudo, as perspectivas de rápido desenvolvimento deste mercado e a consequente necessidade de aumentar a capacidade de oferta da EDP Energia levaram a EDP a decidir construir um novo centro produtor termoelectrico, exclusivamente dirigido ao Sistema Eléctrico Não Vinculado. Nasceu assim o projecto TER – Termoelectrica do Ribatejo, no âmbito do qual será construída uma central de ciclo combinado,

a gás natural, com uma potência global da ordem de 1.200 MW (800 MW numa primeira fase), a instalar junto à actual central do Carregado da CPPE.

O Grupo EDP está também a preparar-se para a liberalização do sector eléctrico a nível do espaço europeu. A abertura dos mercados europeus da energia eléctrica (e também do gás natural), fortemente impulsionada pela Comissão Europeia e implementada em maior ou menor grau pelos diversos estados-membros da União, está a conduzir, no imediato, à criação de mercados regionais, englobando cada um deles um número restrito de países.

Um desses mercados é claramente o mercado ibérico, até por força das restrições existentes aos trânsitos de electricidade entre a Espanha e a França, em virtude das limitações técnicas que afectam as interligações existentes entre as redes de transporte dos dois países. É neste mercado ibérico que a EDP pretende apostar e por isso os esforços da empresa em direcção ao sector eléctrico do país vizinho, de entre os quais avulta a operação, desencadeada já no exercício de 2001, tendente a assegurar o controle operacional do 4º maior operador eléctrico espanhol. Esta operação, a concretizar-se com sucesso, tornaria a EDP no segundo maior grupo empresarial do sector eléctrico da Península, preservando e consolidando, desse modo, a sua posição no negócio eléctrico do mercado Ibérico.

O Sector Eléctrico em Portugal

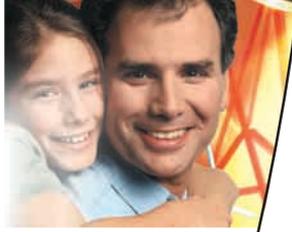
Organização

A organização do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) e de um Sistema Eléctrico Independente (SEI).

No âmbito do SEP, intervêm a Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT), explorada em regime de concessão de serviço público pela Rede Eléctrica Nacional (REN), os Produtores e Distribuidores Vinculados de energia eléctrica que se vinculam àquela através de um regime contratual, no âmbito do qual assumem a obrigação de alimentar o SEP ou de ser por ele alimentado, tendo como objectivo assegurar uma adequada oferta de energia, a segurança do abastecimento e a protecção do ambiente.

Os Produtores Vinculados relacionam-se comercialmente com a REN, mediante contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo. A Distribuição Vinculada tem a obrigação de fornecer aos clientes do SEP a energia eléctrica que estes contratem, segundo tarifas e condições estabelecidas pela ERSE – Entidade Reguladora do Sector Eléctrico.

No âmbito das obrigações de serviço público do SEP, tendo em vista assegurar uma adequada oferta de energia, existe um planeamento centralizado do sistema electroprodutor. Compete ao Governo, não só a aprovação do plano de expansão do sistema electroprodutor, mas também a decisão da concretização da construção de novas centrais. O processo de adjudicação da construção e exploração de novos centros electroprodutores resulta de um processo de concurso



público internacional, que culmina com a escolha criteriosa da melhor oferta.

O SEI compreende o Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), que se rege por regras de mercado, e a Produção em Regime Especial. No SENV, integram-se os Produtores e os Clientes que satisfaçam os limiares mínimos de consumo fixados pela ERSE, e que exerçam tal opção. Os clientes não vinculados têm o direito de utilizar as redes do SEP, mediante o pagamento das respectivas tarifas reguladas. Para além do SENV, o SEI compreende a Produção em Regime Especial, que inclui a produção de electricidade a partir de energias renováveis ou em instalações de cogeração que efectuam entregas à rede do SEP, ao abrigo de legislação específica e segundo um tarifário baseado nos custos evitados ao SEP e num prémio ambiental.

Compete à ERSE supervisionar o cumprimento das regras de funcionamento do SEP e de relacionamento entre o SEP e o SENV, estabelecer os critérios de elegibilidade dos clientes para o SENV, regular as actividades exercidas no âmbito do SEP, nomeadamente a actualização anual das tarifas reguladas. O primeiro período regulatório foi fixado entre 1999 e 2001, pelo que em 1 de Janeiro de 2002, se iniciará um novo período regulatório.

Rede Eléctrica Nacional (REN)

A Rede Eléctrica Nacional (REN) é a entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT), núcleo central do Sistema Eléctrico Nacional.

A REN está incumbida de assegurar a gestão técnica global do SEP, de coordenar o funcionamento das instalações do SEP e a ele ligadas, de assegurar a opti-

mização da exploração do SEP, e de centralizar as relações comerciais entre o SEP e o SENV.

Tal como previsto na legislação que transpõe a Directiva Comunitária (Directiva 96/92/CE), em Portugal a EDP procedeu à separação jurídica das empresas responsáveis pela gestão da rede de transporte, bem como das empresas que desenvolvem actividades de produção e distribuição de electricidade.

O Estado Português, em consonância com a tendência europeia de liberalização mais avançada do sector, decidiu destacar a REN das restantes empresas do Grupo EDP, em 24 de Novembro de 2000.

Este movimento teve também por base os desenvolvimentos regulamentares elaborados a partir da legislação, aprovada em 1995 e 1997, que criaram dentro da REN a individualização das principais funções do sistema eléctrico, como sejam o Agente Comercial do SEP, o Gestor de Ofertas, o Gestor do Sistema, o Acerto de Contas e o Transporte de Energia Eléctrica.

O Estado Português passou a ser o accionista maioritário da REN, detendo 70% do respectivo capital, enquanto que a EDP permaneceu com 30%. Nesta separação foram asseguradas as relações contratuais da REN com as empresas do Grupo EDP, nomeadamente os Contratos de Aquisição de Energia (CAE) com a CPPE e os contratos de fornecimento com a EDP-Distribuição.

Posicionamento da EDP

O grupo EDP detém uma posição relevante no SEP:

→ Na produção, através da CPPE que detém cerca de 82% da capacidade instalada de produção no SEP

e de participações minoritárias (10%) no capital das produtoras TejoEnergia e Turbogás;

- No transporte, com 30% do capital da REN-Rede Eléctrica Nacional, concessionária da RNT;
- Na distribuição e na comercialização, onde detém a EDP Distribuição, titular da distribuição vinculada em alta e média tensão e também concessionária da distribuição em baixa tensão.

O Grupo EDP, assumindo os desafios do mercado, tem procurado novas formas de participação no sector eléctrico, e particularmente no âmbito do SENV, através da EDP Energia.

Em Maio, a EDP Energia iniciou o fornecimento de energia eléctrica a clientes não vinculados, ganhando uma quota de mercado de 50%: detinha, no final do exercício, 9 dos 18 clientes a operar no SENV.

O Grupo EDP pretende expandir a sua presença no mercado (SENV), quer através da actuação da EDP Energia quer através da TER – Termoeléctrica do Ribatejo, empresa detida pela EDP, que lançou já o concurso público para a construção de uma nova central de ciclo combinado a gás natural, cujo primeiro grupo de 380 MW deverá entrar em operação industrial no primeiro semestre de 2004.

Regulação

Abertura dos Mercados

Dando cumprimento à Directiva 96/92/CE, que estabeleceu as regras comuns para o mercado interno de electricidade, a ERSE estabeleceu o limite mínimo de consumo de electricidade que confere o direito de acesso ao es-

tatuto de cliente não vinculado, para os anos de 1999, 2000 e 2001, respectivamente em 30, 20 e 9 GWh, assim como do período de pré-aviso de adesão ao SENV e da parcela das necessidades de potência e energia que as entidades titulares de licença vinculada de distribuição de energia eléctrica em MT e AT podem adquirir fora do SEP (parcela livre que se situa actualmente em 8%).

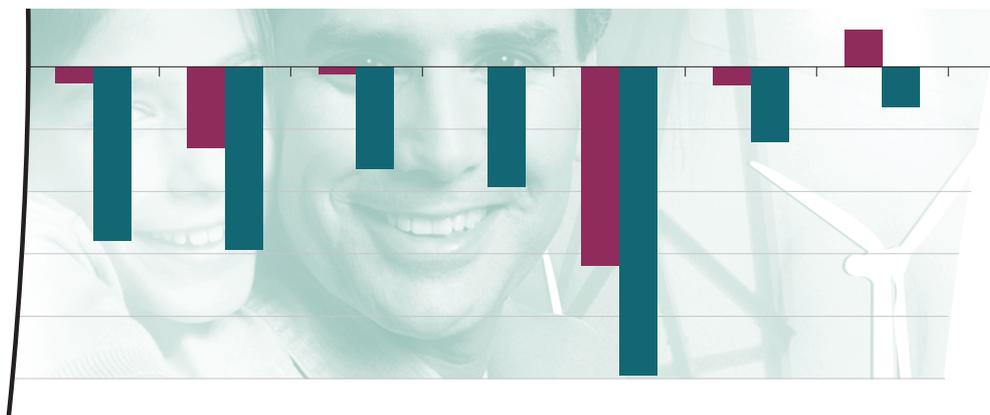
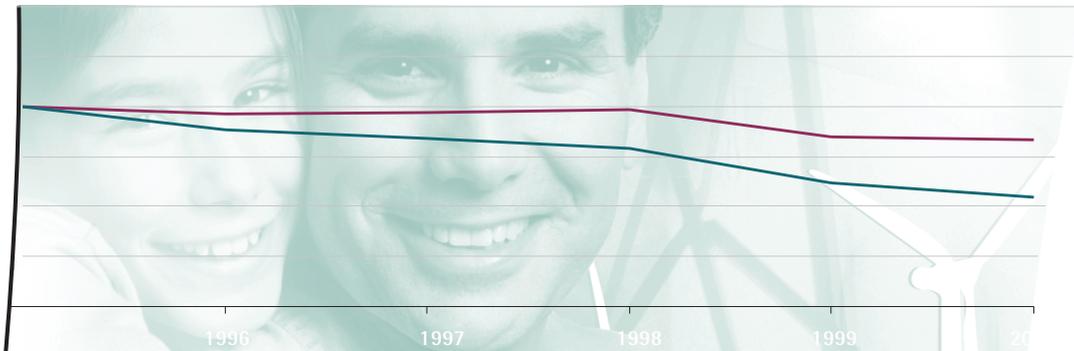
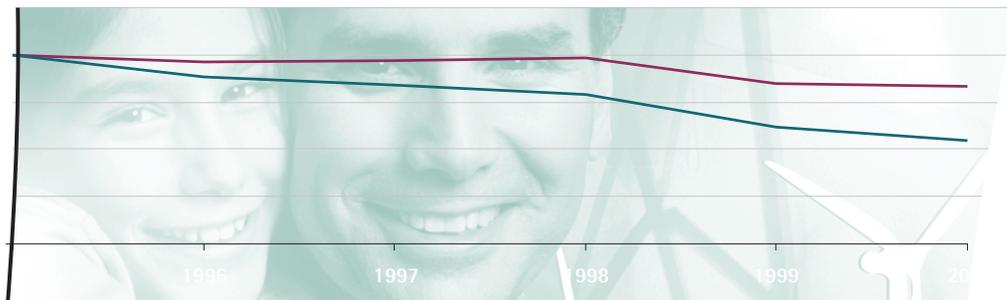
Durante os anos de 1999 e 2000, os clientes do SEP com um consumo anual superior a 9 GWh (e inferior a 30 ou 20 GWh) que desejassem aderir ao SENV, poderiam solicitar a respectiva adesão, mediante o pagamento de uma compensação ao SEP.

O limiar de consumo de 9 GWh/ano, considerando os consumos verificados em 2000, corresponde a cerca de 25% do consumo total de electricidade do Continente. Tendo em conta que a distribuição vinculada pode adquirir até 8% das suas necessidades fora do SEP, conclui-se que Portugal apresenta um grau de abertura de mercado de cerca de 33%, excedendo a quota mínima (30,27%) imposta pela Directiva Comunitária.

Em Dezembro de 2000, existiam 18 clientes não vinculados cujo consumo no ano 2000 representou 216,7 GWh, ou seja, apenas cerca de 0,6% dos fornecimentos totais da EDP.

Evolução Temporal das Tarifas

Nos últimos 5 anos os preços médios da electricidade registaram um decréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 4 por cento na baixa tensão e de cerca de 7 por cento no conjunto dos restantes níveis de tensão: Média, Alta e Muito Alta Tensão.



Preços da Electricidade

As tarifas fixadas pela ERSE para vigorarem em 2000 representaram uma descida nominal de 0,6%, relativamente a 1999, dos preços de energia eléctrica fornecida aos clientes finais do SEP. Esta redução foi aplicada para todos os segmentos de clientes (níveis de tensão).

Em termos das tarifas de acesso ao SEP (tarifa de uso das redes e uso global do sistema), a descida nominal foi bastante mais acentuada, tendo-se situado, para um perfil de consumos rectangular, numa descida de cerca de 6%, 8,5% e 9,5%, para os níveis de Média, Alta e Muito Alta Tensão, respectivamente.

De referir que, no início do primeiro período regulatório, em 1999, a ERSE fixou os diversos parâmetros a vigiar até 2001 (inclusive), nomeadamente os relativos aos proveitos reconhecidos do uso das redes de distribuição e da comercialização.

Em finais de Novembro de 2000, a ERSE fixou as tarifas a clientes finais do SEP para 2001, correspondendo a um acréscimo nominal médio de 1,2%, praticamente uniforme em todos os níveis de tensão. Por outro lado, a ERSE, dando seguimento a propostas fundamentadas da EDP, englobou nas tarifas para 2001, um conjunto de alterações à estrutura tarifária em vigor, referindo-se:

- a introdução de um período horário adicional, designado de super vazio, aplicado às tarifas de MAT, AT e MT, estas últimas para potências contratadas superiores a 2 MW;
- uma nova opção interruptível, bem como uma nova forma de valorização dessa opção;

- a introdução de um novo escalão de potência no segmento de baixa tensão;
- o aumento da atractividade da tarifa bi-horária de baixa tensão;
- em cada nível de tensão, a convergência gradual dos preços da energia de vazio, nas várias opções tarifárias e períodos sazonais.

Comparação Internacional dos Preços

Com base no inquérito realizado em 1 de Janeiro de 2000 pela EUROSTAT sobre os preços da electricidade relativos aos vários consumidores-tipo domésticos e industriais, verificou-se que, no caso de Portugal, o preço médio era inferior à média da UE15 em cerca de 3,3% no segmento doméstico, e superior à média da UE15 em cerca de 0,9% no segmento industrial.

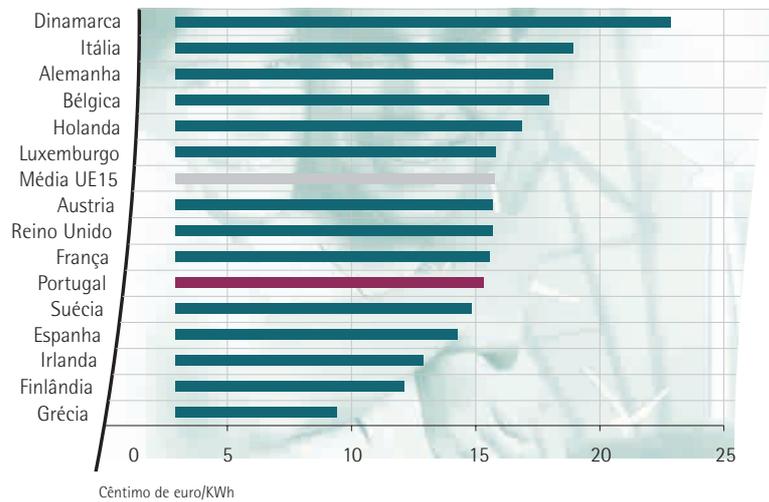
De referir que, face ao incremento da liberalização no segmento industrial, os preços que vigoram podem passar a ser preponderantemente preços de mercado que se afastam das tarifas publicadas para clientes finais.

Considerando o preço médio dos serviços em Portugal e nos restantes países da UE15, estimado com base na estrutura de consumos em Portugal, conclui-se que o preço médio global português está cerca de 1,7 por cento abaixo da média.

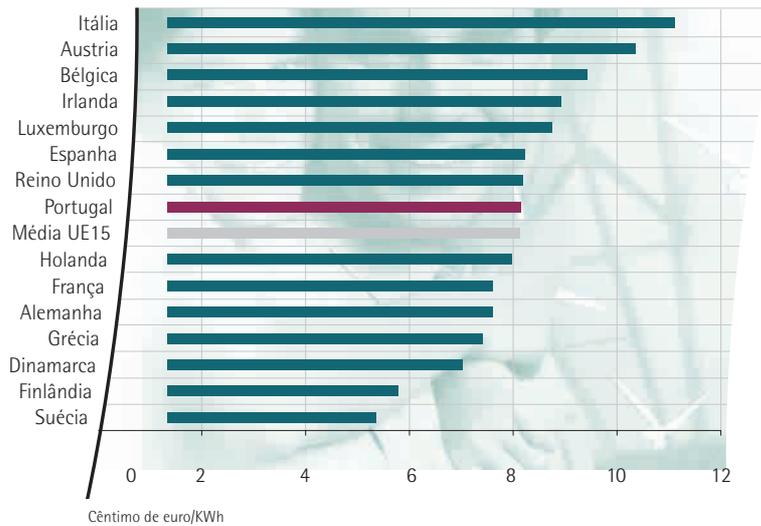
Nos gráficos seguintes apresenta-se a comparação dos preços de energia eléctrica em Portugal Continental, para usos domésticos e industriais, em relação ao conjunto dos países da UE15, com referência a 1 de Janeiro de 2000.



Consumidor Doméstico



Consumidor Industrial



Qualidade de Serviço

O serviço prestado pelas entidades do SEP deve obedecer aos padrões mínimos de qualidade de serviço estabelecidos no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS), publicado no Despacho nº 12917 – A/2000, de 23 de Junho de 2000, em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 2001, com excepção das disposições de natureza compensatória, que entrarão em vigor no dia 1 de Julho de 2001.

A elaboração do RQS, assim como as suas actualizações, são da competência da Direcção Geral da Energia, cabendo à ERSE a responsabilidade pela verificação da aplicação integral do Regulamento.

O RQS estabelece disposições regulamentares sobre a qualidade da energia fornecida (qualidade da onda de tensão), continuidade do fornecimento de energia eléctrica, qualidade do atendimento na prestação de serviços aos consu-

midores de energia eléctrica, definição de padrões de qualidade a que deve obedecer a prestação do serviço público de fornecimento de energia eléctrica e compensação dos consumidores em caso de incumprimento dos padrões de qualidade.

Actividade de Produção

Produção Vinculada

A EDP mantém uma posição relevante na produção vinculada do SEP através da CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., com uma potência instalada de 7.184 MW (uma quota de 82%), 3.903 MW correspondentes a aproveitamentos hidroeléctricos e os restantes 3.281 MW a centrais térmicas clássicas.

Há também a referir as participações de 10% no capital das produtoras TEJO ENERGIA e TURBOGÁS.

Produtores Vinculados	Potência Contratada (MW)
Centrais hidroeléctricas da CPPE (Grupo EDP)	3.903
Centrais termoeléctricas da CPPE (Grupo EDP)	3.281
Centrais termoeléctricas de outros produtores do SEP	1.574
Pego	584
Tapada do Outeiro	990
Total	8.758

A produção líquida da CPPE foi, em 2000, de 24.058 GWh, sendo 10.433 GWh de origem hídrica e 13.625 GWh de origem térmica. A produção de origem hídrica resulta de uma hidraulicidade ligeiramente acima da média dos regimes, devido fundamentalmente aos elevados coeficientes de produtividade verificados nos meses de Novembro e Dezembro.

Como resultado do regime de hidraulicidade já referido, a quota da CPPE, no universo da produção vinculada para abastecimento do SEP, foi de 69,6%, ligeiramente superior à do ano anterior (68%).

Produção Líquida (GWh)	1996	1997	1998	1999	2000
CPPE	24.350	23.036	26.898	23.459	24.058
TEJO ENERGIA	3.261	3.605	2.796	4.822	4.599
TURBOGÁS	-	-	1.261	6.129	5.894

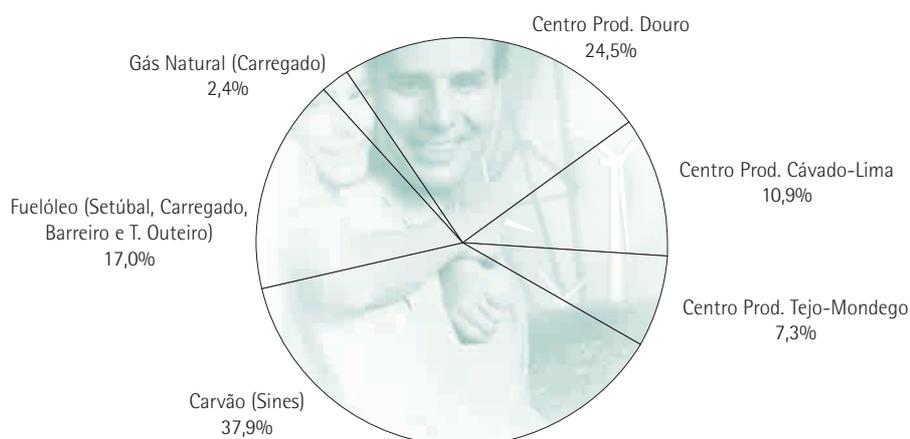


Estes valores da produção líquida da CPPE, em 2000, correspondem a um aumento de cerca de 2,3% relativamente a 1999, destacando-se a contribuição da energia de origem hídrica, com um acréscimo de 58% relativamente ao ano anterior.

A produção a carvão (Central de Sines) representou para a CPPE cerca de 66% do total da produção térmica e cerca de 38% da sua produção global. Na produção hidroeléctrica destacaram-se as centrais do Centro de Produção Douro com cerca de 24% da produção total da CPPE.

Destaque-se ainda o nível que o armazenamento das albufeiras da CPPE atingiu no final do ano, cerca de 2.060 GWh, o mais elevado dos últimos 15 anos, que representa 85% do máximo, contra apenas 58% no final do ano anterior.

Produção Líquida da CPPE em 2000 (GWh)



Para a produção de origem termoeléctrica, foram consumidas 3.456 mil toneladas de carvão, 1.052 mil toneladas de fuelóleo e 142 milhões de m³ de gás natural.

Confirmando a tendência favorável registada nos últimos anos, a disponibilidade dos centros electroprodutores da CPPE em 2000 situou-se em 93,1% no parque termoeléctrico, não obstante se ter verificado a paragem prolongada no Grupo 4 da Central de Sines para instalação de queimadores de baixo teor de emissões de NO_x, e em 94,7% no parque hidroeléctrico, valores que se podem considerar entre os melhores, quando comparados com os de empresas congéneres, traduzindo os esforços que a Empresa tem desenvolvido de forma sustentada nesse sentido.

	1997	1998	1999	2000
Disponibilidade Hídrica (%)	91,6	96,1	94,3	94,7
Disponibilidade Térmica (%)	88,6	90,4	92,7	93,1
MW/Trabalhador	3,5	3,8	4,0	4,2

Factos e indicadores significativos

Merecem especial referência os seguintes factos:

- Conclusão e entrada em funcionamento do Centro de Telecomando das Centrais Hidroeléctricas (Telecomando Único), situado em Bagaúste (Régua), o qual fica a comandar os 63 grupos geradores que integram os 25 aproveitamentos hidroeléctricos da CPPE;
- No âmbito da Certificação Ambiental das Centrais Termoeléctricas foram concluídas, nas centrais do Barreiro e do Carregado, pelo auditor da Lloyd's Register Quality Assurance, em Outubro e Dezembro, respectivamente, as Auditorias Finais aos seus Sistemas de Gestão Ambiental, tendo sido emitido parecer favorável;
- Concluída na central de Sines a implementação das medidas primárias para a redução das emissões atmosféricas, com a instalação no Grupo 4 (último grupo) dos novos queimadores de baixo teor de óxidos de azoto.

Produção em Regime Especial

Energias Renováveis – Eólica e Biomassa

Acompanhando a crescente tendência mundial para o desenvolvimento das energias renováveis, com a consequente contribuição para uma maior diversificação das fontes de energia primária, prosseguiu a EDP,

através da empresa ENERNOVA, uma estratégia de realizações neste domínio.

Assim, na área eólica, juntou-se aos Parques já em exploração – Fonte da Mesa e Pena Suar – o Parque Eólico de Cabeço da Rainha. Por outro lado, teve início a construção do Parque Eólico de Cadafaz e prosseguiram os estudos de outros projectos.

Na área da biomassa prosseguiu o ajustamento das condições de funcionamento da Central de Resíduos Florestais de Mortágua e desenvolveram-se estudos para outros empreendimentos.

Cogeração

Por intermédio da EDP Cogeração, a EDP concentrou-se essencialmente em duas áreas de actuação – mercado nacional da cogeração e apoio à EDP Internacional.

No âmbito do mercado nacional da cogeração actuou-se em três níveis:

- Detecção de novos projectos – abordagem a grandes clientes da EDP que já se encontravam motivados para a implementação dessa forma de optimização energética, com repercussões importantes ao nível dos custos dos seus processos produtivos;
- Implementação de projectos em curso – concretização de dois projectos anteriormente em fase de concurso, o da ENERGIN AZÓIA (SOLVAY POR-



TUGAL) e o do CARRIÇO COGERAÇÃO (UNITECA – União Industrial Têxtil e Química);

→ Gestão operacional de projectos implementados – gestão operacional da central de cogeração propriedade da SOPORGEN – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A., sociedade maioritariamente detida pela EDP. Esta central, que entrou em exploração industrial em 2000, fornece calor e electricidade à Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A..

Neste contexto, refira-se a parceria com a GALP POWER, de colaboração em projectos de cogeração a gás natural, a qual permitiu interligar competências na área da electricidade e na área do gás.

O apoio à EDP Internacional contemplou a colaboração em projectos de cogeração em curso no Brasil, nomeadamente na implementação/construção da central de cogeração no perímetro da FAFEN – Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia, propriedade da PETROBRÁS. Paralelamente, ressalta-se a colaboração prestada no âmbito do Programa Prioritário de Geração Termoeléctrica para o Brasil, lançado pelo governo brasileiro.

Produção Não Vinculada

Centrais Hídricas Não Vinculadas

A presença do Grupo EDP no segmento da Produção Não Vinculada é assegurada por intermédio das empresas EDP Energia, HDN e Hidrocenel, as quais detêm e exploram um conjunto de centros produtores hidroeléctricos com a potência instalada total de 271 MW.

No exercício de 2000, a produção das empresas acima referidas atingiu os valores de, respectivamente, 232, 239

e 154 GWh, num total de 625 GWh, o que representa um acréscimo de 39,2% relativamente ao ano anterior.

De um modo geral, a electricidade produzida pelas centrais não vinculadas é vendida à EDP Distribuição, ao abrigo da quota que esta empresa pode adquirir anualmente fora do Sistema Eléctrico Público (SEP). Contudo, a partir de Maio de 2000, a Central de Belver (integrada na EDP Energia) passou a ser utilizada no Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) através do Gestor de Ofertas, viabilizando as entregas de energia a clientes que adiram àquele Sistema.

Nova Central de Ciclo Combinado a Gás Natural

A TER – Termoeléctrica do Ribatejo, S.A., formalmente constituída em Novembro de 1999, encetou, no decurso do exercício de 2000, as acções necessárias para o lançamento do processo relativo à nova central de ciclo combinado a gás natural a construir no Carregado, em terrenos adjacentes à actual Central do Carregado. Este empreendimento passou a designar-se por Central Termoeléctrica do Ribatejo.

A actividade inicial pautou-se pela definição dos contornos do Projecto, nomeadamente na sua nova configuração no SENV, em alternativa à solução inicialmente prevista de integração no SEP.

Esta alteração foi enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 89/2000, de 29 de Junho de 2000, no pressuposto de serem respeitados os objectivos da política energética nacional.

Esta Resolução veio permitir seguimento favorável ao pedido formulado pela TER à DGE (Direcção-Geral de Energia), de atribuição de licença de produtor não vinculado, o qual foi transmitido em Agosto de 2000

quanto ao início do procedimento administrativo para a atribuição da licença requerida, bem como no que se prende com a celebração com a REN do contrato de direito de superfície sobre a parcela de terreno prevista utilizar.

O EIA-Estudo de Impacte Ambiental para a nova central, foi lançado em Abril de 2000, pela REN, conjuntamente com o das infra-estruturas de rede necessárias para o escoamento da energia produzida pela nova central.

Procedeu-se à preparação do processo de concurso e ao lançamento do concurso internacional para a construção, fornecimento, montagem e ensaios para dois grupos geradores e opção para um terceiro. Estes três grupos, que o mercado oferece presentemente com potências da ordem de 380 MW, têm entradas em serviço planeadas para 2003, 2004 e 2006.

O ano de 2001 será o ano crítico para o desenvolvimento deste Projecto, imprescindível para a satisfação do crescimento dos consumos nacionais de electricidade, por meio desta Central de qualidade ambiental superior e de elevada eficiência energética, e para o cumprimento dos compromissos assumidos quanto à estreita conjugação com a entrada em serviço do terminal de GNL em construção em Sines.

Engenharia

O Grupo EDP está dotado de um forte núcleo de engenharia, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras, primordialmente destinado a apoiar as actividades desenvolvidas no âmbito do sector eléctrico, a nível nacional e internacional. Este núcleo foi constituído a partir das estruturas da empresa tradicionalmente dedicadas aos projectos de construção e de re-

modelação de centros electroprodutores, e está actualmente repartido por duas empresas: a PROET e a Hidrorumo.

A actividade da PROET no presente exercício foi marcada pela preponderância das prestações de serviço a empresas do universo do Grupo que representaram aproximadamente 80% do total da facturação da empresa.

Pela importância que assumiram no conjunto das actividades iniciadas neste período, caberá menção particular as respeitantes à futura Central Termoeléctrica do Ribatejo (Ciclo Combinado a Gás Natural), bem como às relacionadas com os potenciais investimentos da EDP no Brasil na área da produção termoeléctrica. Para estes empreendimentos foram iniciados os estudos e anteprojectos para efeitos de licenciamento e elaboradas as especificações técnicas e contratuais para lançamento dos respectivos concursos de fornecimento. Procedeu-se, também, à contratualização e gestão dos necessários estudos ambientais.

Ainda no âmbito do Grupo EDP, destacaram-se as prestações de serviços de engenharia e de gestão e fiscalização para a CPPE, merecendo igualmente referência as actividades relativas aos projectos da EDP Cogeração e de valorização energética de resíduos sólidos urbanos na Área Metropolitana de Lisboa (central da VALORSUL).

No plano nacional exterior à EDP, foram prestados serviços à EDA – Empresa de Electricidade dos Açores, relativamente à ampliação da Central do Caldeirão e ao anteprojecto da Central Geotérmica da Terceira.

Para o mercado internacional, merecem referência as prestações de serviço de engenheiro independente



para a Central de Jorf Lasfar e de assessoria técnica e formação na área de selecção de sítios para futuras centrais termoeléctricas, ambas para a ONE – Office Nationale de l'Electricité (Marrocos). Também para a Empresa de Electricidade e Governo de S. Tomé e Príncipe foram prestados serviços de engenharia.

No ano 2000, a actividade da HIDRORUMO continuou a centrar-se na elaboração de diversos estudos e projectos e na realização de actividades de gestão e fiscalização no domínio quer da construção de novos aproveitamentos hidroeléctricos e de parques eólicos, quer da remodelação e reabilitação de aproveitamentos em exploração, sendo também de relevar o significativo aumento das actividades de controlo de segurança de barragens, nas suas vertentes estrutural e hidráulica.

Tal como já havia acontecido em 1999, também no ano de 2000 a actividade da Empresa no plano exterior à EDP, medida pelo volume de vendas, foi superior à desenvolvida para as empresas do Grupo.

Para o mercado nacional, destacam-se os serviços prestados à EDIA (Aproveitamentos Hidroeléctricos de Alqueva e Pedrógão e do Projecto do Sistema de Adução Alqueva-Álamos), ao INAG (Planos de Bacia do rio Douro e dos rios Lima, Cávado, Ave e Leça), à REN e à Câmara Municipal do Porto.

Ainda no que respeita a prestações de serviços para este mercado, merecem realce os projectos da barragem de Ribeiradio e do Aproveitamento Hidráulico de Vila Pouca de Aguiar.

Para o mercado internacional, destacam-se a colaboração nos estudos de viabilidade dos aproveitamentos hidroeléctricos de Peixe e de Tupiratins da bacia do rio

Tocantins no Brasil, e ainda o estudo do impacte ambiental da central de Step d'Fourer da ONE – Office Nationale de l'Electricité (Marrocos).

Das actividades desenvolvidas para o Grupo EDP merecem menção especial o projecto, a gestão e fiscalização das obras do Reforço de Potência de Venda Nova e a avaliação do impacte ambiental dos aproveitamentos hidroeléctricos do Baixo Sabor e do Alto Côa, em ambos os casos para a CPPE; a gestão e fiscalização da construção dos Parques Eólicos de Cabeço da Rainha e de Cadafaz, para a ENERNOVA; o projecto, a gestão e fiscalização das obras de Remodelação e das obras de 1ª fase do Reforço de Potência do Aproveitamento Hidroeléctrico de Sabugueiro I, para a HIDROCENEL; a gestão, fiscalização e assistência técnica aos trabalhos de beneficiação dos equipamentos do Grupo VI do Aproveitamento Hidroeléctrico de Belver, para a EDP Energia; e a concepção e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, em consórcio com a Iberinco, para as centrais hidroeléctricas do rio Ave, para a HDN.

Actividade de Distribuição Vinculada

Reorganização da Área de Distribuição

Do projecto reorganizativo da área da Distribuição, iniciado em Novembro de 1998, resultou, no fundamental, a fusão das quatro empresas distribuidoras – EN, CENEL, LTE e SLE – e a constituição de uma Empresa única denominada EDP Distribuição-Energia, S.A. em Fevereiro de 2000.

Como objectivos principais do projecto tinham sido identificados os seguintes:

- Aumentar de forma significativa a eficiência da gestão do negócio da Distribuição;
- Aumentar a eficácia comercial no contexto da liberalização do sector;
- Garantir a liderança sustentada, de forma rentável, na qualidade de serviço prestado ao cliente.

Do desenvolvimento do projecto reorganizativo salienta-se:

- Identificação da "Missão" e dos "Princípios de Gestão", bem como do conjunto de valores que norteiam a sua actividade;
- Criação de três Áreas de Negócio: Comercial, Gestão da Rede e Serviços de Rede;
- Criação de Áreas de Suporte às Áreas de Negócio e de Áreas de Apoio ao Conselho de Administração.

Outras características importantes das Áreas de Negócio do novo modelo organizativo da EDP Distribuição:

- Foi segmentada a Área de Negócio Comercial por tipo de cliente (residenciais e pequenas empresas, empresariais e grandes clientes e autarquias), criando-se uma actividade de "Marketing" e a figura de "Gestor de Cliente";
- Na Área de Negócio Gestão da Rede englobaram-se todos os recursos relativos à normalização e tecnologia, planeamento e controlo dos investimentos

e da manutenção e despacho e condução das redes eléctricas;

- A Área de Negócio Serviços de Rede presta serviços de projecto, construção, manutenção, leituras e outros serviços às outras Áreas de Negócio, recorrendo a meios próprios ou externos, e tendo também a seu cargo a realização dos aprovisionamentos dos equipamentos e materiais, bem como a prestação de serviços de telecomunicações. No terreno, esta Área de Negócio ficou representada por catorze "Áreas de Rede" e actividades de "Infra-estruturas", distribuídas por três pólos – Norte/Porto, Centro/Coimbra e Sul/Lisboa.

Actividade Comercial

O ano de 2000 foi vincadamente marcado pelo processo de liberalização e pela perspectiva de entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2001, do Regulamento da Qualidade de Serviço. Este facto, em paralelo com a alteração organizativa da EDP Distribuição, implicou um esforço adicional de adaptação dos Sistemas e dos Processos às novas condições de mercado.

Assim, tem sido dada continuidade ao desenvolvimento da personalização dos serviços, permitindo uma maior proximidade aos Clientes, nomeadamente no segmento residencial, com a criação da Rede de Lojas franchisadas (Pontos de Energia), o acesso via Internet e a constituição de equipas de Contacto Directo a Clientes, oferecendo soluções e serviços.

Continuou a apostar-se num relacionamento próximo e de efectiva colaboração com as Autarquias. Ainda neste âmbito foram concluídas as negociações com a Associação Nacional de Municípios (ANMP), sobre as novas



condições de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão, tendo sido celebrado, em 12 de Julho de 2000, o protocolo contendo o novo contrato-tipo que vai permitir a renovação das concessões com os Municípios.

Salienta-se ainda a extensão da presença da EDP Distribuição na Loja do Cidadão de algumas cidades (Viseu e Aveiro), bem como a continuação do desenvolvimento de diversas acções de marketing, nomeadamente as relacionadas com a divulgação de equipamentos eficientes de Ar Condicionado e de Acumuladores de Calor, através de campanhas promocionais e da criação de uma linha telefónica exclusiva e gratuita (linha EDP Conforto). Relativamente ao centro de atendimento telefónico, continua a verificar-se um acréscimo substancial do recurso ao mesmo por parte dos Clientes, estando em conclusão a implementação de soluções potenciadoras das suas capacidades e dos seus padrões de serviço.

No plano da utilização racional de energia há que salientar a celebração de um protocolo com a "AGEEN – Agência para a Energia" (ex-CCE). Neste âmbito realizaram-se diversas acções, nomeadamente a monitoragem de consumos e promoção de veículos eléctricos.

Aquisição e Venda de Energia Eléctrica

A evolução da actividade da Distribuição pode ser medida através do crescimento do número de clientes e das vendas de energia eléctrica ao SEP – respectivamente 2,3% e 5,6% acima do nível do ano anterior. Este exercício foi o primeiro em que houve trânsitos de energia eléctrica nas redes de distribuição para clientes do Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) e que foram da ordem dos 0,2 GWh.

A energia saída das redes de distribuição teve um acréscimo da ordem dos 6,2%.

Para fazer face ao aumento dos consumos do SEP, houve que adquirir mais energia eléctrica à REN e a produtores do Sistema Eléctrico Independente, destacando-se as compras aos Produtores em Regime Especial pelo seu peso já significativo (6,7%) e que, este ano, aumentaram cerca de 14%.

As compras de energia, em 2000, ascenderam a 37.008 GWh (mais 5,5% do que no ano anterior), correspondendo a 373,2 milhões de contos.

Compras de Energia Eléctrica ^(GWh)

	2000	1999	% var. 2000/1999
à REN	33.915	32.483	4,4%
ao SENV	624	447	39,6%
aos PRE (produtores regime especial)	2.469	2.165	14,0%
Total	37.008	35.095	5,5%

Das vendas de electricidade ao SEP, num total de 34.091 GWh, destacam-se as de Baixa Tensão, que continuam a registar um crescimento elevado, da ordem dos 6,2%, tendo atingido 55% do total, no ano 2000.

Relativamente ao número de clientes, registou-se a passagem para o Sistema Não Vinculado (SENV) de 3 clientes de Alta Tensão, consequência da abertura do mercado. Apesar disso, o aumento dos fornecimentos em Alta Tensão foi significativo, da ordem dos 7,5%, essencialmente devido à elevada procura por parte dos cogeneradores, cuja produção diminuiu em consequência do forte acréscimo de preços dos combustíveis.

Por outro lado, o número de clientes de Média Tensão apresentou um acréscimo de 3,8%, apesar da passagem de 15 clientes para o SENV.

Vendas de Energia Eléctrica (GWh) - SEP

	2000	1999	% var. 2000/1999
MAT	776	759	2,2%
AT	3.328	3.096	7,5%
MT	11.092	10.639	4,3%
BTE	2.657	2.492	6,6
BTN	15.227	14.347	6,1%
IP	1.010	947	6,7%
Total	34.090	32.280	5,6%

Número de Clientes - SEP

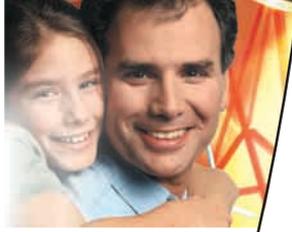
	2000	1999	% var. 2000/1999
MAT	11	11	0,0%
AT	90	91	-1,1%
MT	18.834	18.140	3,8%
BTE	25.394	24.507	3,6%
BTN	5.332.331	5.211.279	2,3%
IP	38.644	37.492	3,1%
Total	5.415.304	5.291.520	2,3%

A facturação da venda de energia eléctrica a clientes atingiu, em 2000, o montante global de 613,9 milhões de contos (líquidos de descontos e sem IVA), correspondendo 180,8 milhões de contos a fornecimentos de energia em Média, Alta e Muita Alta Tensão e 433,1 milhões de contos a fornecimentos em Baixa Tensão. Nestes valores não estão considerados os fornecimentos ao Grupo nem a energia em contadores.

Facturação de Energia Eléctrica (milhões de contos)

	2000	1999	% var. 2000/1999
MAT	5,4	5,5	-1,8%
AT	26,7	26,4	1,1%
MT	148,6	144,7	2,7%
BTE	49,3	46,9	5,1%
BTN	367,5	349,8	5,1%
IP	16,4	14,8	10,8%
Total	613,9	588,1	4,4%

(Dedução feita dos descontos de interruptibilidade e de correcção tarifária. Não inclui os fornecimentos ao Grupo nem a energia em contadores. Sem IVA.)



Como resultado do aumento dos consumos (5,6%), e apesar da descida do preço médio de venda de electricidade (0,6%), verificou-se um aumento da facturação de electricidade de cerca de 4,4%.

Esta variação resulta de um aumento de 5,3% em Baixa Tensão e de 2,4% nas restantes tensões.

Em 2000, a EDP Distribuição facturou 231,2 mil contos aos clientes que optaram pelo SENV, pelo Uso da Rede de Distribuição, correspondentes a 216,2 GWh de energia transitada nas redes.

As dívidas de clientes, no fim do ano 2000, ascendiam a 115,8 milhões de contos e representam 18,9% dos proveitos de venda de energia eléctrica no exercício. Neste montante está incluída a dívida vencida (12,7 milhões de contos), a de cobrança duvidosa (37,3 milhões de contos) e a dívida consolidada das autarquias (27,0 milhões de contos).

A sua desagregação é a seguinte:

Dívidas de Clientes (milhões de contos)

	2000	1999	% var. 2000/1999
Estado e Organismos Oficiais	5,4	5,2	3,8%
Autarquias Locais	51,7	51,4	0,6%
Sector Empresarial e Privado	58,7	56,5	3,9%
Total	115,8	113,1	2,4%

Qualidade de Serviço

Os valores globais dos indicadores de Qualidade de Serviço em 2000 sofreram uma deterioração, face a 1999, uma vez que o comportamento da rede foi fortemente penalizado por um incidente verificado em Maio, na Rede de Transporte, e pelas condições atmosféricas extremamente adversas que ocorreram em Dezembro.

Deu-se continuidade à implementação do Programa de Melhoria da Qualidade de Serviço, criado na Distribuição para corrigir as situações mais desfavoráveis e permitir uma maior rapidez na reposição do serviço da rede com o inerente reflexo na Qualidade de Serviço.

Foi elaborado e submetido à aprovação da DGE (Direcção-Geral de Energia) o Plano de Monitorização da Qualidade e Continuidade da Onda de Tensão das Redes da EDP Distribuição para o ano de 2001.

Fornecimento no Sistema Não Vinculado

O processo de desenvolvimento e consolidação de uma presença sustentável da EDP no Sistema Eléctrico Não Vinculado, através da EDP Energia, mobilizou uma parcela importante dos recursos da empresa durante o ano de 2000.

Assim, foram desenvolvidas várias acções relacionadas com a montagem das operações, tendo em vista a prossecução do objectivo acima enunciado, das quais se destacam: recrutamento e formação de recursos humanos; desenvolvimento de aplicações de apoio à decisão nas áreas da programação da produção e da previsão dos consumos; segmentação e definição do sistema de informação de gestão.

A EDP Energia iniciou em Maio o fornecimento de energia eléctrica no Sistema Eléctrico Não Vinculado, tendo comercializado 216.5 GWh, apoiando-se na produção da central de Belver e em contratos de substituição dos seus meios de produção, celebrados com outros fornecedores/produtores.

A empresa, para além dos contratos de fornecimento que já possuía para abastecimento à EDP Distribuição, desenvolveu a sua actividade com o objectivo de fornecer energia eléctrica aos clientes que aderiram aos mecanismos de mercado. Refira-se que, dos 18 clientes que obtiveram o estatuto de Cliente Não Vinculado durante o ano de 2000, nove optaram pela EDP Energia.

A actividade comercial desenvolvida assentou num relacionamento contínuo, personalizado, imediato e de franca colaboração com os clientes, tendo em vista uma elevada "customização" do tipo de oferta, dadas as características do segmento em causa, e um aumento do valor disponibilizado ao cliente.

Por outro lado, a empresa iniciou a actividade de *trading*, reunindo um *portfolio* de contratos de compra e venda de energia com agentes externos.

Pretendeu-se assim, durante o ano de 2000, preparar uma estratégia e uma estrutura que permitam à EDP responder aos desafios e às oportunidades que decorrem do processo de liberalização do sector eléctrico.

Investimento em Electricidade

Investimento no Negócio da Electricidade (milhares de contos)

	2000	1999
Produção	19.937	23.725
vinculada	9.710	10.095
não vinculada	2.833	2.387
energias renováveis	2.290	3.694
cogeração	5.104	7.549
Distribuição	47.218	46.996
Outros	200	136
Total sem REN	67.355	70.857
Transporte	3.023(*)	10.300
Total	70.378	81.157

(*) Apenas se considera o valor do investimento da REN no 1º semestre de 2000

O total do investimento operacional do Grupo EDP, no negócio da electricidade em Portugal, ascendeu a 70,4 milhões de contos em 2000, não considerando o investimento da REN no segundo semestre que, em resultado da venda de 70% do seu capital ao Estado, deixa de ser consolidada a nível operacional no Grupo EDP.

Comparando o valores corrigidos (sem REN) do investimento em 2000 e em 1999, verifica-se uma redução de cerca de 5%, explicada essencialmente pelo peso em 1999 dos investimentos na Soporgen (cogeração) e na Central de Resíduos Sólidos de Mortágua (energias renováveis), centrais estas que entretanto iniciaram operações.



Investimento em Produção Vinculada (CPPE)

O investimento da CPPE, a custos totais, atingiu 9,7 milhões de contos, sendo de destacar os montantes relativos a Novos Centros Produtores, com 2,9 milhões, e às Centrais em Exploração, com 5,3 milhões. Dos investimentos no parque em exploração, 1,8 milhões de contos foram aplicados na Produção Hidráulica e 3,5 milhões de contos na Produção Térmica.

Relativamente aos projectos principais, realçam-se os aspectos considerados mais significativos:

- Início das Obras Principais do Empreendimento de Venda Nova II e a adjudicação do fornecimento dos Grupos Reversíveis, em Abril de 2000;
- Início de novos estudos no âmbito do processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto do Baixo Sabor;
- Conclusão do Programa de Medidas Primárias para a redução de emissões atmosféricas da Central de Sines e início do projecto substituição dos computadores de processo da mesma Central;
- Realizada a 1ª fase dos trabalhos de modernização dos equipamentos, sistemas e instalações do aproveitamento hidroeléctrico de Castelo do Bode, com a finalidade de prolongar a sua vida útil, com níveis aceitáveis de disponibilidade;
- Conclusão e entrada em serviço do Centro de Telecomando único, nas proximidades do aproveitamento da Régua, a partir do qual se passou a assegurar a operação à distância, de todo o parque hidroeléctrico a cargo da CPPE.

Investimento em Produção Não Vinculada

Relativamente à Produção Não Vinculada, foram feitos investimentos, em 2000, no valor total de 2,8 milhões de contos, dos quais 0,7 milhões de contos respeitaram à TER-Termoeléctrica do Ribatejo, S.A., e os restantes 2,1 milhões de contos às empresas detentoras das mini-hídricas não vinculadas (HDN, Hidrocenel e EDP-Energia).

Até à adjudicação do Contrato "Chave-na-Mão" para a construção, fornecimentos, montagem e ensaios da nova central de ciclo combinado, o que deverá ocorrer em 2001, os valores investidos pela TER correspondem fundamentalmente aos custos decorrentes do contrato de assessoria de engenharia celebrado no âmbito de empresas do Grupo (nomeadamente a PROET).

As empresas HDN, Hidrocenel e EDP-Energia deram continuidade aos seus programas de investimento no aumento da capacidade e flexibilidade de produção, através de obras de beneficiação, automatização de comando e reforço de potência do parque produtor. Do investimento efectuado, destacam-se os montantes relativos à grande conservação do grupo VI da central de Belver (EDP Energia), que atingiu 257 milhares de contos e à remodelação do edifício da mesma central, que atingiu 100 milhares de contos.

Investimento em Energias Renováveis

O investimento em 2000 foi originado pelos parques eólicos de Cabeço da Rainha (que entrou em serviço neste ano) e de Cadafaz (início da construção), bem como pela continuação de estudos tendentes ao desenvolvimento de uma "carteira de sítios" adequados para futuros empreendimentos.

Investimento em Cogeração

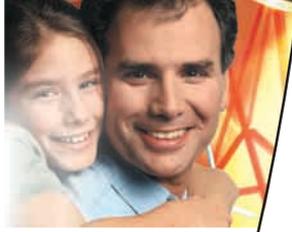
O investimento no exercício é relativo aos valores investidos pela SOPORGEN (cerca de 1,4 milhões de contos) e pela ENERGIN AZÓIA (cerca de 3,7 milhões de contos), empresas maioritariamente detidas pelo Grupo EDP e que irão explorar centrais de cogeração. No primeiro caso, o início da exploração da central ocorreu durante o ano 2000, no segundo, deu-se início à construção da central.

Investimento na Distribuição

O investimento realizado nas redes de distribuição permitiu assegurar o abastecimento dos consumos e teve como preocupação essencial potenciar uma melhor qualidade de serviço aos clientes, em termos de adequação da tensão aos níveis regulamentares, e de garantia de continuidade de serviço.

O processo de racionalização em curso na distribuição permitiu manter as despesas de investimento ao nível do ano anterior, com um montante de 47,2 milhões de contos.

Continuam a verificar-se os pedidos de ligação às redes de novos produtores independentes, ao abrigo de legislação específica (Produtores em Regime Especial), o que tem conduzido a um sensível crescimento das redes e a um grande esforço de planeamento e da segurança de exploração.



Multi-serviços (*Multy-Utility*)

Estratégia

Após muitos anos de actividade, o Grupo EDP conseguiu reunir um conjunto de activos e competências que lhe permitem enfrentar novos desafios. Acresce ainda que a EDP é uma empresa com características únicas: o seu produto "electricidade" chega a casa de todos os portugueses.

Ao longo dos anos, desenvolveu plataformas informáticas e formou recursos humanos que especializou no serviço de apoio ao cliente. A EDP foi pioneira em colocar à disposição dos seus milhões de clientes um centro de atendimento telefónico para facilitar o seu contacto com a empresa. Já disponibiliza serviços de leitura e facturação a clientes de outros bens de consumo geral – como a água e o gás. Criou a Edinfor, hoje uma grande empresa portuguesa de informática.

A ampla experiência adquirida como prestador de serviços no sector eléctrico, a proximidade e conhecimento dos seus clientes, a qualidade pela qual é reconhecido, são factores-chave que permitem ao Grupo EDP acreditar ter todas as potencialidades para oferecer com sucesso novos serviços aos seus clientes e se impor como uma empresa multi-serviços.

Com esta estratégia multi-serviços, o Grupo EDP pretende alcançar essencialmente dois objectivos.

Por um lado, potenciar a sua base de clientes e os seus activos para captar sinergias entre os negócios da electricidade, da água e do gás. Desta forma, o Grupo EDP

pretende satisfazer a crescente exigência de qualidade e comodidade no acesso aos serviços de consumo geral, bem como fornecer um serviço mais económico aos clientes, nomeadamente através da criação de serviços partilhados que permitam uma redução dos custos comerciais totais desses negócios e portanto a criação adicional de valor para os accionistas.

Por outro lado, ao desenvolver estes esforços estará a contribuir para a fidelização dos seus clientes num contexto de crescente liberalização do sector eléctrico e para a diversificação dos riscos regulamentares que afectam a sua actividade.

No entanto, a concretização desta estratégia só é possível num quadro de parcerias com outras empresas prestadoras de serviços de consumo geral ("utilities"), especificamente a água e o gás. Neste sentido, o Grupo EDP pretende estabelecer e solidificar estas parcerias através da participação no capital dessas empresas. Assim, no contexto desta estratégia de multi-serviços interessa salientar dois factos relevantes no exercício de 2000.

O primeiro refere-se à aquisição pelo Grupo EDP de 11% do capital da GALP Energia, numa operação realizada em Janeiro de 2000 e que envolveu a reestruturação accionista da *holding* nacional de gás e petróleo. Com esta aquisição, o Grupo EDP reforçou a sua participação na GALP Energia para 14,27%, a qual irá potenciar o desenvolvimento de projectos na área da produção eléctrica e da cogeração, bem como a prestação de serviços no negócio da distribuição de gás natural a clientes domésticos.

O outro facto refere-se ao interesse do Grupo EDP em reforçar a sua ligação ao negócio da água, estando presentemente em fase de negociações com o Grupo AdP – Águas de Portugal.

Em 2000, a actividade de multi-serviços contribuiu com 2,5 milhões de contos (12,5 milhões de Euros) para os proveitos de prestações de serviços do Grupo EDP. Esta actividade

engloba os serviços prestados relativamente à leitura de contadores, serviços de facturação e gestão de cobranças efectuados a 300.000 clientes de gás e facturação dos mais de 2.000.000 clientes de serviços de água em mais de uma centena de Municípios portugueses.

Águas e Saneamento

A clarificação da estratégia do Grupo EDP, elegendo o conceito de *multi-utility* como um dos quatro pilares daquela estratégia, e as novas orientações para o sector das águas em Portugal constantes do "Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2000-2006", aprovado e publicado pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, levaram a uma aproximação negocial entre os Grupos EDP e AdP – Águas de Portugal.



Este processo, que se estendeu por grande parte do ano 2000, condicionou naturalmente a implementação da estratégia inicialmente delineada pela EDP Águas, esperando-se que durante o próximo exercício se concretize, em novos moldes, a afirmação do Grupo EDP no sector das águas.

No campo internacional, a actividade nesta área esteve focada essencialmente no Chile, onde, no seguimento da aquisição de 25,5% do capital da ESSEL – Empresa de Serviços Sanitários del Libertador, S.A., realizada em leilão público em Novembro de 1999, foi iniciada, no exercício de 2000, a participação do Grupo EDP na gestão da empresa que opera na captação e distribuição de água potável e na recolha e tratamento de águas residuais na Região del Libertador.

A ESSEL, com uma quota de mercado em termos de população atendida – mais de 500.000 habitantes – de cerca de 4%, vinha apresentando resultados negativos nos anos anteriores à privatização, tendo-se já no ano de 2000 conseguido fazer a inversão daquela tendência.

Ainda que este investimento no Chile não esteja enquadrado nas prioridades do Grupo a nível da estratégia de internacionalização, continuará a ser gerido numa perspectiva de criação de valor para o accionista.



Sistemas Comerciais

No ano 2000, o Grupo EDP concentrou esforços no projecto do Sistema de Gestão Comercial da Distribuição (SGCD), projecto que, para já, se situa no âmbito das áreas de distribuição e comercialização de electricidade, procurando dotá-la de um suporte capaz de responder às necessidades de actuação num mercado de energia liberalizado, mas que virá a contemplar, também, dimensões multi-produto, multi-serviço e multi-empresa, ultrapassando a vertente electricidade e suportando o desenvolvimento de novos negócios. A sua entrada em exploração realizar-se-á ao longo de 2001.

A par do SGCD desenvolve-se o projecto de Gestão de Contactos com Clientes (inserido nos processos conhecidos por CRM – Customer Relationship Management). Com este projecto, para além de se visar a substituição do actual Atendimento Telefónico de clientes de electricidade, pretende-se dotar o Grupo EDP com múltiplos canais de comunicação, integrados numa plataforma de suporte, quer ao atendimento de clientes, quer a acções de marketing e vendas, que possa ser utilizada pelas mais variadas áreas de negócio do Grupo. Está prevista, para o primeiro trimestre de 2001, a conclusão da primeira fase deste projecto;

Internacionalização

Presença Internacional do Grupo EDP



Estratégia

O exercício de 2000 caracterizou-se, no plano internacional, pelo prosseguimento coerente das linhas de orientação estratégica anteriormente definidas para o Grupo, entre as quais cumpre destacar a concentração de investimento e recursos de gestão em mercados dotados de uma massa crítica adequada e elevado potencial de crescimento, nos quais a EDP possa tirar partido das suas vantagens competitivas.

A prioridade estratégica assenta no investimento no negócio eléctrico do Brasil, aposta que o Grupo EDP tem vindo continuamente a reforçar, por se tratar de um mercado com dimensão relevante e onde o consumo de electricidade deverá crescer, no médio e longo prazos, a taxas superiores às do crescimento do produto.

Neste mercado, e em relação ao negócio da distribuição de electricidade, onde o Grupo EDP detém já uma presença significativa, o objectivo passa por consolidar as suas actuais participações accionistas, o que no ano de 2000 foi concretizado através da bem sucedida Oferta Pública de Aquisição sobre a Bandeirante (empresa de distribuição de electricidade no Estado de São Paulo). Desta forma, a EDP pretende assumir o controlo da gestão operacional das empresas onde está presente e, assim, tirar partido do potencial de ganhos de produtividade e eficiência ao nível da distribuição de electricidade.

Ir-se-ão igualmente explorar no Brasil as oportunidades existentes para investimentos no domínio da produção de



electricidade, onde é patente a necessidade de ampliar a capacidade existente por forma a favorecer o crescimento potencial da economia. Contudo, o Grupo EDP avaliará atentamente as condições de passagem dos custos de produção para a tarifa final de venda ao consumidor que o sistema tarifário brasileiro consagrar, tendo presente nomeadamente a necessidade de ter a garantia de que eventuais alterações do preço do gás natural (combustível das futuras centrais de produção) sejam repercutidas na tarifa final, condição que entende ser crucial face ao elevado risco que a volatilidade cambial no Brasil representa.

Os investimentos realizados em outros mercados continuarão a ser geridos dentro duma mais pura óptica de criação de valor, sendo certo estar a carteira de investimentos internacionais da EDP sujeita a uma constante análise, por forma a assegurar o seu alinhamento estratégico.

Refira-se que, em 2000, a EDP registou lucros de 6,5 milhões de contos na área internacional. A contribuição das empresas participadas no Brasil para o resultado líquido do Grupo EDP ascendeu a cerca de 3,6 milhões de contos, representando mais de 50% do total de resultados obtidos pelo Grupo no estrangeiro. Assiste-se, pois, a uma melhoria da performance das participadas, face aos prejuízos verificados em 1999, em que se registaram perdas de 5,2 milhões de contos.

Brasil

Nova Organização da Actividade no Brasil

No sentido de aumentar a rapidez e a capacidade de adaptação da estratégia do Grupo EDP à conjuntura dinâmica e competitiva do Brasil e de procurar garantir o alinhamento desta estratégia com o desempenho das controladas, foi tomada a decisão de constituir uma nova empresa, denominada "EDP Brasil S.A.", destinada a evoluir para sub-*holding* do Grupo neste país, com um papel misto de "controlador estratégico" e de "arquitecto estratégico".

No mesmo sentido, perspectivou-se o desdobramento da actividade desenvolvida (ou a desenvolver) no Brasil em quatro grandes áreas que, a curto prazo, serão coordenadas em primeira instância pela "EDP Brasil": Produção ("Energen"), Distribuição ("Enerdis"), Comercialização e *Trading* ("Enertrade") e Serviços Corporativos. Como actividade nova emergirá, pois, o *Trading* – focado na assunção e na gestão de riscos de volume e preço de energia – que se pretende venha a constituir uma competência central do Grupo EDP no Brasil.

No plano dos rearranjos das participações accionistas – basicamente orientados para a obtenção de posições dominantes nas participadas – merece especial destaque o lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição conjunta por parte da "Enerpaulo" (participada a 100% pelo Grupo EDP) e da "CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz", sobre a totalidade das acções preferenciais e ordinárias da "Bandeirante Energia S.A.", na proporção das acções que as ofertantes detinham no bloco de controlo. Tendo esta OPA sido bem sucedida, a "Enerpaulo" ficou a deter 54,74% das

acções ordinárias e 53,46% das acções preferenciais daquela distribuidora, que serve mais de dois milhões de clientes no Estado de São Paulo.

Ao invés, mas em coerência com a política atrás mencionada, a EDP vendeu à Endesa a totalidade das acções que detinha fora do bloco de controlo da "CERJ – Companhia de Electricidade do Rio de Janeiro" (10,94% do capital) por 16,6 milhões de contos, mantendo ainda a posse da sua participação de 30% no bloco de controlo, que corresponde a cerca de 19% do capital total da CERJ.

A OPA sobre a Bandeirante e a redução da participação na CERJ, de 23% para 19%, sinalizam o início de rearranjos accionistas necessários à obtenção de uma melhor racionalidade na inserção da EDP no sector eléctrico brasileiro.

As previsões para a economia brasileira em 2001 apresentam-se favoráveis. É expectável um aumento do PIB na ordem de 4,5% e a consolidação da estabilidade económica com índices de inflação inferiores ao crescimento do PIB. Estas indicações apontam para um crescimento sustentado, em 2001, que se deverá traduzir no incremento do consumo de energia eléctrica.

Este quadro e a reestruturação por que passa a actividade do Grupo EDP no Brasil, permitem prever uma expansão da participação no mercado brasileiro de energia, transformando a EDP num dos mais importantes agentes do sector.

Regulação do Sector Eléctrico Brasileiro

O Sector Eléctrico Brasileiro continuou, no ano 2000, em plena via de mudanças. Este processo iniciou-se com o fim da existência da tarifa uniformizada no país, em 1993, e foi seguido pelas leis que regulamentaram aspectos da Constituição de 1988, especialmente os referentes à concessão de serviços públicos de energia eléctrica.

Em 1996, com o programa de privatização das concessionárias de distribuição em franco desenvolvimento, iniciou-se o processo de reestruturação do Sector Eléctrico, com a desverticalização das actividades de produção, transmissão, distribuição e comercialização de electricidade e com o estabelecimento de um novo marco regulatório.

Este novo marco regulatório culminou com a constituição de um órgão regulador, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Eléctrica, e com a separação das actividades relacionadas com os aspectos físicos da energia eléctrica, através da criação do ONS – Operador Nacional do Sistema Eléctrico, das relacionadas com os aspectos comerciais e financeiros, através do estabelecimento do MAE – Mercado Atacadista de Energia Eléctrica.

O ONS é o responsável pela optimização e operação do sistema eléctrico, despacho e transmissão de energia. O MAE é o ambiente onde se processam as compras e vendas de energia eléctrica.

Os próprios agentes do mercado (produtores, distribuidores e comercializadores) definiram as regras do Mercado Atacadista, que entrou em operação em 1 de Setembro de 2000, criando a ASMAE – Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia



Eléctrica, entidade responsável pela contabilização e liquidação das transacções de energia de curto prazo, entendida como a diferença entre a energia medida e a contratada bilateralmente.

Estas regras criam riscos para os agentes ao introduzir volatilidade de preços para a energia, riscos que podem e devem ser geridos. Para isto, a EDP criou uma empresa comercializadora de energia, a ENERTRADE, em Novembro de 2000.

O Brasil é um país que se tem caracterizado por uma procura de electricidade que cresce a níveis elevados, superiores aos do PIB, exigindo uma constante expansão do seu parque electroprodutor. Neste campo, também a EDP tem estado presente, através da ENERGEN, empresa criada em Agosto de 2000, que coordena e gere as iniciativas nesta área.

Boa parte da regulamentação ainda está por ser feita, especialmente quanto aos consumidores livres, separação distribuição/comercialização e quanto ao Factor X (reductor ligado a ganhos de produtividade a ser aplicado às tarifas de energia eléctrica das distribuidoras), assuntos que o Poder Regulador tem colocado em discussão com a sociedade.

Produção no Brasil

No início do ano 2000, na sequência dos esforços que tem vindo a desenvolver para a resolução dos problemas inerentes à ameaça de *déficit* no abastecimento de energia eléctrica ao país, no médio prazo, o Governo brasileiro lançou o Programa Prioritário Termoeléctrico, visando a instalação de 55 Centrais Termoeléctricas, a gás natural, com uma potência total da ordem de 15.000 MW.

A EDP, respondendo ao solicitado, manifestou interesse em alguns dos projectos propostos com uma potência da ordem dos 1.400 MW.

A CERJ, ESCELSA e ENERSUL, distribuidoras participadas pela EDP, também manifestaram interesse em 3 projectos, com uma potência total de 1.540 MW.

Em Agosto de 2000, a EDP constituiu a ENERGEN, SA – Empresa Brasileira de Geração de Energia, visando a coordenação e gestão de negócios na área da produção de energia.

No sector da produção hidroeléctrica, a construção da “Usina Luís Eduardo Magalhães” (UHE Lajeado, com 850 MW de potência) continuou em bom ritmo, cumprindo-se o programa estabelecido e mantendo-se as datas de entrada dos grupos em serviço comercial, entre Janeiro e Novembro de 2002.

O sector da produção termoeléctrica foi marcado, no ano 2000, pelo início dos estudos e trabalhos necessários ao desenvolvimento dos projectos do Programa Prioritário Termoeléctrico. Estes trabalhos contemplaram: a escolha de sítios para centrais; a obtenção de licenças ambientais; bem como a negociação de contratos para fornecimento de gás, para a venda de energia e para a ligação ao sistema eléctrico com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

A cogeração industrial cuja importância para a EDP e para as empresas de Distribuição participadas é relevante, constituindo um recurso para preservar grandes clientes industriais, potenciais clientes livres, teve como marco mais importante o fecho do acordo com a Petrobrás para a construção da Central de cogeração da fábrica de fertilizantes nitrogenados da Bahía,

FAFEN. Esta Central produzirá 58 MW eléctricos e 152 t/h de vapor em ciclo combinado a gás natural.

Distribuição no Brasil

Com a participação accionista nas concessionárias ESCELSA (Espírito Santo), ENERSUL (Mato Grosso do Sul), CERJ (Rio de Janeiro), COELCE (Ceará) e BANDEIRANTE (São Paulo), a EDP forneceu em 2000 energia eléctrica a cerca 6,6 milhões de consumidores, num total de 44.000 GWh, que se traduziu em 5.300 milhões de reais de facturação. O número total de colaboradores é de 9.600 e a população beneficiada pelos serviços atinge 60 milhões de pessoas.

A EDP Brasil S.A. foi criada em 24 de Julho de 2000, com o objectivo de criar melhores condições para atingir os compromissos assumidos, agregando valor para os accionistas, consolidando a presença no país e coordenando mais eficazmente os investimentos.

O sucesso obtido com a OPA lançada em 18 de Novembro sobre a Bandeirante Energia constituiu um bom indicador e marco relevante na vida da empresa. A participação accionista da EDP passou assim de 16,69% para 53,97% do capital total.

A Bandeirante Energia obteve um lucro líquido do exercício de 50,2 milhões de reais, confirmando assim a franca recuperação da empresa. Entre os factores responsáveis pela melhoria esteve o crescimento de 6% do mercado.

Serviços Partilhados no Brasil

A reorganização da estrutura empresarial no Brasil, operada no ano 2000, deu lugar à criação da empresa EDP Brasil Serviços Corporativos Lda., com o objectivo de centralizar a prestação de serviços de estrutura par-

tilhados às empresas de produção, distribuição, *trading* e comercialização do Grupo EDP no Brasil.

Esta empresa deverá prover à realização de todos os processos de suporte, designadamente a leitura e facturação dos fornecimentos, finanças e administração.

A prestação destes serviços de forma partilhada deverá proporcionar ganhos importantes pela redução de custos nos processos de suporte, que poderão ainda ser alavancados pelas decisões que vierem a ser tomadas sobre os rearranjos societários nas empresas participadas.

Outros Mercados

Macau

No Extremo Oriente, que mostra estar a emergir da crise que a afectou nos anos mais recentes, continuaram a posicionar-se quase todas as grandes empresas de electricidade dos cinco continentes, atentas aos desenvolvimentos que se vão verificando, quer nos mecanismos de regulação, quer no desempenho económico, quer ainda no enquadramento jurídico do investimento estrangeiro.

Dispondo da "CEM – Companhia de Electricidade de Macau" como posto de observação privilegiado e contando ainda com a vantagem comparativa que lhe é conferida pela rede de contactos desta sua participada e pela disponibilidade de engenheiros e outros técnicos de língua materna e de cultura chinesas, o Grupo EDP manteve-se na primeira linha das empresas atentas a este mercado.

Cabo Verde

O Grupo EDP, em associação com o Grupo AdP – Águas de Portugal, assumiu em 2000 a gestão da



ELECTRA, tendo sido definidas como prioridades a criação das condições necessárias à prossecução de um programa de investimentos adequado à realidade local, e a reorganização da empresa, enquanto factores de rentabilização da actividade objecto da concessão.

Marrocos

O ano 2000 foi caracterizado pelo prosseguimento dos esforços tendentes a racionalizar a REDAL, enquanto novo modelo empresarial de prestação dos serviços de electricidade, água e saneamento a Rabat-Salé.

O mercado da REDAL apresenta taxas de crescimento interessantes e as condições macroeconómicas têm-se caracterizado pela estabilidade, estando, assim, presentes as condições de base para a adequada rentabilização do contrato de gestão delegada.

Guatemala

Durante o exercício, continuaram a ser notórios os efeitos positivos do esforço de racionalização empreendido na distribuidora EEGSA, com os resultados líquidos a permanecerem virtualmente inalterados face a 1999, apesar de uma envolvente económica menos favorável.

Não se enquadrando nas prioridades definidas à luz da orientação estratégica do Grupo no campo internacional, o investimento na Guatemala continuará a ser acompanhado de perto, numa óptica de garantir a maximização de valor para os accionistas.

Investimento em Internacionalização

Internacionalização – Investimento 2000

Empresa	País	Actividade	mil contos
Bandeirante	Brasil	Distribuição Electricidade	41.304
Investco (Lajeado)	Brasil	Produção de Electricidade	4.280
FAFEN	Brasil	Cogeração (electricidade e vapor)	873
Essel	Chile	Distribuição Água e Saneamento	14.000
EEGSA	Guatemala	Distribuição Electricidade	535
			60.992

O investimento realizado no Brasil em 2000 reflectiu a decisão estratégica da EDP de consolidar e racionalizar a sua permanência nos sectores de Produção e de Distribuição, prosseguindo a construção da UHE Lajeado, realizando estudos de viabilidade para novos projectos hidroeléctricos, iniciando a construção da Central de cogeração da FAFEN, e reforçando a participação accionista na Bandeirante Energia com a compra das posições dos accionistas minoritários em Oferta Pública lançada em 18 de Novembro.

Estratégia

As Telecomunicações representam para a EDP um dos pilares da sua estratégia de desenvolvimento. Fruto dessa aposta, a EDP procedeu à potenciação das suas participações no sector e abriu parte do capital a novos parceiros.

A ONI, operadora detida maioritariamente pelo Grupo EDP, afirma-se como a alternativa de referência no sector das Telecomunicações, Media e Tecnologia (TMT) e diferencia-se pela sua proposta de valor, que assenta em quatro vectores fundamentais:

→ a sua visão inovadora:

A ONI reconhece o papel central da Internet e o potencial da convergência de tecnologias e serviços de voz e dados e posiciona-se como agente de mudança, potenciador da competitividade dos seus clientes;

→ o pioneirismo da sua actuação:

A ONI lidera desde o primeiro momento o desenvolvimento do sector das telecomunicações, afirmando-se como a alternativa ao operador histórico através da oferta global e integrada de serviços de voz, dados e internet, no âmbito fixo e móvel, gestão de redes e consultoria. Este compromisso com o mercado transparece no facto de a ONI ter sido no ano 2000 o primeiro operador a prestar serviços de voz em acesso directo via FWA (Fixed Wireless Access – acesso fixo via rádio) e também o primeiro a entregar ao operador incumbente pedidos de pré-selecção automática de chamadas;

→ o controlo da cadeia de valor:

A ONI é o único dos novos operadores a oferecer uma oferta global e integrada de serviços, suportada no controlo sobre as infra-estruturas de telecomunicações em todos os pontos de operação, nomeadamente através da utilização de uma rede nacional de fibra óptica, conexões directas aos principais *hubs* internacionais de tráfego e redes de acesso directo via rádio e via fibra óptica urbana (MAN);

→ a qualidade da sua oferta:

a ONI garante a qualidade da sua rede de transmissão SDH (tecnologia Synchronous Digital Hierarchy para transmissão em fibra óptica), bem como o profundo conhecimento e experiência dos seus recursos humanos.

Durante o ano 2000, o Grupo EDP reforçou decisivamente a sua aposta no sector das TMT, ao estabelecer, em Março, uma parceria estratégica com a BCP-Banco Comercial Português para os negócios de “e-finance”, de serviços não financeiros com base na Internet e de telefonia móvel de terceira geração (UMTS). Esta parceria baseia-se no reconhecimento da existência de objectivos comuns e de capacidades complementares por parte dos dois Grupos, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de crescimento nestas áreas de negócio.

Adicionalmente, o acordo prevê o estabelecimento de participações cruzadas entre o BCP e a EDP até 5% do capital do parceiro. Ainda no âmbito deste acordo, o Presidente do Conselho de Administração do BCP foi eleito para o Conselho de Administração da EDP, ten-



do também o Presidente do Conselho de Administração da EDP sido eleito membro do Conselho Superior do BCP.

A parceria foi reforçada em Setembro de 2000, com o acordo de venda, pela EDP ao BCP, de uma participação de 27,5% no capital da ONI SGPS S.A. e da ONItelecom S.A.. Por seu lado, o BCP alienou ao Grupo EDP acções próprias que permitiram à EDP elevar a sua participação para 4,25% no capital do BCP, bem como a totalidade do capital social da Shopping Direct, Comércio Electrónico, S.A..

Também no ano 2000, o Grupo EDP assegurou uma posição de relevo no sector das Tecnologias de Informação com a aquisição de 60% da empresa CASE e o conseqüente fortalecimento da já anterior parceria CASE / EDINFOR (empresa do Grupo EDP). Após esta operação, foi criada a ACE, uma empresa participada em 60% pela EDINFOR e 40% pelos restantes accionistas da CASE, que passará a constituir a maior empresa portuguesa de prestação de serviços de consultoria informática e sistemas de informação, com recursos e competências à escala internacional. A ACE terá capacidade de oferecer ao mercado um conjunto completo de soluções e serviços integrados e de aumentar a significativa base de clientes que a EDINFOR e a CASE possuem actualmente nos segmentos alvo do mercado.

Na base deste acordo CASE / EDINFOR está a perfeita identificação com as estratégias, valores e práticas empresariais, partilhados pelos accionistas de referência de ambas as empresas, bem como a completa conjugação de competências nas actividades desenvolvidas e o excelente entendimento nos negócios comuns iniciados em 1993.

Liberalização e Regulação do Sector das Telecomunicações em Portugal

O exercício de 2000 marcou o início da fase final do processo de liberalização do sector das telecomunicações em Portugal, nomeadamente através da abertura à concorrência da prestação de Serviço Fixo Telefónico. A ONI, iniciou a sua actividade comercial em 1 de Janeiro de 2000, tendo sido o primeiro dos novos operadores a entrar no mercado.

O processo de abertura do mercado tem registado, progressivamente, avanços significativos, e a produção de determinações específicas pelo regulador de mercado, o ICP – Instituto das Comunicações de Portugal, tem beneficiado de uma forma geral o sector, contribuindo para uma maior transparência e igualdade de condições na oferta de produtos e serviços.

De destacar também que a portabilidade do número e a oferta desagregada de lacete local (OLL), elementos fundamentais para o desenvolvimento da concorrência no Serviço Fixo Telefónico na modalidade de acesso directo, foram também objecto de consultas públicas promovidas pelo ICP e conhecerão a sua implementação no ano de 2001.

Grupo EDP nas Telecomunicações: ONI

Por forma a possibilitar uma abordagem diferenciadora do mercado, a ONI organizou-se em torno de um conjunto de estruturas altamente focadas nos segmentos base do mercado. Este modelo organizacional assenta nas seguintes empresas:

→ ONI SGPS: *holding* liderada pela EDP em conjunto com o BCP e a GALP Energia, para actuar como

operador integrado na área das Telecomunicações, Media e Tecnologia;

- ONI SOLUTIONS: fornecedor integrado de soluções para empresas, juntando as telecomunicações tradicionais com serviços de elevado valor acrescentado como a segurança, gestão de aplicações e consultoria;
- ONI ONE: dirigida ao mercado residencial, oferece soluções baseadas em serviços integrados de Internet, voz directa, voz indirecta e cartões telefónicos pré-pagos;
- ONI GRANDES REDES: focada no fornecimento de serviços de capacidade e interligação para operadores, com interligação ibérica em fibra óptica;
- ONI WEB: empresa vocacionada para a capitalização de oportunidades no âmbito das aplicações da internet e da Nova Economia;
- ONI WAY: consórcio ganhador de uma das licenças UMTS atribuídas pelo ICP, e participado em 55%, pela ONI SGPS.

ONI no Mercado das Telecomunicações

A aceitação do mercado às propostas da ONI foi desde o início muito positiva, garantindo para a empresa uma posição de liderança entre os novos operadores, conforme atestam os seguintes indicadores:

- cerca de 300.000 linhas telefónicas registadas nas plataformas *narrowband*, tendo comutado mais de 100 milhões de minutos de voz. É de destacar que cerca de 20% do total desse tráfego foi já originado em acesso directo;

→ mais de 470.000 cartões telefónicos pré-pagos vendidos;

→ cerca de 250.000 utilizadores registados na plataforma ISP (Internet Service Provider);

→ mais de 4.000 circuitos de dados instalados, representando mais de 15% de quota de mercado no segmento empresarial.

Grupo EDP nas Tecnologias de Informação: EDINFOR e ACE

O Grupo EDP está no sector das Tecnologias de Informação há vários anos, através da EDINFOR – Sistemas Informáticos, S.A., uma subsidiária detida a 100%. Em 2000, o Grupo deu um passo decisivo para consolidar a sua presença no sector através da aquisição de 60% do capital da CASE – Concepção e Arquitectura de Soluções Informáticas Estruturadas, S.A..

EDINFOR

A EDINFOR é uma das maiores empresas portuguesas de sistemas de informação, com mais de 500 colaboradores e um volume de vendas de cerca de 19 milhões de contos no exercício de 2000.

A EDINFOR presta serviços nas áreas do desenvolvimento e exploração de sistemas de informação, na implementação e exploração de sistemas informáticos de gestão comercial e *call-centers*, sistemas de gestão integrada (ERP), de informação geo-referenciada, de *datawarehousing*, em *disaster recovery*, bem como na comercialização de produtos e equipamentos informáticos, na formação profissional e na consultoria nas áreas tecnológicas de gestão e organização.



Em 2000, a EDINFOR juntou à sua oferta alargada de soluções e serviços, o *outsourcing* ASP (Application Services Provider) dirigido a comunidades específicas (empresas de serviços, administração pública central e local, serviços municipalizados, hospitais e serviços complementares de saúde, concessionários de automóveis e empresas de importação/distribuição de equipamentos).

A EDINFOR desenvolve a sua actividade em Portugal, Espanha, Brasil, Marrocos, Cabo Verde, Angola e Moçambique.

CASE

Fundada em 1992, a CASE é uma empresa portuguesa de consultoria estratégica de negócio e de sistemas de informação, prestando serviços de transformação organizacional, comércio electrónico, *datawarehousing*, gestão do conhecimento, *customer relationship management* (CRM), planeamento e gestão de sistemas de informação, *outsourcing* de processos, desenvolvimento e implementação de soluções para serviços financeiros, implementação do SAP R3 e formação.

A CASE, que conta com cerca de 200 colaboradores, apresentou, no final de 2000, um volume de negócios superior a 6 milhões de contos.

Esta empresa opera em Portugal, Espanha, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Brasil, quer directamente quer através de empresas locais em que detém a maioria do capital.

Investimento em Telecomunicações e Tecnologias de Informação

Investimento em Telecomunicações e Tecnologias de Informação		(milhares de contos)
	2000	1999
Telecomunicações	70.488	73.527
Investimento Operacional – Grupo ONI	44.026	37.127
Investimento Financeiro	26.462	36.400
Grapes Communications	20.048	
Shopping Direct	5.000	
Germinus XXI	1.103	
Central-E	261	
ONI Açores	50	
Tecnologias de Informação	19.014	4.035
Investimento Operacional – EDINFOR	6.014	4.035
Investimento Financeiro	13.000	-
Grupo Case	13.000	
Total Telecom e Tecnologias de Informação	89.502	77.562

Pretendendo contribuir decisivamente para a sociedade de informação, a ONI reafirmou o seu compromisso de longo prazo investindo mais de 70 milhões de contos no sector das telecomunicações ao longo do ano 2000. Do investimento efectuado pela ONI destacamos três grandes rubricas:

Investimento Operacional

→ desenvolvimento de infra-estruturas de telecomunicações (mais de 15 milhões de contos), particularmente nas plataformas multi-serviços e no desenvolvimento de protocolo IP, em que a ONI, através da utilização de tecnologia MPLS, é pioneira em Portugal.

É também de destacar o intenso esforço de instalação de meios próprios no acesso local, nomeadamente na ampliação da rede de acesso via rádio (FWA), garantindo ampla cobertura das principais áreas metropolitanas e a construção de anéis de fibra óptica em áreas de elevado potencial de mercado e que acrescentam capilaridade à rede de transmissão nacional com cerca de 3.500 km de cabos de fibra óptica;

→ aquisição da licença de operador móvel de 3ª geração (cerca de 20 milhões de contos). Ao consórcio liderado pela ONI, e que conta com a TELENOR (operadora de telecomunicações presente em 13 países) como parceiro tecnológico, foi concedida uma licença daquele que será o principal catalisador da sociedade de informação – a tecnologia UMTS.

Investimento Financeiro

→ participações financeiras em parceiros estratégicos e em geradores de conteúdos (cerca de 25 milhões de contos), dos quais se destaca a compra de cerca de 11% da Grapes Telecommunications, operador

mediterrânico (Itália, Espanha e Grécia) vocacionado para o segmento empresarial. Esta aquisição, efectuada no âmbito de um acordo de parceria para o Sul da Europa, constituiu o primeiro passo para a internacionalização da ONI. Outras aquisições relevantes foram 100% do capital do Shopping Direct, empresa de comércio electrónico, e 74% na Germinus XXI, empresa incubadora de projectos para Internet.

O Grupo EDP realizou também um forte investimento no sector das tecnologias de informação, sobretudo por via da aquisição de 60% da empresa CASE.

A EDINFOR realizou um investimento relevante em instalações, infra-estruturas, recrutamento e formação de pessoal, orientado para novos produtos: Comércio Electrónico, Marketplaces, CRM e Navision.



Políticas de Gestão

Recursos Humanos

Na actual fase do Grupo, a gestão de Recursos Humanos, fortemente interligada com a estratégia estabelecida, é assumida como factor determinante para enfrentar os desafios que se colocam nos vários sectores de actividade em que intervém. Nesse sentido, aparece como objectivo primordial o fazer evoluir a EDP para uma cultura do negócio, procurando garantir as competências ajustadas ao futuro e suportada em modernas plataformas de gestão.

Assim, prosseguiu a implementação do programa de ajustamento de efectivos que, de acordo com as linhas orientadoras, deve conduzir a crescentes níveis de eficiência, garantindo, no entanto, a preservação do conhecimento e da cultura.

O número de efectivos nas empresas do Grupo em Portugal no final de 2000, era de 12.722, com a seguinte distribuição por actividade:

Número de Efectivos

	2000	1999	Var. 00/99
Electricidade	10.526	12.051	-12,7%
a) Produção	1.893	1.995	-5,1%
CPPE	1.699	1.811	-6,2%
Outros	194	184	5,4%
b) Transporte	-	620	
c) Distribuição	8.221	9.030	-9,0%
d) Engenharia Et Estudos	412	406	1,5%
Telecomunicações	1.470	1.095	34,2%
a) Telecomunicações	545	458	19,0%
b) Tecnologias de Informação	925	637	45,2%
Outros	726	733	-1,0%
Total Efectivos Grupo EDP	12.722	13.879	-8,3%

A redução de efectivos nas empresas do sector eléctrico foi de 1.525 trabalhadores (*), essencialmente com recurso a reformas ou rescisões por mútuo acordo, cumprindo assim os objectivos estabelecidos.

* Inclui 620 saídas no âmbito do processo de autonomização da REN

Entretanto, no seguimento dos processos já iniciados no ano anterior, importa destacar:

- A conclusão da negociação do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) entre as empresas do sector eléctrico e 32 sindicatos representativos, passando a dispor de um instrumento regulatório em que foi possível dar passos adequados às exigências actuais a par de medidas facilitadoras da coesão do Grupo;
- A aplicação do modelo de Gestão do Desempenho a 11.600 colaboradores, com separação clara da Gestão de Competências (com o objectivo de desenvolver o potencial humano do Grupo) e da Avaliação dos Resultados (dirigida de forma crescente para a formulação de objectivos);
- Conclusão do Regulamento para o Exercício de Funções no Estrangeiro, como suporte ao esforço de internacionalização do Grupo;
- Implementação do SAP/HR (módulo de Recursos Humanos em plataforma SAP) com garantia de simplificação dos processos administrativos e permitindo um mais fácil acesso à informação por parte das hierarquias e dos trabalhadores.

Prosseguiu-se ainda um programa de aproximação às Escolas/Universidades através da presença em diversos eventos ali organizados, no sentido de dar a conhecer

a nova realidade do Grupo, garantindo a adesão dos alunos a hipóteses de contratação para novos projectos a desenvolver, bem como para o necessário rejuvenescimento dos quadros superiores.

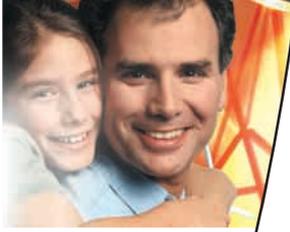
Prevenção e Segurança

O Grupo EDP reconhece que a segurança é parte essencial duma gestão empresarial eficiente e responsável e, como tal, cumprindo a suas responsabilidades perante os colaboradores, clientes e comunidades em geral, nas quais decorre a actividade das empresas do Grupo, esforça-se por estar na vanguarda no que se refere a práticas de prevenção e segurança no trabalho.

Assim, reafirmando a vontade expressa na Declaração de Política de Segurança de prosseguir continuamente a melhoria dos padrões da segurança e de qualidade na EDP, foi desenvolvido um conjunto vasto de acções relacionadas com as condições de segurança na realização dos trabalhos, com a protecção das instalações e equipamentos e com a minimização dos riscos para terceiros que possam advir do normal desenvolvimento das actividades das empresas.

Merecem particular destaque:

- A criação do Plano de Caracterização de Riscos para as diversas funções e postos de trabalho, incluindo a identificação e avaliação dos riscos a que os trabalhadores possam estar expostos no desempenho das suas tarefas, os respectivos meios de protecção individual e os exames médicos recomendados;





(*) – Número de acidentes com baixa por milhão de horas trabalhadas

(**) – Número de dias perdidos por mil horas trabalhadas

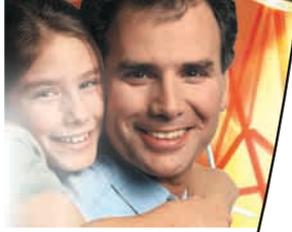
Ambiente

Como parte integrante da sua estratégia de gestão, a EDP procura o equilíbrio entre o fornecimento de serviços de energia e a salvaguarda dos valores ambientais, de acordo com os princípios da sua Política de Ambiente, publicamente assumida pelo Conselho de Administração em 1994.

A EDP acompanha a evolução nacional e internacional dos assuntos ambientais com possível incidência nas suas actividades, prestando especial atenção aos desenvolvimentos regulamentares e tentando antecipar consequências e encontrar novas oportunidades de negócio.

A integração da problemática ambiental na EDP é efectuada a vários níveis, desde uma abordagem estratégica de gestão e planeamento até às questões de exploração operacional das instalações e equipamentos.

A EDP foi uma das empresas europeias que participou na segunda simulação europeia de um mercado de carbono, designada *Greenhouse Gas and Energy Trading Simulation* (GETS2), promovida a nível da União Europeia pela Eurelectric. Por outro lado, a análise das "ameaças e oportunidades" decorrentes da aplicação de medidas de redução de emissões a que Portugal está obrigado foi também objecto de profunda reflexão interna.



O ano 2000 foi, igualmente, o ano da revisão do regime jurídico nacional sobre avaliação de impacte ambiental. As práticas de actuação mais recentes da EDP estavam já em sintonia com o sentido da evolução da legislação: o Grupo desenvolvera um estudo piloto para a aplicação de uma nova metodologia de Avaliação de Impacte Ambiental no projecto das linhas de Muito Alta Tensão Alqueva – Sines, antecipando a nova metodologia agora expressa na lei. Pioneira na utilização das novas figuras instituídas na legislação, a EDP submeteu ao Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território propostas de definição de âmbito do Estudo de Impacte Ambiental de dois grandes projectos: Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor-Alto Côa e Central de Ciclo Combinado do Ribatejo.

Internamente, a EDP intensificou, em 2000, a monitorização do desempenho ambiental das suas instalações em exploração. Neste âmbito, merece especial destaque a atribuição às Centrais Termoeléctricas do Barreiro e Carregado da Certificação Ambiental, verificada pela *Lloyd's Register Quality Assurance*. Neste momento são já três as instalações do Grupo EDP certificadas segundo a Norma ISO 14001.

Continuando as acções decorrentes da aplicação do "Programa Nacional de Redução de Emissões das Grandes Instalações de Combustão", concluiu-se a modificação dos sistemas de queima dos quatro grupos térmicos da Central de Sines. Com a substituição total dos queimadores em serviço por queimadores de baixo teor de NOx, investimento avaliado em 8 milhões de contos, foi possível atingir uma redução nas emissões deste poluente em cerca de 50% na Central de Sines, instalação que maior contribuição dá para o total de emissões.

Procurando disponibilizar informação isenta e de qualidade relativamente às grandes questões ambientais, a EDP apoiou a edição da versão portuguesa da brochura "Campos Electromagnéticos" da série "Administração Local, Saúde e Ambiente", da Organização Mundial de Saúde. Esta publicação aborda a problemática associada aos campos electromagnéticos produzidos pelas instalações e equipamentos eléctricos, permitindo aos responsáveis e ao público em geral uma correcta percepção do assunto e das suas reais implicações.

Para além dos grandes temas focados, prosseguiram, em 2000, diversos Programas de Acção de carácter mais operacional, ao nível do Grupo, designadamente no domínio da gestão de resíduos industriais, do controlo, em contínuo, das emissões atmosféricas, da caracterização e controlo de efluentes líquidos de centrais térmicas e da monitorização da qualidade da água de albufeiras.

Actividades de Suporte

Formação de Recursos Humanos

A política de formação do Grupo EDP continuou, no ano 2000, a desenvolver-se tanto ao nível do estabelecimento, no corpo do Grupo, das competências julgadas necessárias tendo em vista os objectivos de médio e longo prazos, como, numa visão mais imediata, ao nível do domínio das novas ferramentas tecnológicas de suporte da actividade e da compreensão dos vectores de mudança internos e externos.

Neste contexto, as acções realizadas permitem aos colaboradores do Grupo um contínuo reforço do conhecimento e um acréscimo de competências que os valorizam, reduzindo a vulnerabilidade e aumentando a empregabilidade e a capacidade de iniciativa face a situações de trabalho cada vez mais exigentes. Significa isto uma aposta clara na requalificação dos activos empregados para, simultaneamente, aumentar a competitividade da organização.

Desenvolveram-se no corrente ano as acções necessárias ao enquadramento no POEFDS (Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social), das parcelas mais significativas do Plano Anual de Formação para 2001, com vista ao seu eventual financiamento no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Em termos qualitativos, o ano 2000 foi marcado pela preocupação de, atempadamente, ser efectuada a formação de um número muito elevado de futuros utilizadores do novo sistema informático de apoio à gestão, adoptado pelo Grupo, sustentado na plataforma SAP. Estas acções de formação viriam a corresponder a cerca de 20% do esforço de formação dirigida a Colaboradores do Grupo, nesse ano.

Para além da formação SAP, mantiveram-se níveis significativos de execução, quer no que respeita à formação dirigida especificamente a temas da energia eléctrica (p. ex., Polivalência para Electricistas, Trabalhos em Tensão, Prevenção e Segurança), quer nos restantes domínios da formação profissional (Desenvolvimento da Eficácia de Gestão, Qualidade, Desenvolvimento Organizacional, Função Comercial, Microinformática, Secretariado, Línguas Estrangeiras, etc), representando cada uma destas grandes áreas temáticas cerca de 40% do volume de formação ministrada no interior do Grupo, no período.

Em termos quantitativos, o volume total de formação realizada em 2000, no Grupo EDP, atingiu cerca de 25.000 dias, representando um esforço de investimento de cerca de 1,5% da massa salarial do Grupo. A empresa MRH, enquanto núcleo agregador, no Grupo, das competências técnica e pedagógica no que respeita à formação profissional, assegurou uma parte significativa das acções realizadas.

Gestão de Património Imobiliário

Durante o corrente ano a empresa EDP Imobiliária – empresa que centraliza a administração dos bens imóveis do Grupo – desenvolveu um conjunto de actividades tendo em vista valorizar o património imobiliário não directamente afecto às actividades operacionais do Grupo.

Para a maior parte dos terrenos sobranceiros que possuem características e escala para desenvolver empreendimentos imobiliários destinados a habitação, escritórios e comércio, obteve-se capacidade constru-



tiva. Foram efectuados dois estudos de mercado (Porto e Lisboa) e adjudicaram-se dois projectos de loteamento e um de arquitectura.

Os que não possuem aquelas características serão vendidos após valorização.

Em paralelo com estas actividades, aprovaram-se projectos para construir dois edifícios de escritórios para a EDP Distribuição, um em Coimbra e outro em Braga. Estes escritórios permitirão concentrar os serviços daquelas cidades e libertar espaços dispersos com mais valor do que os novos.

Gestão de Frotas e de Instalações e Aprovisionamento Administrativo

A empresa EDP Serviços passou a concentrar as actividades do Grupo relacionadas com a Gestão de Frotas e de Serviços de Imóveis e com o Aprovisionamento Administrativo. A concentração destas actividades, nesta Empresa, foi mais um passo importante do Grupo para reduzir os seus custos de exploração. Neste caso espera-se, nomeadamente, a obtenção de economias de escala e a redução de efectivos afectos a estas áreas e uma melhoria da prestação de serviços pela especialização dos mesmos.

A gestão centralizada da frota do Grupo foi iniciada em Maio de 2000 e em Dezembro mais de 40% da frota era já gerida pela EDP Serviços. Durante o ano foi possível, com grande apoio da EDP Distribuição, reduzir em cerca de 10% a frota total do Grupo.

Na Área da Gestão de Imóveis foi centralizada a gestão de diversos contratos de prestação de serviços,

nomeadamente segurança, limpeza, estafetagem e manutenção de instalações, de molde a preparar-se um processo global de contratação para cada sector.

Para além destas actividades passou a garantir-se a gestão dos contratos de arrendamento, assim como os serviços complementares de telecomunicações, energia, água e equipamentos das diversas instalações do Grupo.

Foi possível durante o ano iniciar, com recurso a novas tecnologias informáticas, a caracterização das instalações e a respectiva situação ocupacional tendo em vista a racionalização do património imobiliário afecto ao Grupo.

A nível do Aprovisionamento Administrativo renegociou-se e contratou-se, com significativos benefícios económicos, a aquisição de viaturas e respectivos serviços de assistência, de equipamentos e consumíveis de escritório, de viagens e alojamento.

Prestação de Cuidados de Saúde

Em 2000, a empresa Sávica continuou a garantir a assistência médica e medicamentosa, complementar à prestada pelo Serviço Nacional de Saúde, a todo o universo de trabalhadores, pensionistas e familiares do Grupo EDP. A política de melhoria contínua da qualidade de serviço, bem como um atendimento personalizado, foram objectivos que se mantiveram no ano 2000.

Na área da Medicina do Trabalho continuou a ser assegurada a prestação dos respectivos serviços a todas as Empresas do Grupo EDP e, aproveitando sinergias, foram também prestados idênticos serviços a 11 empresas exteriores ao Grupo.

Sistemas Informáticos

O ano informático começou da melhor forma, já que não se verificaram quaisquer problemas de incompatibilidade associados à transição de 1999 para 2000. Revelaram-se, pois, proveitosos os elevados esforços que nos anos anteriores foram dedicados a testes e reparações dos sistemas.

Ao longo do ano e em conformidade com as actividades previstas para implementação do Plano Director de Sistemas, concentraram-se esforços em três grandes projectos:

- Sistema Integrado de Apoio à Gestão (SIAG), na plataforma SAP R/3;
- Sistema de Gestão Comercial da Distribuição (SGCD);
- Projecto de Segurança de Sistemas, com o qual se pretende dotar a EDP de uma Política de Segurança para os sistemas de informação que assegure a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação em qualquer suporte e a continuidade das operações em caso de incidente.

Os dois primeiros projectos referidos visam ainda evitar o investimento que seria necessário realizar na adaptação dos actuais sistemas em exploração para a última fase do Euro.

Para além da substituição dos seus principais sistemas de informação, a EDP não esqueceu, durante o ano 2000, a necessidade de adequação das restantes aplicações informáticas à utilização do Euro. Com os trabalhos desenvolvidos e que se concluirão em 2001, o



Grupo EDP estará, em 2002, preparado para adoptar em pleno a moeda única.

No âmbito da infra-estrutura informática, o ano 2000 foi marcado por uma clara modernização dos equipamentos (desde processadores centrais a postos de trabalho individuais), bem como redes de comunicação, preparando um suporte adequado à nova geração de sistemas de informação do Grupo.

A progressiva implantação do SAP em todas as Empresas do Grupo induziu a actualização dos postos de trabalho, dos meios de impressão, dos processos de trabalho colaborativo, tais como a adopção de plataforma única para o correio electrónico. Expandiu-se também de forma acentuada a utilização da Internet, através da multiplicação dos acessos à Web.

Para promover a imagem corporativa do Grupo e disponibilizar um acesso alargado à informação por parte dos clientes, investidores, autarquias, colaboradores e demais interessados em conhecer melhor a Empresa, construiu-se um novo *síte* EDP, favorecendo os contactos, divulgando notícias e proporcionando ligações para outros sítios da Internet com relevante interesse.



Sistemas Corporativos – SAP

Enquadrado pelo Plano Director de Sistemas do Grupo EDP, o Gabinete do Sistema Integrado de Apoio à Gestão – GSIAG – deu continuidade em 2000 ao trabalho de desenvolvimento do Projecto Navegador, iniciado no ano anterior.

Assente sobre a plataforma SAP/R3, e tendo em conta as alterações do ambiente de negócio e as orientações estratégicas definidas pela empresa, este Projecto visa responder aos novos desafios colocados ao Grupo, permitindo uniformizar e racionalizar processos e procedimentos comuns, disponibilizar ao processo decisional melhor informação em tempo real, criando, deste modo, uma oportunidade de mudança e modernização empresarial.

Preparando a substituição dos actuais Sistemas corporativos, os trabalhos foram desenvolvidos na estruturação dos seguintes Módulos:

- Na Área Financeira – FI (Contabilidade Financeira); CO (Contabilidade de Gestão – incluindo a metodologia – Activity Based Costing); TR (Tesouraria); PO (Plano e Orçamento); AA (Gestão de Activos Fixos)
- Na Área Logística – MM (Aprovisionamentos); SD (Operações Comerciais Diversas)
- Na Área de Recursos Humanos – HR (Gestão de Recursos Humanos)
- Na Área Técnica – PS/PM (Gestão de Projectos de Investimento e de Obras de Manutenção)

Conforme planeado, entraram em operação, a meio do ano, em todas as Empresas do Grupo, os Módulos SD e os seguintes de HR: Estruturas Organizativas e Dados Mestres, Qualificações, Gestão e Avaliação do Desempenho, Recrutamento, Gestão da Formação e Prevenção e Segurança.

A estratégia de implementação deste projecto divide-se em duas vagas: Janeiro de 2001 entrada em operação, nas Empresas de 1ª vaga (*Holding*, CPPE e todas as Empresas de Serviços) dos Módulos de FI, CO, TR, AA, MM e HR (Gestão de Vencimentos e de Tempos); Janeiro de 2002, EDP Distribuição.

Investigação e Desenvolvimento

A política de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e de inovação tecnológica do Grupo EDP orientou-se durante o ano de 2000 no sentido do reforço da aproximação das Empresas do Grupo às oportunidades oferecidas pelo Quadro Comunitário em vigor.

Neste ano, o Grupo participou em 25 Projectos de I&D (14 Comunitários e 11 Nacionais), 9 dos quais foram concluídos no decurso do ano. A despesa de I&D realizada pela EDP neste âmbito foi de cerca de 600 mil contos.

Estes Projectos abrangem um vasto leque de sectores tecnológicos, com destaque para materiais, sistemas de informação, automação e controlo, produção eléctrica convencional, energias renováveis e ambiente.

Destacaram-se, nomeadamente, as seguintes áreas de intervenção:

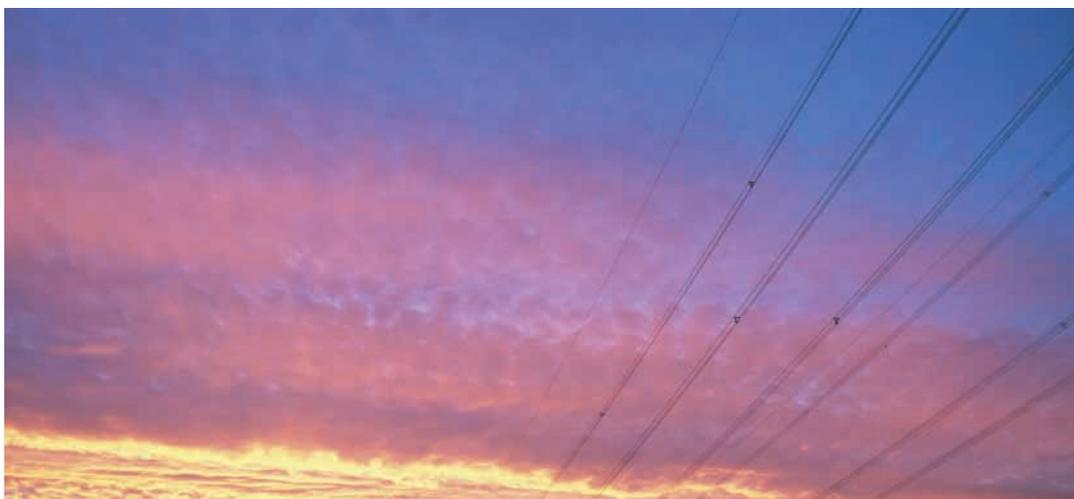
- Novas tecnologias de contagem em Baixa Tensão, tendo sido desenvolvidos e instalados os protótipos do novo sistema de Telecontagem via PLC (*power line carrier*);
- Telecomunicações via PLC em Banda Larga, tendo sido instalado um Sistema-Piloto dotado de serviços de Internet e de telefonia.

Actividades Laboratoriais

Durante este exercício, a Labelec – empresa do Grupo especializada nas actividades laboratoriais – continuou a desenvolver um conjunto significativo de actividades de investigação aplicada e de desenvolvimento tecnológico, quer autonomamente, quer através da participação em estudos a decorrer no âmbito do grupo EDP e de outras entidades nacionais e estrangeiras.

Confirmando a tendência de crescimento, as prestações de serviços da Labelec subiram neste exercício de forma notória, cerca de 33%, registando valores percentuais semelhantes, tanto para o interior do Grupo como para o seu exterior.

No sentido de se obter uma maior eficácia interna global e um aumento da qualidade de serviço, tem-se procurado, através de uma maior articulação entre a Labelec e a empresa de Distribuição do Grupo, seguir uma estratégia de obtenção de sinergias, donde se destacam a integração na estrutura da Labelec, dos vários Laboratórios de calibração de contadores.





A EDP no Mercado de Capitais

Comportamento em Bolsa no ano 2000

O ano de 2000 caracterizou-se pela erosão acentuada do valor dos principais índices bolsistas mundiais e por um período de grande instabilidade global dos mercados financeiros. Este comportamento foi grandemente influenciado pelas fortes correcções verificadas no sector das telecomunicações e nova economia, tendo as empresas de internet e multimédia sido particularmente penalizadas durante este período.

Contribuindo para esta conjuntura desfavorável, os sucessivos sinais de um provável abrandamento do crescimento da economia Americana e um prolongado período de indefinição política nos Estados Unidos tiveram também um efeito negativo sobre as principais praças financeiras.

Como consequência do peso significativo do sector de telecomunicações nos índices portugueses, o mercado bolsista nacional não constituiu uma excepção a esta tendência generalizada de queda. No ano de 2000, o índice BVL 30, um índice de referência do mercado de acções Português, apresentou uma desvalorização de 13,0% em relação ao valor de fecho de 1999.

Durante o ano de 2000, as acções da EDP apresentaram um comportamento favorável, tanto na Bolsa de Valores de Lisboa (BVL) como na New York Stock Exchange (NYSE) onde estão cotadas sob a forma de American Depositary Receipts (ADRs). As acções EDP são ainda transaccionadas nas Bolsa de Londres e de Frankfurt, constituindo também um activo base para contratos de futuros e warrants transaccionados na Bolsa de Derivados de Lisboa e Porto.

No mercado doméstico, as acções da EDP registaram uma valorização de 1,6% durante o ano de 2000, fechando o ano nos 3,52 euros por acção. Esta valorização representou uma performance 16,8% superior à do BVL30, reflectindo a preferência dos investidores por acções de empresas com elevada capacidade de geração de *cash flow*, políticas de distribuição de dividendos agressivas e estratégias de expansão e de diversificação coerentes e ponderadas.



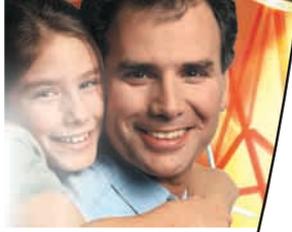
No ano 2000 foram transaccionadas 1.261 milhões de acções da EDP correspondente a uma média diária de 5 milhões de acções, fazendo da EDP uma das empresas com maior liquidez no mercado nacional. A EDP representa um peso superior a 10% no principal índice bolsista Português, sendo actualmente uma referência em qualquer índice europeu de empresas de energia eléctrica.

O conjunto de actividades desenvolvidas pelo Grupo EDP tem como objectivo final a criação sustentada de valor para os Accionistas da Empresa. Nesse sentido, desenvolveram-se diversas medidas, destacando-se a redefinição da estratégia do Grupo em antecipação à quarta fase de privatização, o reforço da parceria estratégica com o Banco Comercial Português para o sector das telecomunicações, o sucesso conseguido pelo consórcio ONI Way no concurso para a atribuição das licenças de telefonia móvel de terceira geração (UMTS), bem como a continuação do compromisso assumido perante os nossos Accionistas relativamente à racionalização de custos operacionais no *core business*.

Renominalização (*stock split*) das Acções

Em 1999, a EDP concluiu o processo de redenominação em euros do seu capital, passando o valor nominal unitário das acções de 1.000 escudos para 5 euros.

Em 2000, no dia 20 de Julho, teve lugar a alteração do valor nominal das acções representativas do capital social da EDP, de 5 euros para 1 euro, conforme deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 12 de Maio de 2000. Em consequência desta alteração resultou a desmultiplicação (*stock-split*) do número de acções, pelo que cada



uma das acções com o valor nominal de 5 euros foi substituída por cinco acções de 1 euro. O número de acções representativas do capital social da EDP passou, assim, de 600.000.000 para 3.000.000.000 de acções. Após o *stock split* cada ADR (American Depositary Receipt) passou a representar 10 acções ordinárias da EDP.

Acções Próprias

Em conformidade com o regime geral das sociedades comerciais, relativamente à aquisição e alienação de acções próprias, a empresa foi autorizada, em Assembleia Geral de 11 de Maio de 1999, a adquirir acções próprias, até ao limite correspondente a 5% do capital.

Ao longo do ano de 2000, a EDP procedeu à aquisição de 650.000 acções próprias a um preço médio de 3,36 euros. A 31 de Dezembro de 2000, o número de acções próprias em carteira ascendia a 2.400.000, com um preço médio de aquisição de 3,35 euros. As acções em carteira dão suporte ao programa de *stock-options* destinado aos Corpos Gerentes e Quadros do Grupo EDP.

4ª Fase de Privatização

Durante o mês de Outubro teve lugar a quarta fase de privatização da EDP, tendo sido alienada pelo accionista Estado Português uma posição equivalente a 20,0% do capital da Empresa, correspondente a 600 milhões de acções (valor pós *stock-split*). Após a sessão especial de Bolsa realizada a 23 de Outubro de 2000, o Estado Português reduziu a sua posição na Empresa dos anteriores 50,8% para 31,3% que actualmente detém (directa e indirectamente).

O preço final de colocação, definido com base nas intenções de compra (*bookbuilding*) e reflectindo as condições dos mercados financeiros nacional e internacional, foi fixado em 3,10 euros por acção.

Esta operação marca um ponto de viragem na estrutura accionista do Grupo EDP que, após a redução da participação do Estado, passa a ser maioritariamente detido por accionistas privados, detentores de 69,2% do capital social da Empresa.

À semelhança das anteriores, a quarta fase de privatização foi constituída por uma Oferta Pública de Venda (OPV) direccionada a pequenos investidores, trabalhadores da Empresa e público em geral, e por uma Venda Directa para investidores institucionais nacionais e estrangeiros.

Apesar de realizada em condições de mercado extremamente adversas, esta operação registou um êxito assinalável, traduzindo-se por um forte excedente da procura, 10 vezes superior ao número total de acções oferecidas no âmbito desta fase de privatização. O *greenshoe* correspondente a 54.545.454 acções foi exercido na sua totalidade imediatamente após a privatização, constituindo um sinal acrescido de confiança na Empresa e um factor que confirma a atractividade da operação.

Outro aspecto a salientar foi o sucesso atingido no alargamento da base de accionistas institucionais estrangeiros da EDP, tendo sido atribuído a estes investidores 53% do total das acções colocadas no mercado, uma percentagem substancialmente superior aos 20% subscritos na tranche destinada à venda directa internacional na anterior fase de privatização. A OPV representou 40% do total de acções alienadas pelo Estado Português e, na parcela da Venda Directa, os investidores institucionais nacionais subscreveram 7% do total da oferta.

Distribuição do Capital na OPV e Venda Directa

	Alocação (%)	Alocação Qt. Acções	Valor (euros)
Trabalhadores	1,7	10.000.000	29.400.000
Pequenos Subscritores e Emigrantes	26,7	160.000.000	470.400.000
Prémio de Fidelidade	2,8	17.000.000	
Público em Geral	8,8	53.000.000	164.300.000
Portugal Institucionais	6,7	40.000.000	124.000.000
Estados Unidos	10,7	64.000.000	198.400.000
Reino Unido	29,9	179.200.000	555.520.000
Resto do Mundo	12,8	76.800.000	238.080.000
Total	100,0	600.000.000	1.780.100.000

Cumprimento das Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas

A gestão e governo da EDP rege-se pelas normas constantes nos seus estatutos e pela lei societária em vigor. No que se refere às recomendações, elaboradas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), relativamente ao Governo das Sociedades Cotadas, a EDP encontra-se dentro dos parâmetros definidos, estando em inteira conformidade com as propostas desta entidade.

Este conjunto de recomendações visa definir um sistema de regras e procedimentos relativos ao controlo das sociedades cotadas bem como ao exercício, responsável e orientado para a criação de valor, dos órgãos de direcção destas sociedades. Das orientações propostas pela CMVM relativamente a: i) exercício do direito de voto e representação de accionistas; ii) regras societárias; iii) estrutura e funcionamento do órgão de administração; iv) divulgação de informação e relação com investidores; v) conduta de investidores institucionais, salientam-se em seguida alguns aspectos:

Exercício do direito de voto e representação de accionistas

A EDP cumpre todas as disposições recomendadas pela CMVM em matéria de direito de voto e representação de accionistas. O direito de voto poderá ser exercido na Assembleia Geral de accionistas ou, em alternativa, por correspondência dirigida ao presidente da Mesa da Assembleia Geral. Salienta-se que a EDP consagrou nos seus estatutos o exercício do voto por correspondência imediatamente após a sua previsão no Código dos Valores Mobiliários.

De modo a participar na Assembleia Geral, os accionistas devem comprovar, até quinze dias antes da data estabelecida para a sua realização, a inscrição em conta de valores mobiliários escriturais das suas acções, devendo as acções permanecer inscritas ou registadas em nome do accionista, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.



Estão acreditados para assistir à reunião da Assembleia Geral os representantes qualificados que, em nome próprio, na qualidade de accionista da EDP, ou em representação de outro accionista ou grupo de accionistas, sejam possuidores de direito de voto. A cada 100 acções corresponde um voto, sem prejuízo dos direitos de agrupamento e representação:

- os accionistas possuidores de um número de acções inferior a 100 poderão agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto;
- os accionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral, desde que o representante seja cônjuge, ascendente ou descendente do accionista, ou por outro accionista ou por membro do Conselho de Administração, sendo suficiente como instrumento de representação uma carta, com assinatura, dirigida ao presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Aos detentores de ADRs são conferidos direitos idênticos aos dos titulares de acções ordinárias. Os direitos de voto dos detentores de ADRs são determinados tendo em consideração que um ADR é representativo de dez acções ordinárias da EDP.

As propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral bem como os relatórios que legalmente acompanham estas propostas e demais elementos de informação preparatória são disponibilizados a todos os accionistas na sede social da EDP – Avenida José Malhoa, Lote A13, Lisboa – quinze dias antes da data definida para a realização da Assembleia Geral. De forma a facilitar o acesso por parte dos accionistas à referida informação, especial-

mente no que se refere a accionistas estrangeiros ou que residam fora da área metropolitana de Lisboa, procedemos ao envio das mesmas por correio, fax ou E-mail sob solicitação dos accionistas da EDP.

Regras societárias

As regras societárias ou estatutos da EDP constituem documentos de consulta pública, podendo ser disponibilizados a todos aqueles que assim o requererem ao Gabinete de Relações com Investidores da EDP.

Os estatutos da EDP contêm regras relativas aos deveres de informação sobre ao controlo accionista e detenção de participações qualificadas, inibindo o exercício do direito de voto em caso de incumprimento. Não existem categorias de acções conferindo direitos especiais a accionistas, embora os estatutos e o diploma relativo à 4ª fase da reprivatização contenham disposições específicas respeitantes ao Estado ou entidades equiparadas.

Estrutura e funcionamento do órgão de administração

O Conselho de Administração da EDP, que inclui personalidades independentes dos accionistas de referência, é actualmente composto por um número ímpar de onze administradores, eleitos por maioria dos votos emitidos. O mandato dos administradores é de três anos, não existindo restrição quanto à reeleição de administradores.

O Conselho de Administração da EDP é responsável pela gestão da actividade da Empresa e, em regra, reúne mensalmente com a participação de todos os administradores. O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros e não é permitida a representação de mais de um administrador em cada reunião. Todos os

administradores possuem igual direito de voto e o Presidente goza de voto de qualidade. O funcionamento do Conselho de Administração é regulado por um regulamento interno que também disciplina o funcionamento da Comissão Executiva, estabelecendo regras de informação e de acompanhamento das actividades pelo órgão de administração.

Nos termos deliberados pelo Conselho de Administração, de harmonia com o previsto no referido regulamento interno e nos estatutos, a gestão corrente da sociedade cabe a uma Comissão Executiva, composta por sete elementos, à qual preside o Presidente do Conselho de Administração. É necessária a maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva para a aprovação das suas decisões, possuindo todos os membros direitos de voto iguais, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

As atribuições da Comissão Executiva são fixadas pelo Conselho de Administração, sendo delegadas, quando necessárias, todas as competências cuja delegação seja legalmente permitida. No entanto, não obstante esta delegação de poderes, o Conselho de Administração mantém a sua responsabilidade pela gestão global da actividade da Empresa.

Divulgação de informação e relação com investidores

A EDP cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação. Após a primeira fase de privatização, a EDP reforçou a disponibilização de informação ao público através da criação do Gabinete de Relações com Investidores, que tem como objectivo assegurar um adequado relacionamento com o universo de accionistas, analistas e potenciais investidores da EDP, bem como com as en-

tidades reguladoras das bolsas de valores onde está admitida à cotação, nomeadamente a CMVM e a SEC (Securities and Exchange Commission).

Este departamento tem como função primordial servir de interlocutor entre a administração do Grupo EDP e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP no que se refere à publicação das demonstrações financeiras periódicas bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram. O Gabinete de Relações com Investidores mantém um fluxo de comunicação constante com investidores institucionais e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária de forma a facilitar o cumprimento dos deveres de responsabilidade e diligência destas instituições.

O Gabinete de Relações com Investidores está localizado na sede social da EDP sita na Av. José Malhoa, Lote A13, 6º Piso, em Lisboa, podendo ser contactado por telefone +351 21 001 2834, telefax +351 21 720 3040 ou através do endereço electrónico ir@edp.pt.

O Grupo EDP considera que a sua política de comunicação se pauta pela adopção, de acordo com a melhor prática de mercado entre as sociedades cotadas, das recomendações propostas pela CMVM com o intuito de promover e reforçar a confiança de accionistas, trabalhadores, clientes, parceiros estratégicos, credores e público em geral.



Evolução Económica e Financeira

No final do primeiro semestre de 2000 a EDP alienou ao Estado Português 70% da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A..

Como contrapartida, a EDP recebeu um total de 195,7 milhões de contos que se repartiram por 21,3 de reembolso da dívida da REN para com a EDP, o valor de 78,7 de distribuição extraordinária de dividendos e 95,7 pela compra dos 70% do capital social.

Como consequência da alienação da REN, as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2000 reflectem o seguinte método de consolidação:

- Consolidação integral da REN entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2000;
- Consolidação pelo método de equivalência patrimonial (30%) da REN entre 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2000.

A adopção do método de equivalência patrimonial a partir do início do segundo semestre de 2000 tem como principais implicações a inclusão na Demonstração de Resultados consolidada do Grupo EDP:

- Das vendas de electricidade da CPPE à REN de acordo com os Contratos de Aquisição de Energia, firmados entre as partes;
- Das compras de electricidade da EDP Distribuição à REN que incluem os custos de aquisição de energia e os custos de transporte.

No seguimento da oferta pública de aquisição lançada em conjunto pela Enerpaulo (Grupo EDP) e a Draft I Participações S.A. (CPFL) durante o ano de 2000, o Grupo EDP aumentou a sua participação no capital total da Bandeirante de 16,69% para 53,96%. A EDP e a CPFL decidiram posteriormente submeter à autoridade Brasileira reguladora do sector eléctrico (ANEEL), um projecto de cisão daquela empresa de forma proporcional à participação detida no grupo de controlo por cada um dos accionistas – ou seja 56% da Enerpaulo e 44% da CPFL.

Como consequência, o Grupo EDP consolidou durante o exercício de 2000 nas suas demonstrações financeiras a Bandeirante Energia S.A. da seguinte forma:

- Balanço do exercício: consolidada pelo método proporcional a participação detida pelo Grupo EDP no capital da empresa;
- Demonstração de Resultados: consolidada pelo método de equivalência patrimonial, considerando-se para esse efeito a percentagem detida no período. A opção deste método de consolidação versus consolidação proporcional deveu-se ao facto do aumento de participação nesta empresa ter ocorrido já no final do ano de 2000.

Balanço

Balanço Comparativo

Milhões de contos

	1997	1998	1999	2000
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo (líquido)	2.173,9	2.119,3	2.130,2	2.074,3
Investimento Financeiro (líquido)	39,2	193,3	364,4	547,2
Créditos Médio/Longo Prazo	19,1	28,5	14,6	20,9
Activo Circulante (líquido)	90,1	121,0	152,8	223,9
Acréscimos e Diferimentos	24,6	23,0	86,5	118,3
Activo	2.346,9	2.485,1	2.748,5	2.984,6
Provisões para Riscos e Encargos	93,1	133,6	138,8	141,9
Correcção de Hidraulicidade	77,7	77,7	68,0	73,3
Passivo Financeiro	627,3	695,8	875,8	1.004,9
Outros Passivos	86,9	101,6	120,1	179,0
Acréscimos e Diferimentos	223,0	247,7	330,5	334,1
Capitais Próprios	1.238,5	1.228,4	1.214,9	1.243,9
Interesses Minoritários	0,4	0,3	0,4	7,5
Capital Próprio + Passivo	2.346,9	2.485,1	2.748,5	2.984,6

Assinala-se o crescimento do Activo Líquido em cerca de 236 milhões de contos, que resulta sobretudo de dois factores: por um lado, a alteração de perímetro de consolidação, traduzida na saída da REN que significou uma redução de cerca de 196 milhões e na entrada da Bandeirante que representou um aumento de 157 milhões; por outro lado, um investimento muito significativo em internacionalização, diversificação e parcerias estratégicas, que contribuiu para o aumento do Activo em cerca de 310 milhões de contos.

O Activo Circulante cresceu cerca de 71 milhões de contos, dos quais cerca de 50 milhões respeitam a clientes, na sequência da entrada da Bandeirante na consolidação do Grupo.

O Imobilizado encontra-se adequadamente coberto por Capitais Permanentes e o Activo Circulante representa uma percentagem do Activo ligeiramente superior à do exercício anterior.



No que respeita ao Passivo, note-se o crescimento da Dívida Financeira, que atingiu cerca de 1.005 milhões de contos, com um crescimento de 129 milhões, o que se explica pelo acréscimo de investimento global verificado no Grupo EDP.

Na sequência de anos anteriores, os Capitais Próprios continuam a assegurar elevada cobertura do Passivo Exigível, configurando o saudável equilíbrio financeiro do Grupo EDP.

Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados Comparativa

Milhões de contos

	1997	1998	1999	2000
Custo das Existências Vendidas e Consumidas	134,8	143,1	180,7	347,0
Fornecimentos e Serviços Externos	45,0	45,4	57,6	73,9
Custos com o Pessoal	83,8	86,3	92,8	88,1
Amortizações do exercício	123,6	122,5	123,5	123,0
Provisões do exercício	9,4	8,2	8,3	21,1
Rendas de concessões e centros electroprodutores	23,4	24,7	25,8	26,6
Outros Custos Operacionais	10,2	3,5	3,1	2,2
Custos Financeiros	83,4	88,1	52,7	81,0
Custos Extraordinários	24,2	35,2	32,9	2,7
Imposto sobre o Rendimento	67,6	79,1	61,7	62,7
Custos Totais	605,4	636,1	639,1	828,3
Vendas e prestações de serviços	571,5	603,5	615,9	771,2
Trabalhos para a própria empresa	38,1	38,9	42,9	45,9
Proveitos suplementares	2,3	1,9	1,9	1,6
Outros proveitos operacionais	0,6	2,1	12,7	8,5
Proveitos financeiros	41,5	47,1	24,6	45,9
Proveitos extraordinários	44,5	46,7	44,1	60,6
Proveitos Totais	698,5	740,2	742,1	933,7
Interesses Minoritários	0,0	0,7	0,0	4,7
Resultado Líquido	93,1	104,8	103,0	110,1

O Resultado Líquido Consolidado do Grupo EDP para a ano 2000 ascendeu a 110,1 milhões de contos e o Lucro Bruto por Acção a 36,69 escudos. Estes valores representam um aumento de 6,8% face aos valores de 1999. O dividendo proposto referente ao exercício de 2000 será de 28 escudos por acção, equivalente ao distribuído no ano anterior.

O aumento de consumo de energia eléctrica de 6%, verificado no ano de 2000, permitiu compensar a descida nominal de 0,6% das tarifas de energia a clientes finais fixada pela ERSE e veio confirmar a tendência verificada nos últimos anos de um crescimento desta variável consistentemente acima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2000, a taxa de crescimento do consumo de energia eléctrica foi superior em 2,6% ao crescimento do PIB em Portugal, que se situou nos 3,4%.

Os proveitos das vendas de electricidade do Grupo EDP ascenderam a 737 milhões de contos (3.676 milhões de Euros). Devido à saída da REN do perímetro de consolidação, aparecem pela primeira vez nas contas consolidadas do Grupo EDP as vendas de electricidade, relativas ao segundo semestre de 2000, da CPPE e Enernova à REN totalizando 120 milhões de contos.

Vendas e Prestações de Serviços

Milhares de contos

	2000	1999
Vendas de Electricidade	736.945	594.592
Vendas de Electricidade a clientes	615.131	588.949
Ajustamentos Tarifários às Vendas Electricidade	-1.823	-1.544
Vendas de Electricidade à REN (Rede de Transporte)	120.114	-
Exportação de Electricidade	3.523	7.187
Outras Vendas	12.207	7.622
Prestação Serviços	22.000	13.669
Prestação Serviços – Electricidade	1.458	1.167
Prestação Serviços – Multi-Serviços	2.525	2.424
Prestações de Serviços – Telecom e Tecnologias Informação	8.920	4.836
Prestações de Serviços – Consultadoria Mercado Externo	2.702	2.175
Outras Prestações de Serviços	6.395	3.067
Vendas + Prestação Serviços	771.152	615.883

Os proveitos das vendas de electricidade do Grupo EDP, excluindo vendas da CPPE e Enernova à REN, aumentaram 3,7% em comparação com as vendas de 1999 (617 milhões de contos em 2000 contra 595 milhões em 1999).

A actividade de multi-serviços contribuiu com 2,5 milhões de contos (12,5 milhões de Euros) para os proveitos de prestações de serviços do Grupo EDP.

O aumento da rubrica telecomunicações reflecte o início das operações da ONI em Janeiro de 2000 com a contribuição desta actividade a aumentar de 3 milhões de contos (15 milhões de Euros) em 1999 para 6,4 milhões de contos (31,9



milhões de Euros) em 2000. Este montante de vendas não inclui a facturação de serviços ao Grupo EDP, que em 2000 atingiu um valor de cerca de 2 milhões de contos.

Na demonstração de resultados do ano 2000 encontra-se deduzido aos proveitos de vendas de electricidade o montante total de 1,8 milhões de contos (9,1 milhões de Euros) referentes a ajustamentos tarifários reconhecidos neste exercício:

Ajustamentos Tarifários 2000

	Milhares de contos
Diferença Tarifária REN	9.403
Diferença tarifária EDP Distribuição 1999	-7.119
Diferença tarifária EDP Distribuição	-4.107
Total	-1.823

Desvio de Custos de Produção de Electricidade (Diferença tarifária REN):

Ajustamento positivo de 9 milhões de contos (46,9 milhões de Euros) referente ao diferencial entre o custo real de produção de energia eléctrica suportado pela REN e o custo de produção estimado pela ERSE para definição das tarifas de venda da REN à EDP Distribuição em 2000.

Este diferencial foi fruto do aumento dos custos de aquisição de combustíveis e, de acordo com o Regulamento Tarifário definido pela ERSE, a REN tem direito a recuperar este diferencial negativo passado dois anos, nas tarifas de 2002.

Obedecendo ao princípio da especialização de custos e proveitos, as demonstrações financeiras da REN no final do primeiro semestre de 2000, e consequentemente as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP

para o exercício de 2000, reflectiam este mesmo valor na sua demonstração de resultados como um acréscimo aos proveitos de vendas de electricidade;

Mecanismo de Partilha de Lucros:

A actividade de distribuição e comercialização de energia eléctrica está sujeita, de acordo com o regulamento tarifário, a um mecanismo de "partilha de lucros" sempre que estas actividades apresentem uma margem de lucro superior a 65% na actividade de distribuição e 2% na actividade de comercialização. De acordo com esta regra, uma determinada percentagem dos lucros em excesso dos limites acima definidos deve ser "devolvida" aos clientes sob a forma de redução tarifária após dois anos da sua ocorrência.

Diferença tarifária EDP Distribuição 1999:

Ajustamento negativo de 7 milhões de contos (35,5 milhões de Euros) por partilha de lucros do exercício de 1999 referentes à actividade de comercialização da EDP Distribuição e reflectidos nas tarifas de 2001.

Em 1998, a ERSE definiu as tarifas para 1999 com base numa taxa de crescimento do consumo de 4,8%. No final de 1999 verificou-se que o crescimento real dessa variável foi superior à expectativa da Entidade Reguladora em 1,1% situando-se em 5,9%. Este facto permitiu ao Grupo EDP uma melhoria na margem de lucro da actividade de comercialização que despoletou o mecanismo de partilha de lucros a reflectir nas tarifas de 2001.

Diferença tarifária EDP Distribuição 2000:

Ajustamento negativo de 4 milhões de contos (20,5 milhões de Euros) correspondente à estimativa da EDP Distribuição relativamente à partilha de lucros

do exercício de 2000 da sua actividade de comercialização de electricidade. Este montante será reflectido nas tarifas de 2002.

A expectativa do Grupo EDP quanto ao montante a considerar como desvio tarifário do ano 2000 baseia-se no facto de o crescimento do consumo de energia eléctrica em 2000 ter sido superior à estimativa de 4,5% assumida pela ERSE em 1999 quando da definição da tarifa de 2000.

Globalmente, os proveitos operacionais atingiram o montante de 827,1 milhões de contos, com um crescimento de 153,6 milhões relativamente a 1999, explicados pelo aumento das vendas de electricidade já referido, e pelo aumento de 61% das prestações de serviços nas contas consolidadas do Grupo EDP (22 milhões de contos em 2000 contra 13,7 milhões em 1999), reflectindo principalmente o desenvolvimento das actividades de telecomunicações e de serviços.

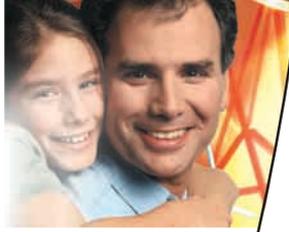
Os Custos Operacionais ascenderam a 681,9 milhões de contos contra 491,8 em 1999. Este valor inclui, devido à saída da REN do perímetro de consolidação, as compras de electricidade efectuadas pela EDP Distribuição à REN durante o segundo semestre de 2000, as quais ascenderam a 187 milhões de contos.

Por sua vez, os Resultados Operacionais reduziram-se em 36,5 milhões de contos. Para esta redução contribuíram significativamente a contribuição negativa de 16,1 milhões de contos do negócio de telecomunicações, que deu início à sua actividade durante o ano de 2000, bem como a já referida "desconsolidação" do 2.º semestre da REN, embora, neste caso, com efeitos compensadores, em parte, nos proveitos financeiros.

Os Resultados Financeiros agravaram-se 24,5% (35 milhões de contos negativos em 2000 contra 28,1 milhões negativos em 1999). Esta evolução deveu-se fundamentalmente ao aumento da rubrica de juros de financiamento em 18,2 milhões de contos motivado por:

- um aumento da taxa média de financiamento de 3,32% em 1999 para 4,21% em 2000;
- o aumento da dívida média do ano, que em 1999 foi de 724 milhões de contos e, em 2000, de 890 milhões.

Este efeito negativo nos resultados financeiros foi parcialmente compensado pelos resultados de Empresas Associadas, que contribuíram no ano 2000 com um saldo positivo de 8,4 milhões de contos para os resultados do Grupo.



Milhões de escudos

	2000		1999	
	Capital detido (%)	Impacto Res. Líquido Consolidado	Capital detido (%)	Impacto Res. Líquido Consolidado
OPTIMUS*	25,00%	-	25,00%	(991)
CERJ	19,15%	447	21,08%	(2.153)
CEM	22,00%	1.460	22,00%	1.676
EEG SA	17,00%	664	17,00%	546
Bandeirante	53,75%	2.997	16,69%	(2.397)
IVEN (Escelsa/Enersul)	73,00%	158	73,00%	(298)
EDP-Brasil	100,00%	(2.147)	100,00%	(143)
PORTSINES	39,60%	181	39,60%	454
REN	30,00%**	999	-	-
Outras participações		3.629		1.231
Total		8.378		2.074

* - Suspensão de cálculo da contribuição por processo de alienação

** - 30% no segundo semestre

No final de 2000, as demonstrações financeiras do Grupo EDP evidenciaram um saldo da conta resultados extraordinários positivo em 57,9 milhões de contos, contra 11,2 milhões em 1999. O crescimento desta rubrica explica-se essencialmente pelos ganhos na alienação de investimentos financeiros, nos quais está registada a mais-valia resultante da venda de 27,5% da ONI.

De entre os proveitos extraordinários, importa ainda salientar os que apresentam carácter recorrente, particularmente a compensação de amortizações de imobilizações participadas, que ascendeu a 12,2 milhões de contos (61 milhões de Euros), e a compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão, com 1,0 milhão de contos (5 milhões de Euros).

Cash-Flow

O *Cash-Flow*, calculado como Resultado Líquido acrescido das Amortizações e das Provisões Líquidas, ascendeu a 241,8 milhões de contos face aos 234,1 milhões do ano de 1999, representando desta forma uma subida de 3,3%.

Investimento Total

Investimento

Milhares de contos

	2000	1999
Investimento Electricidade	70.378	81.157
Investimento Operacional:	70.378	81.157
Produção	19.937	23.725
– vinculada	9.710	10.095
– não vinculada	2.833	2.387
– energias renováveis	2.290	3.694
– cogeração	5.104	7.549
Transporte	3.023(*)	10.300
Distribuição	47.218	46.996
Engenharia	200	136
Telecom Et Tecnologias Informação	89.502	77.562
Investimento Operacional:	50.040	41.162
Grupo ONI	44.026	37.127
EDINFOR	6.014	4.035
Investimento Financeiro:	39.462	36.400
Grapes Communications	20.048	
Grupo Case	13.000	
Shopping Direct	5.000	
Germinus XXI	1.103	
Central-E	261	
ONI Açores	50	
Internacionalização	60.992	123.453
Investimento Financeiro:	60.992	123.453
Bandeirante	41.304	
Essel	14.000	
Lajeado	4.280	
FAFEN	873	
EEGSA	535	
Outros	216.288	25.655
Investimento Operacional	6.624	3.419
Investimento Financeiro:	209.664	22.236
EDA – Electricidade dos Açores	1.148	
GALP Energia	63.748	
BCP	100.826	
Outros	43.942	
Total Investimento Operacional	127.042	125.738
Total Investimento Financeiro	310.118	182.089
Total	434.160	307.827

(*) Só considera investimento do 1º semestre, pois em virtude da venda de 70% do capital da REN ao Estado, esta empresa deixou de ser consolidada a nível operacional



O investimento total não financeiro da EDP no ano 2000 foi de 127 milhões de contos, mais 1,0% que em 1999. Corrigindo o exercício de 1999 pelo impacto da saída da REN das contas consolidadas do Grupo EDP, verificamos que o investimento não financeiro teria aumentado 7,4%, essencialmente devido ao acréscimo na ONI, com o início da actividade em Janeiro de 2000, e aos investimentos significativos relacionados com o *roll-out* das operações daquela empresa.

Na actividade de produção (especificamente na produção vinculada – CPPE) e distribuição, o Grupo EDP considera atingidos os objectivos propostos, que comunicou ao mercado de capitais no final de 1999, relativamente à manutenção em termos reais do investimento não financeiro. A evolução desta rubrica no *core business* manteve-se inalterada, tendo o Grupo EDP investido cerca de 56,9 milhões de contos, quer em 1999 quer em 2000.

O investimento financeiro durante o ano de 2000 foi de cerca de 310 milhões de contos, onde se destacam os investimentos na GALP Energia (63,7 milhões de contos), no BCP (100,8 milhões de contos) e na Bandeirante (41,3 milhões de contos).

Financiamento

A função financeira no Grupo EDP encontra-se maioritariamente centralizada ao nível da *holding*, permitindo-lhe otimizar a gestão da tesouraria corrente do Grupo, assim como a contratação da dívida de médio e longo prazo nas melhores condições de mercado, beneficiando da sua elevada notação de crédito.

O ano em análise foi marcado por uma elevada utilização de financiamento de curto prazo, tendo este atingindo

um pico de 237 milhões de contos (linhas de crédito e papel comercial) em Agosto, que foi posteriormente refinanciado com os fundos recebidos pela venda ao Estado Português de 70% do capital social da REN. Esta transacção, no valor de cerca de 200 milhões de contos, conjuntamente com os fundos gerados internamente permitiu ao Grupo realizar investimentos financeiros totalizando cerca de 310 milhões de contos em internacionalização, diversificação e parcerias estratégicas, e ainda proceder ao reembolso de dívida de médio e longo prazo, sem recorrer a novo endividamento.

A 31 de Dezembro de 2000, a dívida total consolidada do Grupo ascendia a cerca de 1.000 milhões de contos, estando 87% localizada na *Holding* do Grupo e o restante ao nível das subsidiárias. O aumento do endividamento do Grupo, quando comparado com o ano anterior, deveu-se, essencialmente, às necessidades financeiras da ONI (cerca de 62 milhões de contos) assim como à alteração na forma de contabilização da empresa brasileira Bandeirante, cujas contas, a nível do balanço, foram consolidadas no Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2000 (contribuindo para a dívida consolidada em cerca de 53 milhões de contos).

Dívida Financeira do Grupo EDP

Milhares de contos

	2000	1999
Dívida – médio / longo prazo		
Empréstimos por Obrigações não convertíveis	362.433	403.486
Dívidas a Instituições de Crédito	276.770	349.804
Outros empréstimos obtidos	3.398	2.586
	642.601	755.876
Dívida – curto prazo		
Empréstimos por Obrigações não convertíveis	26.897	8.843
Dívidas a Instituições de Crédito	335.392	111.118
	362.289	119.961
Total Grupo EDP	1.004.890	875.837

No que respeita à gestão da carteira de dívida do Grupo, as acções desenvolvidas limitaram-se à dívida centralizada na *Holding*, que ascendia a 871 milhões de contos.

Durante o ano 2000, a carteira de dívida não sofreu alterações significativas, destacando-se a contratação de um novo Programa de Papel Comercial, tendo como Agente o BCPI – Banco de Investimento, S.A., no montante de € 200 M (cerca de 40 milhões de contos) e a libertação de 2 garantias bancárias associadas a 2 empréstimos do BEI – Banco Europeu de Investimento. No fim do ano de 2000, o Grupo tinha disponíveis 78 milhões de contos em linhas de crédito e 109 milhões de contos em programas de papel comercial. Estes instrumentos de financiamento de curto prazo proporcionam ao Grupo acesso a fundos com celeridade e flexibilidade.

No que respeita à gestão da carteira de dívida do Grupo, as acções desenvolvidas limitaram-se à dívida centralizada na *Holding*. Durante o ano, prosseguiram-se os trabalhos iniciados em 1999, de conversão ou redenominação em Euro dos contratos de financiamento e dos programas de papel comercial. Em resultado deste processo e do pré-pagamento de um empréstimo residual em Francos Suíços (cerca de 1 milhão de contos), toda a dívida do Grupo, com excepção naturalmente da dívida da Bandeirante, encontra-se denominada em Euro e "moedas in" (moedas da zona euro).

Em termos de risco de taxa de juro, prosseguiu-se uma estratégia de controlo do risco num contexto de subida de taxas, tendo sido, para tal, realizadas algumas operações estruturadas de swaps como forma de limitar o impacto dessa subida no serviço da dívida.

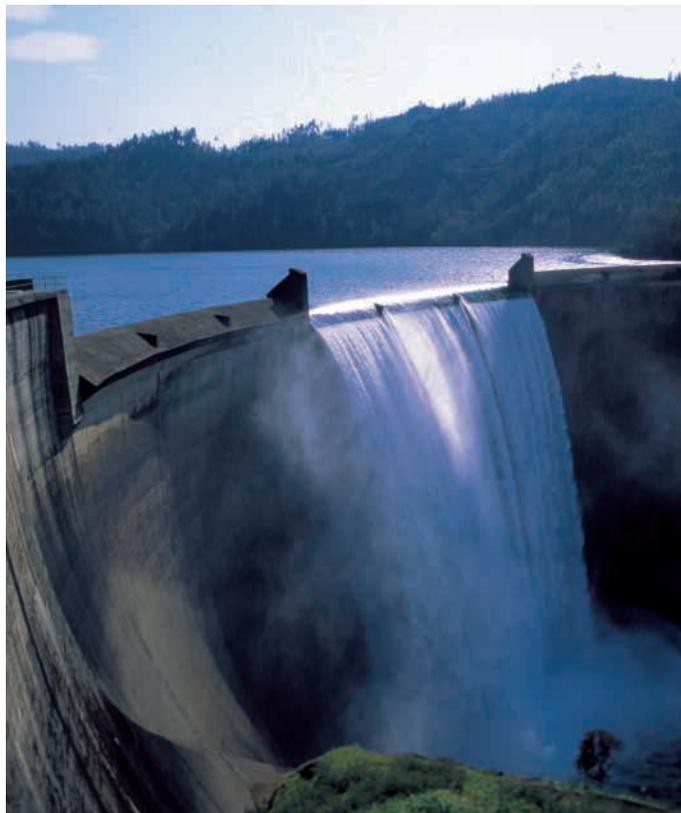
À data do fim do exercício, a taxa de juro da dívida financeira viva (média dos vários instrumentos de dívida) da *Holding* situava-se em 4.8%, face a 3.5% no ano anterior, reflectindo um bom desempenho da empresa em termos de custo de financiamento, comparando-se favoravelmente com as suas congéneres europeias. As taxas médias de financiamento nos anos de 1999 e de 2000 foram, respectivamente, de 3,32% e 4,21%. Anota-se ainda que, no final do ano, 30,5% da dívida era remunerada a taxa fixa.



Dois dos principais acontecimentos do ano na vida da empresa – a 4ª fase de privatização e a alienação da REN – tiveram também um impacto importante na actividade financeira e nomeadamente na gestão da carteira de dívida do Grupo.

A 4ª fase de privatização, que resultou na maioria do capital social da EDP deixar de ser detida pelo Estado Português, exigiu o acordo dos bancos nas garantias a favor do BEI e o exercício imediato, por parte de alguns obrigacionistas, de opções de reembolso da 22ª Emissão de Obrigações da EDP, prevendo-se que em 2001 seja reembolsado o remanescente desta emissão e ainda a totalidade da 23ª Emissão.

Relativamente ao segundo acontecimento, o facto da EDP deixar de deter a maioria do capital social da REN, era, ao abrigo da maioria dos contratos de financiamento e de garantia, uma situação de incumprimento ou de exigibilidade antecipada, dado esta empresa figurar nesses contratos como uma subsidiária relevante do Grupo EDP. Neste caso, também foi necessário obter o acordo dos bancos partes desses contratos, assim como dos obrigacionistas da emissão de obrigações internacional da EDP ("Eurobond"). Estas negociações foram concluídas de uma forma célere e atempada, pelo que aqueles dois acontecimentos não tiveram quaisquer reflexos negativos nas responsabilidades da EDP, em termos de exigibilidade antecipada. Neste âmbito, apenas foram renegociadas condições financeiras no caso do Eurobond 6%, 2009, tendo sido alterado o cupão do mesmo para 6.40%.



No que respeita aos *ratings* de médio e longo prazo, a Standard & Poor's colocou o *rating* da EDP de AA em observação, no decurso do anúncio da venda de 70% do capital social da REN ao Estado Português; a Moody's manteve inalterado o *rating* de Aa3. A EDP mantém assim o seu posicionamento entre as eléctricas europeias com *rating* mais elevado.

Comparticipações Financeiras de Apoio ao Investimento

Estas participações representam as entregas de Clientes respeitantes a obras a seu favor, nomeadamente novas ligações e, também, a apoios financeiros da União Europeia através dos Fundos Estruturais Comunitários.

No ano de 2000 foram recebidos de Clientes cerca de 24,5 milhões de contos. Por sua vez, o apoio da União Europeia cifrou-se em 2,1 milhões de contos.

Trabalhos para a Própria Empresa

Os trabalhos para a própria empresa aumentaram 7,1%, situando-se, em 2000, nos 45,9 milhões de contos contra os 42,9 milhões de 1999, com a seguinte decomposição:

Trabalhos para a Própria Empresa

Milhões de contos

	1997	1998	1999	2000
Materiais, fornecimentos e serviços	27,2	29,1	33,9	34,8
Encargos de estrutura	7,4	6,7	7,1	9,4
Encargos financeiros	3,5	3,1	1,9	1,7
Total	38,1	38,9	42,9	45,9

Este aumento é grandemente explicado pelo agravamento dos custos capitalizados de lançamento da empresa de telecomunicações, que ascenderam, durante o ano de 2000, a 9,3 milhões de contos.

Aspectos Fiscais e Parafiscais

O Grupo EDP está autorizado, por despacho do Senhor Ministro das Finanças, a proceder à consolidação fiscal. Desta forma, o Imposto sobre o rendimento de Pessoas Colectivas incide sobre a actividade global do Grupo EDP, desenvolvida pelas filiais detidas em pelo menos 90% do seu capital e com sede no território nacional.

O IRC, calculado sobre a actividade do exercício, incluindo impostos diferidos calculados de acordo com o disposto na Directiva nº 12 do International Accounting Standard, ascende a 62,7 milhões de contos.

Distribuição de Resultados aos Trabalhadores

Faz parte da política de recursos humanos do Grupo EDP a atribuição de lucros aos seus trabalhadores. Esta política concretiza-se nas empresas a que os trabalhadores estão afectos.



Proposta de Aplicação dos Resultados de 2000

Nos termos do Artigo 27º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido de ESC. 110.059.360.182\$00 tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de Resultados		(escudos)
Reserva Legal (5%)	5.503.000.000	
Dividendos	84.000.000.000	
Resultados Transitados	20.556.360.182	
Resultado Líquido	110.059.360.182	

Assinale-se que se mantém o nível de dividendos a distribuir face ao ano anterior, embora o dividendo por acção seja de 28\$00 (face a 140\$00 no ano anterior), o que resulta da operação de renominalização das acções, efectuada em Junho de 2000, com a consequente desmultiplicação (stock split) de cada acção anterior (com valor nominal de 5 euros) em 5 novas acções (com valor nominal de 1 euro).

Factos Relevantes

Factos Relevantes do Exercício 2000

Gerais

→ *Stock Split* das acções da EDP a 20 de Julho de 2000

No dia 20 de Julho de 2000 teve lugar a alteração do valor nominal das acções representativas do capital social da EDP, de 5 euros para 1 euro, conforme deliberação da assembleia geral realizada em 12 de Maio de 2000. O capital social da empresa passou, desta forma, a ser representado por 3 mil milhões de acções com valor nominal de 1 euro. Em consequência desta alteração cada uma das acções anteriores foi substituída por 5 "novas" acções.

→ 4ª fase Privatização da EDP

Durante o mês de Outubro teve lugar a 4ª fase de privatização da EDP. Foram alienadas 600 milhões de acções representativas de 20% do capital, ficando o Estado a deter cerca de 30% do capital social da empresa.

→ Alteração do Conselho de Administração

No dia 18 de Outubro realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária para a eleição do novo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Eng. Francisco de la Fuente Sánchez, e ractificação da cooptação de um novo membro do Conselho de Administração, Sr. Dr. Manuel de Jesus Martins.

→ Criação da EDP Participações SGPS

No âmbito da reorganização interna da gestão das participações financeiras do Grupo, a EDP criou a empresa EDP Participações SGPS, S.A., com o objectivo de agregar numa só entidade o controlo das participações minoritárias.

Electricidade

→ Estado Português adquiriu 70% da REN

– Rede Eléctrica Nacional

Nesta operação, a EDP recebeu um total de 195,7 milhões de contos (976 milhões de euros) que se repartiram por 21,3 milhões de contos (106 milhões de euros) de reembolso da dívida da REN para com a EDP, 78,7 milhões de contos (392,5 milhões de euros) de distribuição extraordinária de dividendos e 95,7 milhões de contos (477 milhões de euros) pela compra dos 70% do capital social.

→ Interrupção de fornecimento de electricidade

No dia 15 de Maio de 2000 ocorreu uma importante interrupção no fornecimento de energia eléctrica à zona sul de Portugal. Tal facto foi originado por um incidente ocorrido numa das linhas da Rede Nacional de Transporte.

→ EDP adquiriu 10% do capital social da EDA

A EDP adquiriu 10% do capital social da EDA – Electricidade dos Açores, por 1,2 milhões de contos (6 milhões de euros), com a qual estabeleceu um acordo de parceria estratégica.

→ ERSE define aumento de 1,2% para as tarifas de 2001

A ERSE anunciou um aumento das tarifas para 2001 de 1,2%, contra a descida de 0,6% ocorrida em 2000. A subida das tarifas está relacionada com o aumento do preço dos combustíveis.



Gás Natural

→ EDP reforça sua posição na Galp Energia para 14,27%

A EDP, no âmbito da reestruturação accionista da Galp, adquiriu 11% do capital da Galp por um valor de 63,7 milhões de contos (317,7 milhões de euros), passando a deter uma participação total de 14,27% do capital desta empresa. Esta aquisição insere-se na estratégia da EDP de reforçar o seu envolvimento no negócio do Gás Natural, tendo em vista o suporte ao desenvolvimento de projectos de produção de electricidade na Península Ibérica e o prosseguimento da sua estratégia de *multi-utility*.

Internacionalização

→ EDP reforça sua posição na Bandeirante para 53,97%

A Enerpaulo (Grupo EDP) passou a deter em conjunto com a Draft I Participações S.A. (Grupo CPFL), através de uma Oferta Pública de Aquisição, 96,37% do capital da distribuidora eléctrica brasileira Bandeirante Energia S.A. A EDP passou de uma participação de 16,69% no capital total da Bandeirante para 53,97%.

→ EDP vende 10,94% do capital da CERJ

A EDP vendeu a totalidade das acções que detinha fora do bloco de controlo da Cerj (10,94% do capital). Esta venda resultou de uma OPA da Endesa sobre a Cerj ao preço de 0.73 reais por lote de mil acções, com uma receita de 16.6 milhões de contos (82,8 milhões de euros). A EDP mantém a sua participação de 30% no bloco de controlo da Cerj equivalente a 19% do capital desta empresa.

Telecomunicações e Tecnologias de Informação

→ Parceria estratégica entre EDP e BCP

A EDP e o BCP estabeleceram uma parceria estratégica com particular enfoque nas telecomunicações e Internet, reforçada por um acordo de aquisição de participações recíprocas até 5% do capital.

Em Setembro de 2000, a EDP e o BCP acordaram a alienação de uma participação de 27,5% no capital da ONI SGPS e da ONItelecom pela EDP ao BCP por um valor global de 41,2 milhões de contos (205,7 milhões de euros). Como parte do acordo a EDP aumentou a sua participação no BCP de cerca de 3% para 4,25%. Esta transacção realizou-se no dia 6 de Outubro. A Galp Energia, então detentora de uma participação de 5% na ONItelecom S.A., reforçou a sua parceria com a EDP e com o BCP ao adquirir 5% da ONI SGPS S.A.

→ ONI WAY licenciada como operadora de UMTS

Em Dezembro foi atribuída uma das quatro licenças de operadora de rede móvel de 3ª geração (UMTS) ao consórcio ONI WAY.

O consórcio ONI WAY tem a seguinte constituição: ONI SGPS 55%, Telenor 20%, Iberdrola 8%, Impresa 4%, Brisa 4%, Grupo Jerónimo Martins 3%, Media Capital 3%, Grapes Communications 2%, Efacec 1%. O custo inicial da licença definido pelo ICP é de 20 milhões de contos (99,8 milhões de euros).

→ **EDINFOR adquire 60% da CASE**

A EDINFOR – Sistemas Informáticos S.A. (empresa do Grupo EDP), adquiriu, por 13 milhões de contos (64,8 milhões de euros) um conjunto de acções representativas de 60% do capital da CASE – Concepção e Arquitectura de Soluções Informáticas Estrutura-

das S.A.. Esta operação constituiu um passo decisivo para a criação da ACE, uma empresa participada em 60% pela EDINFOR e 40% pelos anteriores accionistas da CASE, que passará a constituir a maior empresa portuguesa de prestação de serviços de consultoria e sistemas de informação, com recursos e competências à escala internacional.



→ **EDP e CajaAstur lançam OPA sobre Hidrocantábrico**

Em 25 Jan de 2001, a EDP e a Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur) lançaram uma OPA a 24 euros sobre 100% do capital da eléctrica espanhola Hidroeléctrica del Cantábrico. Desta operação resultou a aquisição conjunta de 35% do capital social da Hidroeléctrica del Cantábrico.

Factos Relevantes Posteriores ao Termo do Exercício

→ **Parceria entre EDP e Iberdrola é terminada**

Foi dado por terminado o acordo de parceria estratégica, no seguimento da intenção manifestada pelo Conselho de Administração da Iberdrola de proceder à fusão com a Endesa que resultaria na eliminação das perspectivas de desenvolvimento da parceria com a EDP. A EDP decidiu então, com o apoio dos seus principais accionistas, analisar oportunidades alternativas de intervenção no mercado espanhol.

→ **Constituída sub-Holding para a área da produção: "EDP Produção"**

A criação da EDP Produção constituirá mais um passo na estratégia de reorganização do Grupo EDP e tem como objectivo otimizar a coordenação e eficiência das várias empresas do sector de produção de energia do Grupo EDP.



Perspectivas para 2001

O ano de 2001 afigura-se como um ano de transição nas grandes áreas estratégicas do Grupo EDP:

- No sector eléctrico nacional, na medida em que, concluindo-se o primeiro período regulatório, serão definidos os parâmetros caracterizadores do próximo triénio, que o Grupo EDP encara como de exigências acrescidas, quer a nível interno, em termos da eficiência na utilização de recursos, quer a nível externo, no que respeita à disputa do mercado. O ano de 2001 marcará também o regresso da EDP aos grandes investimentos na produção de electricidade, com o projecto TER – segunda central termoeléctrica de ciclo combinado a gás natural. Também no mercado ibérico o Grupo EDP procurará assumir uma posição relevante no sector eléctrico espanhol.

- Nas telecomunicações, o ano de 2001 será em grande parte dedicado à construção de importantes infra-estruturas e à preparação da oferta de serviços que possibilitarão a entrada em operação, no ano seguinte, do sistema de comunicações móveis de 3ª geração, operado pelo consórcio liderado pela ONI.

- Na área dos multi-serviços, uma vez que no decurso de 2001 se intensificarão as acções relativas à definição de planos de negócio que suportarão, a médio prazo, a presença do Grupo EDP nos sectores da Água e Saneamento e do Gás Natural, áreas em que decorrem análises conjuntas com os Grupos AdP e GALP Energia, respectivamente.

- Na internacionalização, dado que no ano em curso o Grupo EDP procurará consolidar e aportar uma nova dimensão à sua presença no Brasil, designadamente através da actividade de produção de electricidade.

Para todos estes desafios, o Grupo EDP vai dar uma resposta serena, competente e determinada, para continuar a merecer a plena confiança de Clientes, Accionistas e Colaboradores.

Referências Especiais

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento ao Governo Português, nomeadamente aos Senhores Ministros das Finanças e da Economia e aos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto do Ministro da Economia, pelo apoio em diversas situações da vida da Empresa, com particular intensidade durante os trabalhos da quarta fase da reprivatização do capital social da EDP.

É também devido um agradecimento a todas as entidades que colaboraram com o Grupo EDP, designadamente:

- CMVM, BVLP e Interbolsa;
- Revisores Oficiais de Contas e Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico.

Ainda um agradecimento especial:

- aos Clientes das Empresas do Grupo EDP, a quem se reitera o empenhamento na procura de níveis de qualidade desejáveis à satisfação plena das suas necessidades;
- aos Accionistas, pela confiança que mantêm no Grupo EDP;

- aos Trabalhadores e Colaboradores, pela forma positiva como têm contribuído para o desenvolvimento do Grupo EDP e pela competência e profissionalismo no desempenho das suas funções.

O Conselho de Administração foi ampliado para 11 membros a partir da Assembleia Geral de 12 de Maio de 2000, data em que passou a ter a seguinte composição: Dr. Mário Cristina de Sousa (Presidente), Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães (Vice-Presidente), Eng. Francisco de la Fuente Sánchez, Dr. Fernando Noronha Leal, Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu, Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa, Eng. Vasco Fernandes Pereira Valente (membros que integram a Comissão Executiva entretanto instituída), Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves, Iberdrola, representada pelo Eng. Javier Herrero Sorriqueta, Prof. Dr. Ernâni Rodrigues Lopes e Prof. Eng. João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento.

Face à referida eleição dos membros dos órgãos sociais da EDP para o triénio em curso, cessaram funções os Senhores Dr. Carlos Adrião Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. António Moura Rodrigues, Fiscal Único, Eng. Luis Filipe Lucena Ferreira e Dr. Humberto da Costa Biu, Administradores e ex-quadros da Empresa, e em Julho de 2000 cessou funções de Secretário da Sociedade, o Senhor Dr. António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho. A todos, o Conselho de Administração dirige a sua expressão de reconhecimento pelas funções desempenhadas no período para que foram designados, para além das manifestações de apreço que em lugar próprio houve oportunidade de concretizar, até pelas especiais e duradouras relações mantidas com a Empresa por cada um dos referidos membros cessantes.



Finalmente, ao Senhor Dr. Mário Cristina de Sousa, que no decorrer do exercício findo cessou as suas funções de Presidente do Conselho de Administração da EDP para assumir o cargo de Ministro da Economia, é de inteira justiça registar a expressão do reconhecimento pela mais-valia resultante da sua condução dos destinos ao Grupo EDP.

O Conselho de Administração

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez – Presidente

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Vice-Presidente

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa – Vogal

Dr. Fernando Noronha Leal – Vogal

Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu – Vogal

Eng. Vasco Fernandes Pereira Valente – Vogal

Dr. Manuel de Jesus Martins – Vogal

Eng. Ignácio Francisco Javier Herrero Sorriqueta
em representação da Iberdrola – Vogal

Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves – Vogal

Prof. Eng. João Afonso Ramalho Pereira Bento – Vogal

Prof. Dr. Ernâni Rodrigues Lopes – Vogal

Lisboa, 20 de Abril de 2001

Documentos de Prestação de Contas Consolidadas	93
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	94
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	96
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	99
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	161
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES	162



**Documentos de Prestação
de Contas Consolidadas**

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2000

Activo		AB	Dez. 00 A/P	AL	1999 AL
Notas	Imobilizado:				
23.b./25/27.	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	12.312.062	2.985.192	9.326.870	2.425.184
	Despesas de investigação e desenvolvimento	3.930.993	1.911.938	2.019.055	724.301
	Propriedade industrial e outros direitos	135.910.079	7.465.274	128.444.805	407
	Imobilizações em curso	21.992.556		21.992.556	26.633.337
		174.145.690	12.362.404	161.783.286	29.783.229
23.c./27.	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	50.471.241	46.011.370	4.459.871	5.472.124
	Terrenos e recursos naturais	19.524.972		19.524.972	19.906.885
	Edifícios e outras construções	56.020.347	22.662.142	33.358.205	36.096.082
	Equipamento básico	3.959.011.166	2.210.516.182	1.748.494.984	1.938.696.265
	Equipamento de transporte	12.672.380	8.332.198	4.340.182	3.274.906
	Ferramentas e utensílios	2.362.867	2.115.397	247.470	302.429
	Equipamento administrativo	36.777.489	25.609.471	11.168.018	7.889.553
	Taras e vasilhame	333	333	0	0
	Outras imobilizações corpóreas	1.828.226	492.360	1.335.866	853.093
	Imobilizações em curso	84.045.427		84.045.427	82.682.874
	Adiantam p/ conta imob. corpóreas	634.003		634.003	482.121
23.c./27.	Aprov. fins múltiplos (parte n/ afect):	4.897.295		4.897.295	4.787.963
	Produção hidroeléctrica	3.511.059		3.511.059	3.469.124
	Obras em curso	1.386.236		1.386.236	1.318.839
		4.228.245.746	2.315.739.453	1.912.506.293	2.100.444.295
23.d./27.	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do grupo	86.838.531	140.000	86.698.531	46.329.994
	Partes de capital em empresas associadas	197.263.498	13.301.408	183.962.090	218.703.848
	Títulos e outras aplic. financeiras	276.569.650	214.453	276.355.197	99.368.294
	Imobilizações em curso	138.018		138.018	0
		560.809.697	13.655.861	547.153.836	364.402.136
	Circulante:				
23.e.	Existências:				
50.f.	Matérias-primas, subsid. e de consumo	21.164.216		21.164.216	17.503.690
	Produtos e trabalhos em curso	272.807		272.807	396.543
	Mercadorias	1.182.740	0	1.182.740	3.732.502
	Adiantamentos p/ conta compras	210.168		210.168	316.640
		22.829.931	0	22.829.931	21.949.375
33.b.	Dívidas de terceiros - Médio longo prazo:				
50.a.	Clientes - Autarquias - Dívida a 31/12/88	39.584.232	21.655.778	17.928.454	14.576.159
	Empresas participadas e participantes	1.764.682		1.764.682	1.563.686
50.a.	Imobilizados em integr., compensados	2.670.115	1.509.239	1.160.876	1.246.403
		44.019.029	23.165.017	20.854.012	17.386.248
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
50.b.	Clientes c/c	100.236.052	0	100.236.052	48.875.494
50.b.	Clientes - Títulos a receber	232		232	703
50.b.	Clientes - Cobrança duvidosa	27.153.352	25.303.135	1.850.217	789.723
	Empresas participadas e participantes	46.151.789		46.151.789	14.290.993
	Adiantamentos a fornecedores	846.831		846.831	15.344
50.e.	Estado e outros entes públicos	10.433.284		10.433.284	5.780.843
50.c.	Outros devedores	30.897.061	882.576	30.014.485	55.012.628
	Subscritores de capital	0		0	0
		215.718.601	26.185.711	189.532.890	124.765.728
	Títulos negociáveis:				
	Outras aplicações de tesouraria	7.104.783		7.104.783	2.554.683
		7.104.783	0	7.104.783	2.554.683
	Depósitos bancários e caixa:				
	Depósitos bancários	4.443.729		4.443.729	612.000
	Caixa	17.417		17.417	104.498
		4.461.146		4.461.146	716.498
50.d.	Acréscimos e diferimentos:				
	Acréscimos de proveitos	18.704.712		18.704.712	19.090.578
	Custos diferidos	99.630.759		99.630.759	67.428.765
		118.335.471		118.335.471	86.519.343
	Total de Amortizações		2.341.617.718		
	Total de Provisões		49.490.728		
	TOTAL DO ACTIVO	5.375.670.094	2.391.108.446	2.984.561.648	2.748.521.535

Gabinete de Consolidação Contabilística
O Director: Dr. Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho
Técnico Oficial de Contas n.º 26000

Capital próprio e passivo		Dez. 00	1999
Notas			
50.m	Capital Próprio:		
	Capital	601.446.000	601.446.000
	Acções próprias - Valor nominal	(481.157)	(350.844)
	Acções próprias - Prémios e descontos	(1.130.412)	(822.324)
	Ajustamentos de partes de capital em filiais e assoc.	(1.298.787)	(1.123.663)
	Reserva de conversão cambial	(6.139.006)	(9.014.405)
	Reservas de reavaliação	405.154.583	394.498.545
	Reservas:		
	Legal	38.841.100	33.689.350
	Outras	15.784.546	15.784.546
	Resultados transitados - Casa-mãe	51.708.888	50.635.801
	Resultados transitados - Consolidação de filiais	29.991.524	27.119.522
	Subtotal	1.133.877.279	1.111.862.528
	Resultado consolidado líquido do exercício	110.059.359	103.034.925
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.243.936.638	1.214.897.453
	Interesses minoritários	7.466.738	387.056
	Passivo:		
46.	Provisões para riscos e encargos:		
	Outras provisões para riscos e encargos	141.857.847	138.839.534
		141.857.847	138.839.534
23.n./50.j.	Correcção de hidráulidade	73.280.324	67.985.815
33.a.	Dívidas a terceiros - Médio longo prazo:		
50.k.	Empréstimos p/ obrigações - Não convert.	362.433.362	403.486.090
50.l.	Dívidas a instituições de crédito	276.770.209	349.804.326
	Outros empréstimos obtidos	3.397.500	2.586.168
33.	Outros credores	34.709.713	16.344.186
23.b.	Particip. do Estado p/ aprov. fins múltiplos	3.957.418	3.957.418
23.b.ii.	Conta de regularização - (Reg. DL344-B/82)	4.459.871	5.472.124
		685.728.073	781.650.312
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
50.k.	Empréstimos p/ obrigações - Não convert.	26.896.608	8.843.059
50.l.	Dívidas em instituições de crédito	335.391.902	111.117.652
	Adiantamentos p/ conta de vendas	46.116	53.990
	Fornecedores c/c	79.080.573	21.641.600
	Fornecedores - Fact. em recepção e conf.	1.024.888	165.409
	Outros Accionistas	924.268	230
	Adiantamentos de clientes	349.215	202.806
	Fornecedores de imobilizado c/c	29.947.306	38.930.381
50.e	Estado e outros entes públicos	9.559.202	18.796.612
50.c.	Outros credores	14.934.225	14.468.970
		498.154.303	214.220.709
50.d.	Acréscimos e diferimentos:		
	Acréscimos de custos	41.476.279	27.563.361
	Proveitos diferidos	292.661.446	302.977.295
		334.137.725	330.540.656
	TOTAL DO PASSIVO	1.733.158.272	1.533.237.026
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	2.984.561.648	2.748.521.535

O Conselho de Administração
 Eng. Francisco de la Fuente Sánchez - Presidente
 Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães- Vice-Presidente
 Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 Dr. Fernando Noronha Leal
 Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu
 Eng. Vasco Fernandes Pereira Valente

Dr. Manuel de Jesus Martins
 Eng. Ignácio Francisco Javier Herrero Sorriqueta
 Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves
 Prof. Eng. João Afonso Ramalho Pereira Bento
 Prof. Dr. Ernâni Rodrigues Lopes

Demonstração Consolidada de Resultados

Custos e perdas		Dez. 00	Dez. 99
Notas	Custo das existências vendidas e consumidas:		
	Electricidade	256.341.631	101.490.562
	Combustíveis para produção de electricidade	61.536.545	53.845.388
	Materiais diversos	22.062.573	21.837.011
	Mercadorias	7.090.403	3.501.378
		347.031.152	180.674.339
	Fornecimentos e serviços externos	73.886.452	57.560.874
	Custos com o pessoal:		
	Remunerações	60.130.584	66.185.430
	Encargos sociais:		0
	Complemento de pensões de reforma	0	31.192
	Prémios para pensões	3.804.000	3.829.000
	Encargos s/ remunerações	16.132.670	15.477.947
	Custos de acção social	1.470.390	1.355.494
	Outros	6.536.707	5.953.471
		88.074.351	92.832.534
27.b.	Amortizações do exercício	123.015.895	123.465.624
	Provisões do exercício	21.068.783	8.311.049
	Impostos indirectos	1.599.597	1.993.516
	Impostos directos	231.421	156.734
	Outros custos e perdas operacionais	415.595	996.888
23.c./50.g.	Rendas de concessões e c. electroprodutores	26.591.262	25.799.881
	Correcção de hidraulicidade - dif. exerc. - Custo	0	0
		28.837.875	28.947.019
	A - Custos e Perdas Operacionais	681.914.508	491.791.439
44.	Custos e perdas financeiros:		
	Perdas em empresas do grupo e associadas	10.324	5.855.946
	Juros	63.875.378	32.436.168
27.b.	Amort. e prov. de apl. e invest. financeiros	21.327	23.276
	Diferenças de câmbio	1.351.448	3.839.913
	Outros custos e perdas financ. e similares	15.727.251	10.585.663
		80.985.728	52.740.966
	C - Custos e Perdas Correntes	762.900.236	544.532.405
45.	Custos e perdas extraordinários		
	Dívidas incobráveis	4.820	3.311.357
	Perdas em existências	126.519	46.003
	Perdas em imobilizações	199.931	709.016
	Aumento de amortizações e provisões	567.378	17.241.221
	Correcções relativas a exercícios anteriores	1.105.552	1.126.695
	Correcção de hidraulicidade - Agravamento	0	0
	Outros custos e perdas extraordinários	739.453	10.483.762
		2.743.653	32.918.054
	E - Custos e Perdas do Exercício	765.643.889	577.450.459
	Imposto sobre o rendimento		
	Imposto s/ rendimento do exercício	62.298.405	71.018.576
	Imposto s/ rendimento do exercício - Diferido	380.543	(9.269.340)
		62.678.948	61.749.236
	G - Custos Totais	828.322.837	639.199.695
	Interesses minoritários	(4.668.395)	(87.778)
	Resultado consolidado líquido do exercício	110.059.359	103.034.925
	TOTAL	933.713.801	742.146.842
	Resultados Operacionais (B) - (A)	145.222.132	181.701.576
	Resultados Financeiros ((D) - (B)) - ((C) - (A))	(35.049.922)	(28.159.977)
	Resultados Correntes (D) - (C)	110.172.210	153.541.599

Gabinete de Consolidação Contabilística
O Director: Dr. Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho
Técnico Oficial de Contas Nº 26 000

Proveitos e ganhos		Dez. 00	Dez. 99
Notas			
	Vendas:		
36.	De energia eléctrica	736.945.293	594.591.718
36.	Outras	12.207.582	7.621.693
36.	Prestação de serviços	21.999.787	13.669.812
		771.152.662	615.883.223
	Variação da produção:		
	Produtos e trabalhos em curso:		
	Existências finais	359.445	396.543
	Existências iniciais	307.015	345.127
		52.430	51.416
23.i./50.h.	Trabalhos p/a própria empresa	45.924.774	42.869.636
	Proveitos suplementares	1.582.609	1.955.449
50.i.	Subsídios à exploração	120.611	150.691
	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.204.754	652.968
23.n./50.j.	Correcção hidráulicidade - dif. exerc. - Proveito	7.098.800	11.929.632
		10.006.774	14.688.740
	B - Proveitos e Ganhos Operacionais	827.136.640	673.493.015
44.	Proveitos e ganhos financeiros:		
	Ganhos em empresas do grupo e associadas	8.388.095	3.781.904
	Rendimentos de participações de capital	4.626.452	2.284.617
	Rendim. de títulos negóc. e out. apl. financ.	1.229.458	149.565
	Outros juros e proveitos similares	30.720.088	13.447.076
	Diferenças de câmbio favoráveis	971.713	4.917.827
		45.935.806	24.580.989
	D - Proveitos e Ganhos Correntes	873.072.446	698.074.004
45.	Proveitos e ganhos extraordinários:		
	Ganhos em imobilizações	41.393.387	6.129.045
	Reduções de amortizações e de provisões	2.216.105	23.786.624
	Correcções relativas a exercícios anteriores	856.173	1.412.437
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	16.175.690	12.744.732
		60.641.355	44.072.838
	F - PROVEITOS TOTAIS	933.713.801	742.146.842
	Resultados Extraordinários ((F) - (D))-((E)-(C))	57.897.702	11.154.784
	Resultados Antes de Impostos (F) - (E)	168.069.912	164.696.383
	Resultados Líquido do Exercício (F) - (G)	110.059.359	103.034.925

O Conselho de Administração

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez – Presidente
 Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Vice-Presidente
 Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 Dr. Fernando Noronha Leal
 Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu
 Eng. Vasco Fernandes Pereira Valente

Dr. Manuel de Jesus Martins
 Eng. Ignácio Francisco Javier Herrero Sorriqueta
 Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves
 Prof. Eng. João Afonso Ramalho Pereira Bento
 Prof. Dr. Ernâni Rodrigues Lopes



Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2000

00 – Nota Introdutória

a) Organização e Negócio

A EDP – Electricidade de Portugal, S.A. foi constituída em 1976 em resultado da nacionalização e fusão, decretadas pelo Governo, das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental.

O Grupo EDP foi constituído em 1994, na sequência do plano de reestruturação definido pelos Decretos-Lei nº 7/91 e 131/94, após a cisão que deu origem a um conjunto de empresas participadas directa ou indirectamente a 100% pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A.

As actividades do Grupo EDP estão centradas nas áreas da produção e distribuição de energia eléctrica e de telecomunicações, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como as de água e gás, engenharia, sistemas de informação, ensaios laboratoriais, formação profissional ou gestão do património imobiliário.

Até ao final do primeiro semestre de 2000, as actividades do Grupo EDP incluíam também o transporte de energia eléctrica através da integração da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. a qual, em resultado da alienação ao Estado Português de 70% do capital da mesma, passou a ser consolidada apenas como associada.

O Grupo EDP desenvolve a sua actividade principal no Sistema Eléctrico Nacional (SEN), o qual assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) com um Sistema Eléctrico Independente (SEI). Este último é composto pelo Sistema Eléctrico

não Vinculado (SENV) e por um conjunto de produtores em regime especial (energias renováveis e cogeneradores), que efectuam entregas de energia eléctrica às redes do SEP ao abrigo de legislação específica.

O SEP é constituído pela Rede Nacional de Transporte (RNT), pertencente à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (a quem compete assegurar o transporte de energia eléctrica e a gestão técnica global do SEP), pelos Produtores Vinculados (ligados à RNT por contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo) e pelos Distribuidores Vinculados que assumem a obrigatoriedade de fornecimento aos seus Clientes, segundo as tarifas e condições fixadas, nos termos da lei, pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico – ERSE.

O SENV é composto essencialmente pelos Produtores não Vinculados e pelos Clientes não Vinculados. Os Clientes não Vinculados têm o direito de utilizar as redes do SEP através de tarifas reguladas.

O Grupo EDP, através das suas Empresas, desempenha um papel fundamental em todo o SEN, detendo uma posição relevante no seio do SEP e detendo também empresas de produção que actuam no SEI.

No SEI operam também empresas não pertencentes ao grupo EDP que produzem energia eléctrica em regime de autoprodução para consumo próprio, bem como outros produtores independentes que operam sob regime específico.

De acordo com a lei, compete à Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE) o exercício da função regulatória do sector, através da preparação, emissão e

aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica a clientes do SEP.

b) Detentores do Capital

Sendo inicialmente uma Empresa Pública, a EDP viu o seu estatuto ser transformado primeiramente para Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos e, seguidamente, para Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos, sendo actualmente uma Sociedade Anónima com participação minoritária no capital do Estado e outros Entes Públicos.

Em 1997 iniciou-se o processo parcial de reprivatização da EDP - Electricidade de Portugal, S.A. tendo-se concretizado, em 1998, as segunda e terceira fases de reprivatização, e, em 2000, a quarta fase de reprivatização, após o que o Estado passou a deter directa e indirectamente 31,33%, do capital da EDP, o qual é actualmente detido pelos seguintes Accionistas:

Estado Português (DGT)	22.65%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	4.75%
PARPÚBLICA	3.93%
Entidades Públicas	31.33%
Banco Comercial Português, S.A.	5.06%
Iberdrola	4,00%
Restantes Accionistas Privados	59.53%
EDP - Acções próprias	0,08%
Total	100.00%

A percentagem do capital detido, directa ou indirectamente, pela EDP-Electricidade de Portugal, S.A., nas Empresas incluídas na consolidação pelo método integral é indicada na Nota 01.

c) Regime de Preços da Energia Eléctrica

As tarifas respeitantes quer à utilização de infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica a clientes do SEP são fixadas, nos termos da legislação em vigor, pela ERSE - Entidade Reguladora do Sector Eléctrico.

d) Regime de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios, admitindo-se no entanto a possibilidade de a sua concessão à EDP através de contratos de concessão, com períodos que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, podendo ser revogados com aviso prévio de 2 anos.

No processo de cisão ocorrido em 1994 esta possibilidade manteve-se em relação às Empresas de Distribuição de Electricidade então criadas.

Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 50.g).



e) Bens de Domínio Público

Os imobilizados afectos à Produção e Distribuição de energia eléctrica estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não dispor dos mesmos, no domínio do comércio jurídico privado, enquanto se mantiver a sua afectação.

f) Bases de Preparação das Contas

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios (excepto como indicado na Nota 23.N).

As contas consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

g) Indicações Gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As notas omitidas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Av. José Malhoa, Lote A-13, Lisboa	Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta de empreendimentos e actividades na área do sector eléctrico, tanto a nível nacional como internacional, com vista ao incremento e aperfeiçoamento do desempenho do conjunto das sociedades do seu grupo.	Estado Português PARPÚBLICA C.G.D. B.C.P. IBERDROLA Acções Próprias Restantes Accionistas Privados	22,65% 3,93% 4,75% 5,06% 4,0% 0,08% 59,53%	1.133.877.276	110.059.360	Maioria dos direitos de voto
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	Av. Barbosa do Bocage Lisboa	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional.	EDP	100%	504.982.127	55.152.718	Maioria dos direitos de voto
TER - Termoeléctrica do Ribatejo, S.A.	Av. Estados Unidos da América, 55 Lisboa	Estabelecimento e a exploração de uma central termoeléctrica de ciclo combinado, a comercialização da energia produzida e quaisquer outras actividade conexas.	EDP	100%	100.241	(673)	Maioria dos direitos de voto
EDP ENERGIA, SA	Praça Marquês de Pombal Lisboa	Produção e a compra e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, bem como qualquer outro tipo de comercialização de energia.	EDP	100%	14.390.894	33.906	Maioria dos direitos de voto
HDN - Energia do Norte, S.A.	Rua do Caires, nº 292, Braga	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	EDP	100%	6.996.576	520.710	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
HIDROBASTOS	Porto	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	HDN -Energia do Norte, S.A.	60%	20.000	(164)	Majoria dos direitos de voto
HIDROCENEL - Energia do Centro, S.A.	Lugar de Quintela, Seia	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	EDP	100%	13.832.460	715.633	Majoria dos direitos de voto
ENERNOVA - Novas Energias, S.A.	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos e realização de todas as operações relacionadas com a actividade de promoção imobiliária; administração de bens próprios ou por conta de outrem, incluindo arrendamento, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	EDP CPPE	75% 25%	1.104.602	226.761	Majoria dos direitos de voto
SEFLOR	Lugar do Freixo Mortágua	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade resultante da exploração de centrais térmicas, próprias ou alheias, destinadas, preferencialmente, ao aproveitamento de resíduos florestais.	CPPE	60%	100.569	25.986	Majoria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
EDP-COGERAÇÃO	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Exercício de actividade no domínio da promoção, execução e operação, por conta própria ou alheia, de projectos de produção combinada de energia eléctrica e de energia térmica, mediante processo de cogeração, assim como a sua comercialização. Elaboração de estudos e desenvolvimento de projectos compreendidos no seu objecto social e prestação de quaisquer outros serviços conexos.	EDP	100%	502.333	(174.115)	Maioria dos direitos de voto
SOPORGEN	Av. José Malhoa, lote A-13 Lisboa	Concepção, construção, financiamento e exploração de uma Central de Cogeração para a produção de energia eléctrica e vapor e a venda, à Soporcel, da energia eléctrica e vapor produzidos.	EDP-COGERAÇÃO	82%	10.024	(202.425)	Maioria dos direitos de voto
ENERGIN AZOIA	Av. José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Produção, sob a forma de cogeração, e venda de energia eléctrica e térmica	EDP-COGERAÇÃO	65%	10.024	0	Maioria dos direitos de voto
EDP DISTRIBUIÇÃO	Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, Lisboa	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	433.002.793	30.881.349	Maioria dos direitos de voto
OPTEP	Av. José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Exercício de actividades no domínio das Telecomunicações.	EDP	100%	6.227.888	14.464.099	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ONI SGPS	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Gestão de participações noutras sociedades, como forma directa de exercício de actividades económicas.	OPTeP	67,5%	10.024	(362.997)	Maioria dos direitos de voto
ONITELECOM	Av. da República, 24 Lisboa	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através da constituição ou participações em sociedades.	OPTeP	67,5%	36.775.728	(14.108.644)	Maioria dos direitos de voto
ONI GRANDES REDES	Av. José Malhoa lote A-13 Lisboa	Estabelecimento, gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI SGPS	100%	10.024	0	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
ONI ONE	Av. José Malhoa lote A-13 Lisboa	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI SGPS	100%	10.024	0	Majoria dos direitos de voto
ONI WAY	Av. José Malhoa lote A-13 Lisboa	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI SGPS	55%	10.024	0	Majoria dos direitos de voto
ONI WEB	Av. José Malhoa lote A-13 Lisboa	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI SGPS	100%	10.024	0	Majoria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
ONI SOLUTIONS	Av. da República, 24 Lisboa	Exploração de redes de comunicação de dados e outros e ainda a prestação de serviços conexos.	ONITELECOM	100%	872.790	(754.587)	Majoria dos direitos de voto
ONI AÇORES	Rua Eng. José Cordeiro, nº6 Ponta Delgada	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONITELECOM	60%	50.120	(6.550)	Majoria dos direitos de voto
ONI MADEIRA	Rua Brigadeiro Oudinot, edifício Oudinot, 3º, salas 301 e 302 Funchal	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONISOLUTIONS ONITELECOM	69% 1%	10.024	0	Majoria dos direitos de voto
093X	Av. José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Exercício de actividades no domínio das Telecomunicações.	OPTEP	100%	4.456.432	(35.351)	Majoria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
SHOPPING DIRECT	Rua Eugénio de Castro, 352 - 1º Porto	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI WEB	100%	(392.696)	(507.226)	Maioria dos direitos de voto
EDP - Internacional, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, nº 55, 10º, Lisboa	Consultoria de organização e gestão de empresas, consultoria e assistência técnica no domínio da actividade de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, elaboração e gestão de projectos, promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e o controlo da sua execução, a formação profissional de quadros, bem assim como actividades conexas.	EDP	100%	21.369.514	(10.084.715)	Maioria dos direitos de voto
INTERNEL CONSULTADORIA	Av. José Malhoa, lote A13 Lisboa	Consultoria de organização e gestão de empresas, a consultoria e assistência técnica no domínio do sector da energia eléctrica, a elaboração e gestão de projectos, a promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e o controlo da sua execução, a formação profissional de quadros, bem como actividades conexas.	EDP Internacional	100%	10.024	100.330	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
ENERGEN	BRASIL	Participação em outras sociedades como accionista, bem como em negócios e empreendimentos do sector energético.	EDP BRASIL, LDA EDP Internacional	90% 10%	88.078	(22.476)	Maioria dos direitos de voto
EDP - Brasil, Serviços Corporativos, Lda	BRASIL	Prestação de serviços de representações por conta de terceiros, de intermediações, bem como de serviços técnicos de assessoria, consultoria e planeamento relativamente a assuntos relacionados com estudos e projectos de construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia eléctrica, pesquisa de mercado e toda a actividade conexa ou assessoria das actividades enunciadas.	EDP EDP Internacional	97,8% 2,2%	12.579.176	3.040.076	Maioria dos direitos de voto
EDP Brasil, SA	BRASIL	Participação em outras sociedades como accionista, bem como em negócios e empreendimentos do sector energético.	EDP EDP Internacional	0,2% 99,2%	110	(384.394)	Maioria dos direitos de voto
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.	Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o desenho, implementação e operação de redes de dados, o desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, a consultoria nas áreas de gestão e de organização, a formação profissional e a comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos e actividades afins.	EDP	100%	1.269.365	1.771.367	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
COPIDATA, S.A.	Rua Heróis de Chaimite, 12 e 12-A Loures	Criação, execução e comercialização de formulários e sistemas gráficos para informática ou ainda qualquer outra actividade industrial, comercial ou de serviços.	EDINFOR	99,12%	1.874.179	62.614	Maioria dos direitos de votos
COPIDATA, LDA	Rua Heróis de Chaimite, 12 e 12-A Loures	Comercialização de equipamentos e aprovisionamentos relacionados com a racionalização e segurança das empresas e das pessoas nomeadamente relativos a escritórios e informática, bem como o exercício de qualquer ramo de comércio ou indústria.	EDINFOR COPIDATA, SA	11% 89%	239.808	1.722	Maioria dos direitos de voto
ESCRITOMÁTICA, LDA	Rua Heróis de Chaimite, 12 e 12-A Loures	Criação, execução e comercialização de formulários e sistemas gráficos para informática ou ainda qualquer outra actividade industrial, comercial ou de serviços conexa.	EDINFOR COPIDATA,SA		54.040	10.724	Maioria dos direitos de voto
MECARESOPRE	Rua Formoso de Cima, 150 Lisboa	Prestação de serviços de informática, venda de equipamentos informáticos e acessórios, de material eléctrico e electrónico, bem como a prestação de assistência técnica.	EDINFOR	80%	24.321	22.117	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
EDINFOR BRASIL	BRASIL	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o desenho, implementação e operação de redes de dados; o desenvolvimento de programas e sistemas de informação, com recurso a meios informáticos, a consultadoria nas áreas de gestão e de organização; a formação profissional; a comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos; bem como o exercício de actividades congéneres ou afins, incluindo a participação em associações ou sociedades com terceiros, mesmo que o respectivo objecto não apresente nenhuma relação, directa ou indirecta, com o seu próprio objecto social..	EDINFOR EDP BRASIL	90% 10%	56.610	(96.451)	Maioria dos direitos de voto
EDINFOR MOÇAMBIQUE	MOÇAMBIQUE	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o estudo implementação e operação de redes de dados, o desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, a consultadoria nas áreas de gestão e de organização, a formação profissional, a comercialização e importação de produtos informáticos, bem como o exercício de actividades congéneres ou afins.	EDINFOR COPIDATA, S.A.	90% 10%	3.183	0	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A.	Rua do Bolhão, nº 36, Porto	Realização de estudos e projectos, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras de qualquer ramo de engenharia, principalmente no domínio da hidráulica, na realização total ou parcial desses empreendimentos e no desenvolvimento de actividades conexas e complementares.	EDP CPPE	50% 50%	994.337	429.465	Maioria dos direitos de votos
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, nº 55, 2º, Lisboa	Prestação de serviços de engenharia de âmbito geral, multidisciplinar e de especialidade, envolvendo consultoria, concepção e execução de projectos e gestão de empreendimentos, apoio e participação na investigação, desenvolvimento e demonstração, no contexto nacional e internacional, com especial relevância para o sector eléctrico, designadamente no domínio da produção Termoeléctrica, integrando ainda a prospecção, na análise e avaliação de actividades, projectos ou realizações no domínio energético e industrial.	EDP CPPE	50% 50%	813.706	183.669	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.	Rua Cidade de Goa, nº 4, Sacavém	Realização de trabalhos de engenharia, nomeadamente de índole laboratorial, tendo em vista um apoio à concepção e exploração de instalações e ao controlo de qualidade de equipamentos e sistemas, no âmbito da produção, transporte e distribuição de electricidade, bem como de fabricantes ou empresas relacionadas com a indústria eléctrica e entidades com solicitações afins.	EDP	100%	732.391	273.926	Maioria dos direitos de voto
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	Rua Cova da Moura, nº 2, 4º, Lisboa	Consultoria e prestação de serviços no âmbito da formação profissional e outras áreas da gestão de recursos humanos, bem como no exercício de actividades relacionadas com aquelas.	EDP	100%	148.449	16.043	Maioria dos direitos de voto
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A.	Avenida Casal Ribeiro, nº 15, Lisboa	Prestação de cuidados de saúde e gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares próprios ou alheios.	EDP	100%	204.738	29.564	Maioria dos direitos de voto
EDP -Gestão de Frotas, Instalações e Logística, S.A.	Av. Estados Unidos da América, 55 Lisboa	Gestão e intermediação de frotas e de meios de transporte, gestão e prestação de serviços imobiliários e aquisição, contratação, gestão e intermediação de bens e serviços de apoio logístico às empresas.	EDP	100%	161.483	4.325	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
EDP - Imobiliária, S.A.	Av. Estados Unidos da América, 55 Lisboa	Estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos e realização de todas as operações relacionadas com a actividade de promoção imobiliária; administração de bens próprios ou por conta de outrem, incluindo arrendamento, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	EDP	100%	796.487	456.778	Maioria dos direitos de voto
EDALPRO - Imobiliária, Lda.	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; o estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos; a administração de bens e a realização de todas as operações relacionadas com a actividade de promoção imobiliária.	EDP	100%	164.285	(2.061)	Maioria dos direitos de voto
EDIPOMBAL- Imobiliária, S.A.	Praça Marquês de Pombal, 13 Lisboa	Promoção imobiliária, compra e venda de imóveis, incluindo a revenda dos adquiridos para esse fim, administração de imóveis próprios e prestação de serviços relacionadas com imóveis.	EDP- Imobiliária	100%	219.749	88.894	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ENERFIN - Sociedade de Eficiência Energética, S.A	Rua Guerra Junqueiro, n.º 495, S/L, Porto	Exercício de actividades no domínio da eficiência energética e da produtividade, através da realização de estudos técnico-económicos e financeiros e da execução de projectos de optimização de consumos energéticos e da produtividade em geral, bem como da comercialização, produção e exploração de equipamento destinado à utilização racional de energia e ao aumento da produtividade.	EDP PETROGAL	74,88% 25,12%	(576.236)	392.421	Maioria dos direitos de voto
EDP ÁGUAS-Gestão de Águas e Saneamento, S.A.	Av. José Malhoa, lote A13 Lisboa	Promoção, o desenvolvimento e a gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água, saneamento e afins, a nível nacional e internacional, designadamente: o estudo de viabilidade de novos negócios, a aquisição e a gestão de participações sociais, a gestão e exploração de sistemas de captação, tratamento, abastecimento e distribuição de água, a gestão e exploração de sistemas de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a gestão e exploração de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos, a consultoria no domínio da organização e gestão de empresas, a assistência técnica e a formação profissional e a promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e o controlo da sua execução.	EDP	100%	949.134	(513.350)	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	Detentores do Capital	% Capital detido	CAPITAIS PRÓPRIOS	Resultado do Exercício de 2000	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº 1 Artº 1 DL 238/91 de 2/Jul
VALORÁGUA-Água e Saneamento de Portugal, S.A.	Av. da República, 57-3º Lisboa	Promoção, o desenvolvimento e gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água e saneamento.	EDP ÁGUAS	50%	442.385	(75.254)	Maioria dos direitos de votos
ENERTRADE	BRASIL	Desenvolvimento de actividade no mercado de compra e venda de energia eléctrica.	EDP BRASIL,SA	100%	110	0	Maioria dos direitos de voto
BANDEIRANTE	BRASIL	Distribuição e comercialização de energia eléctrica.	ENERPAULO	53,96%	36.159.194	2.996.949	Maioria dos direitos de voto
EDP LAJEADO	BRASIL	Exercício de actividade no domínio da promoção execução e operação por conta própria ou alheia de projectos de produção de energia eléctrica bem como a sua comercialização.	EDP BRASIL,LDA	99,99%	8.563.655	(2.671)	Maioria dos direitos de voto
ENERPAULO	BRASIL	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)	EDP EDP Internacional EDP BRASIL, SA	80,95% 6,33% 12,72%	36.344.906	3.620.336	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 00.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



02. Empresas Excluídas da Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	DETENTORES DO CAPITAL	% Capital detido	Últimas Contas Aprovadas			Motivo de Exclusão ARTº 4 DL 238/91 DE 2/7
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
ENERGIA, RE	LUXEMBURGO	EDP	99,998%	1999	248.490	0	Actividade diferenciada (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP Finance BV	HOLANDA	EDP					Actividade diferenciada (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
SPE (MACAU) Sociedade de Assistência Empresarial,Lda	MACAU	EDP	99%	1999	1.606.410	359.967	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
SOGESTE	MACAU	SPE MACAU	85%	1999	3.364.357	1.786.417	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP 2000 - Participações, Lda	BRASIL	EDP Internacional	100%	1999	18.029.743	0	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP - investimentos, SA	BRASIL	EDP Internacional	100%	1999	14.927.992	0	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
FUNDO ALPHELION	BRASIL	EDP Internacional	100%				Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício

02. Empresas Excluídas da Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	DETENTORES DO CAPITAL	% Capital detido	Últimas Contas Aprovadas			Motivo de Exclusão ARTº 4 DL 238/91 DE 2/7
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
IVEN	BRASIL	EDP	5,35%	1999	53.270.549	(6.919.038)	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
		Investimento Fundo Alphelion 135 Part. SA	58,64% 18,64%				
EDP CHILE	CHILE	EDP Águas	99,9%				Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
INVERSIONS ANDES SUR	CHILE	EDP Chile	50%				Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP MARROCOS	MARROCOS	EDP Internacional	100%				Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
CASE	Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732 A Lisboa	EDINFOR	60%	1999	581.584	569.221	Adquirida a 28 de Dezembro de 2000, sendo o seu património imaterial para efeitos de consolidação.

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício



03. Empresas Associadas Incluídas na Consolidação por Equivalência Patrimonial

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	DETENTORES DO CAPITAL	% Capital detido	Últimas Contas Aprovadas		
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
REN - Rede Eléctrica Nacional, AS	Av. Estados Unidos da América, Lisboa	EDP	30%	2000	130.060.049	12.261.927
EDEL - Empresa Editorial Electrotécnica, Lda.	Rua de Dona Estefânia, nº 48, 3º, Lisboa	EDP	47,77%	1998	301	16
PORTSINES - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Largo do Depósito, nº 4, Sines	EDP	39,60%	1999	4.952.906	1.147.067
TANQUIPOR - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, S.A.	Parque Industrial da Quimiparque, Barreiro	EDP	28,89%	1999	640.979	103.989
CERJ - Companhia de Electricidade do Estado do Rio de Janeiro	BRASIL	EDP	21,08%	1999	32.531.523	(10.211.478)
DECA II - Distribuicion Electrica Centroamericana Dos, SA	GUATEMALA	EDP	21%	1999	55.934.726	(2.598.852)
EEGSA - Empresa de Electricidade de Guatemala, SA	GUATEMALA	DECA	80%	1999	49.812.036	3.403.538
REDAL,SA	MARROCOS	EDP	29%	1998	2.490.823	0
CEM - Companhia Electricidade de Macau	MACAU	SPE MACAU SOGESTE	5% 20%	2000	59.764.556	12.672.329
135 Participações, S.A.	BRASIL	EDP 2000	49%	1999	8.644.686	(6.696)
ESCELSA	BRASIL	IVEN	52,27%	1999	83.886.897	(14.638.019)
MAGISTRA	BRASIL	ESCELSA	100%	1999	74.987.929	3.021.141
ENERSUL	BRASIL	MAGISTRA	65,2%	1999	56.964.357	(4.220.554)
ELECTRA	CABO VERDE					

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício

06. Empresas com Participações Iguais ou Superiores a 10% Excluídas da Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	DETENTORES DO CAPITAL	% Capital detido	Últimas Contas Aprovadas		
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
OPTIMUS	Av. Dos Combatentes, 43 A - 13 Lisboa	093X	25%	1999	51.952.876	(3.963.125)
VALORSUL S.A.	Avenida Marechal Gomes da Costa, nº 37, Lisboa	EDP	11%	1999	4.543.733	755.576
IMOTRON - Edifícios Inteligentes, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, nº 27 - B e E, Lisboa	EDP	15%	1999	45.564	779
TEJO ENERGIA S.A.	Central Termoelétrica do Pego, EN 118, Km 142,1, Pego, Abrantes	EDP	10%	2000	18.066.435	5.931.661
TURBOGÁS - Produtora Energética, S.A.	Avenida Miguel Bombarda, nº 36, 6º, Lisboa	EDP	10%	1998	2.667.000	0
CCE - Centro para a Conservação da Energia	Estrada de Alfragide, Praceta 1, Alfragide	EDP	10%	1998	97.277	16.230

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício



7. Pessoal ao Serviço do Grupo

O número médio de pessoas ao serviço das Empresas do Grupo durante o exercício foi de 13 713 trabalhadores (13 992 em 1999), não existindo assalariados.

O desdobramento por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2000 é o seguinte:

Directores/Chefias superiores	803
Quadros superiores	1 616
Quadros médios	402
Chefias intermédias	366
Profissionais altamente Qualificados	2 882
Profissionais Qualificados	5 375
Profissionais Semi-Qualificados	1 254
Profissionais não qualificados	166
Total	12 864

Para além do pessoal do quadro permanente estiveram também ao serviço das Empresas do Grupo 402 contratados a prazo.

10. Diferenças de Consolidação

Incluem os remanescentes das compensações entre os valores contabilísticos das participações no capital das empresas compreendidas na consolidação pelas proporções que representam nos seus Capitais Próprios, depois de, na medida do possível, serem imputados directamente às rubricas do Balanço consolidado que tenham valores superiores ou inferiores aos seus va-

lores contabilísticos. Estes remanescentes são amortizados em cinco anos excepto em casos excepcionais, conforme nota respectiva. As Diferenças provenientes da primeira Consolidação encontram-se relevadas em rubrica específica dos Capitais Próprios.

Quando uma empresa participada deixa de ser considerada filial e, por conseguinte, é excluída da consolidação como tal, são abatidas as Diferenças de Consolidação e as amortizações acumuladas correspondentes e transferidas para Resultados Extraordinários. As apresentadas em Capitais Próprios são reclassificadas em Resultados Transitados.

Nas reestruturações (fusões e cisões), as Diferenças de Consolidação referentes às participadas envolvidas são mantidas no novo agregado.

14. Alteração do perímetro de consolidação

a) Descrição das alterações ocorridas

i) No final do primeiro semestre de 2000 a EDP alienou ao Estado Português 70% da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

Como consequência da alienação da REN as demonstrações financeiras referentes a 2000 reflectem o seguinte:

- Consolidação integral da REN entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2000;
- Consolidação pelo método da equivalência patrimonial (30%) da REN entre 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2000.

ii) No seguimento da oferta pública de aquisição lançada em conjunto pela Enerpaulo (Grupo EDP) e a Draft I Participações, S.A. (CPFL) durante o ano de 2000, o Grupo EDP aumentou a sua participação no capital total da Bandeirante de 16,69% para 53,96%. A EDP e a CPFL decidiram posteriormente submeter à autoridade Brasileira reguladora do sector eléctrico (ANEEL), um projecto de cisão daquela empresa de forma proporcional à participação detida no grupo de controlo por cada um dos accionistas – ou seja 56% da Enerpaulo e 44% da CPFL.

Como consequência da combinação destes dois factores, o Grupo EDP consolidou durante o exercício de 2000 nas suas demonstrações financeiras a Bandeirante Energia, S.A. da seguinte forma:

- Balanço do exercício: A Bandeirante Energia, S.A. foi consolidada proporcionalmente à participação detida pelo Grupo EDP no capital da empresa;
- Demonstração de Resultados: A Bandeirante Energia, S.A. foi consolidada pelo método de equivalência patrimonial, considerando-se para esse efeito a apropriação de 53,96% do Resultado Líquido da empresa. A opção deste método de consolidação *versus* consolidação proporcional deveu-se ao facto do aumento de participação nesta empresa ter ocorrido no final do ano de 2000.

b) Impacto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

i) Balanço (valores líquidos de amortizações e provisões)

Activo	REN	Bandeirante
Imobilizado		
Imobilizações corpóreas	(271.818.888)	94.138.195
Investimentos financeiros	0	204.152
Circulante		
Existências	(249.185)	332.186
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	(1.847.586)	29.889.557
Depósitos bancários e caixa	(1.116)	4.039.047
Acréscimos e diferimentos	(1.980.624)	28.322.446
Total do Activo	(275.897.399)	156.925.583
Passivo		
Provisões para riscos e encargos	(3.619.576)	4.081.546
Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo	0	59.690.241
Dívidas a Terceiros - Curto prazo	(14.041.272)	51.735.412
Acréscimos e diferimentos	(29.139.340)	1.234.370
Total do Passivo	(46.800.188)	116.741.569



ii) Demonstração de Resultados (impacto só da REN)

Custo das existências vendidas e consumidas	117.867.056
Fornecimentos e serviços externos	(2.056.282)
Custos com pessoal	(2.526.172)
Amortizações do exercício	(6.835.100)
Provisões do exercício	(169.500)
Impostos indirectos	(686.951)
Impostos directos	(4.315)
Correcção de hidraulicidade - Dif.Exerc.- Custo	(2.244.095)
Outros custos e perdas operacionais	(40.907)
Custos e perdas extraordinários	(1.429.548)
Custos Totais	101.704.186
Vendas	109.175.490
Trabalhos para a própria Empresa	(1.268.690)
Correcção de hidraulicidade - Dif. Exerc.- Proveito	7.098.800
Outros proveitos e ganhos operacionais	(142.714)
Proveitos e ganhos extraordinários	(588.314)
Proveitos Totais	114.274.572

iii) Efeito nos investimentos financeiros

Redução de 10.886.374 no Investimento Financeiro por entrada na consolidação pelo método integral da Bandeirante. Aumento de 42.008.211 no Investimento Financeiro e de 998.452 nos Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas pela saída da consolidação pelo método integral da REN.

iv) Fluxo financeiro

Pela alienação da REN a EDP recebeu do Estado Português 95.689.000 contos, correspondentes a 70% da participação no capital social após distribuição do dividendo extraordinário no montante de 78,7 milhões de contos.

Pela aquisição de cerca de 37% do capital da Bandeirante Energia a EDP pagou 41.304.000 contos.

17. Amortização de Diferenças de Consolidação

As Diferenças de Consolidação são amortizadas no período estimado para a recuperação do investimento realizado. As diferenças de Consolidação, originadas pela aquisição de maior participação em filiais, são amortizadas durante o período de vida útil remanescente, definido para a amortização das Diferenças de Consolidação iniciais.

18. Contabilização das Participações em Associadas

Os investimentos financeiros em partes de capital em associadas são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial.

São implicitamente considerados os diferenciais atribuídos, a título de justos valores, aos activos e passivos identificáveis, nomeadamente direitos de concessão, não contabilizados nas contas individuais das Empresas. Estes direitos são amortizados no período da respectiva concessão.

21. Compromissos Financeiros

a) Os compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado são, à data do Balanço, de 16 milhões de contos.

b) Benefícios sociais a trabalhadores

A EDP mantém planos de benefícios sociais a trabalhadores que compreendem os benefícios de reforma, i.e. complementos de pensões na reforma e reformas antecipadas, os cuidados médicos e o plano de reestruturação dos activos.

i) Benefícios de reforma

Os componentes do custo líquido do período é o seguinte:

	2000	1999
Custo do serviço	2.035.000	2.095.000
Custo de juro	12.488.000	11.724.000
Retorno estimado dos activos do fundo	-12.194.000	-11.219.000
Amortização da obrigação transitória	1.182.000	1.229.000
Custo líquido do período - IAS 19	3.511.000	3.829.000



A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas nas responsabilidades e no Fundo de Pensões:

	2000	1999
Varição nas responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	208.526.000	191.381.000
Alienação da REN	-10.095.000	-
Realocação de inactivos	2.793.000	-
Reestruturação 2000-2002	43.589.000	-
Custo de serviço	2.035.000	2.095.000
Custo de juro	12.488.000	11.724.000
(Ganhos)/perdas actuariais	5.528.000	23.777.000
Benefícios pagos	-21.588.000	-20.451.000
Responsabilidades no fim do período	243.276.000	208.526.000
Variações nos activos do Fundo		
Justo valor dos activos no início do período	173.199.000	160.595.616
Alienação da REN	-9.327.000	-
Realocação de inactivos	2.793.000	-
Retorno efectivo dos activos	12.183.000	13.512.334
Contribuições da EDP	3.415.000	11.953.000
Benefícios pagos	-11.469.000	-12.862.000
Ganhos/perdas actuariais	-10.172.000	-
Justo valor dos activos no fim do período	160.622.000	173.199.000
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo	-82.654.000	35.327.000
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidas	15.741.000	-
Obrigação transitória diferida	13.653.000	15.615.000
Custos diferidos (acrescidos) - IAS 19	-53.250.000	-19.712.000

Abaixo se discriminam os pressupostos mais significativos utilizados no cálculo actuarial das responsabilidades

	2000	1999
Taxa anual de desconto	6,5%	6,5%
Taxa anual de crescimento das pensões	3,5%	3,5%
Taxa anual de rendimento do fundo	7,5%	7,5%
Percentagem expectável de adesão dos elegíveis a reforma antecipada	(*)	40%

(*) Todos os colaboradores que estejam em condições de passagem à pré-reforma de acordo com o ACT (36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço) passarão à situação de pré-reformados até 31.12.2002.

No ano de 2000, 2001 e 2002 passarão à pré-reforma, respectivamente, 30%, 90% e 70% dos colaboradores com idade igual ou superior a 55 anos.

A partir de 2003 inclusive, 40% dos colaboradores nas condições do ACT passarão à pré-reforma.

ii) Cuidados médicos

Os componentes do custo líquido do período é o seguinte:

	2000	1999
Custo de serviço	1.302.000	1.166.000
Custo de juro	5.390.000	4.644.000
Amortização da obrigação transitória	1.063.000	1.149.000
Custo líquido do período – IAS 19	7.755.000	6.959.000



A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas nas responsabilidades e na provisão respectiva:

	2000	1999
Varição nas responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	87.107.000	73.155.000
Alienação da REN	-4.729.000	-
Custo de serviço	1.302.000	1.129.000
Custo de juro	5.390.000	4.644.000
(Ganhos)/perdas actuariais	5.096.000	11.536.000
Benefícios pagos	-3.303.000	-3.394.000
Responsabilidades no fim do período	90.863.000	87.107.000
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo	-90.863.000	-87.107.000
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidas	7.572.000	-
Obrigação transitória diferida	11.427.000	14.595.000
Custos diferidos (acrescidos) - IAS 19	-71.864.000	72.512.000

Abaixo se discriminam os pressupostos mais significativos utilizados no cálculo actuarial das responsabilidades:

	2000	1999
Taxa anual de crescimento dos custos com saúde	5,0%	6,0%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,5%	3,5%
Taxa anual de desconto	6,5%	6,5%

22. Responsabilidades Contingentes

Para além do referido na nota anterior, existem ainda no Grupo responsabilidades por garantias prestadas no montante de 53 milhões de contos.

Estas garantias são constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cações em dinheiro. Não existem garantias reais.

23. Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Consolidação de Contas

Na consolidação de contas do Grupo foram utilizados 2 métodos: para as Empresas referidas na Nota 01 o método de consolidação integral; para as Empresas referidas nas Notas 02 e 03 o método de equivalência patrimonial.

Na aplicação do método de consolidação integral foram incluídos, na sua totalidade, no balanço, os elementos do activo, do passivo e dos capitais próprios e, na demonstração de resultados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos. Foram eliminados os saldos de balanço, os custos e perdas e os proveitos e ganhos relativos às operações efectuadas entre as Empresas incluídas na consolidação por este método.

Na aplicação do método de equivalência patrimonial foi efectuada a substituição no balanço da Empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das Empresas participadas.

b) Imobilizações Incorpóreas

Estão registadas ao custo de aquisição ou produção, líquido de amortizações. Estes imobilizados são amortizados num período de 3 anos.

c) Imobilizações Corpóreas

i) Imobilizações de propriedade do Grupo

As imobilizações corpóreas estão registadas pelos valores resultantes da avaliação efectuada no exercício de 1992 sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de reavaliações anteriores, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como, encargos de estrutura, como a seguir se refere.

Os encargos financeiros incorridos são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso (Nota 50.h), sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 44). Até 1994 a Empresa capitalizou diferenças de câmbio resultantes de empréstimos em moeda estrangeira contraídos para financiar o investimento.

Os encargos gerais dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos – Nota 50.h) são imputados aos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais de estrutura são repartidos entre o investimento (Encargos de Estrutura - Nota 50.h) e a exploração, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento imputada aos empreendimentos em curso.



As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas para a EDP, segundo despacho governamental, para o imobilizado afecto à produção e distribuição de electricidade e a taxas de utilização generalizada em Portugal para os restantes imobilizados, que se estimam correspondam à vida útil dos bens.

Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

As taxas de amortização correspondentes às vidas úteis médias estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 50
Equipamento básico	
Produção hidroeléctrica	32 - 60
Produção Termoeléctrica	25 - 30
Distribuição de electricidade	10 - 30
Outro equipamento básico	5 - 10
Equipamento de transporte	4 - 25
Ferramentas e utensílios	3 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Diferenças de câmbio	10 - 60
Outras imobilizações corpóreas	10 - 25

Os imobilizados participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados do Grupo, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 45.c), pela amortização das participações (registadas em Acréscimos e Diferimentos -

Subsídios para o Investimento) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados do Grupo.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos conforme alínea c) desta mesma nota e Nota 50.d.

ii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios os municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas (nota 27.b.iii), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo (Outros Devedores e Credores - Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Os valores destes imobilizados estão registados pelos valores resultantes da avaliação efectuada no exercício de 1992, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 45.a), pela redução, em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios registada no passivo.

A manutenção e reparação destes imobilizados é da responsabilidade do Grupo durante o período de vida do contrato de concessão, sendo os seus custos registados de forma consistente com os dos imobilizados próprios do Grupo.

iii) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afectada)

Os aproveitamentos de fins múltiplos correspondem à parte dos aproveitamentos hidroeléctricos construídos pelo Grupo, utilizada para finalidades diversas não enquadradas na sua actividade (rega, abastecimento de água às populações, etc.), sendo por esse motivo subsidiados pelo Estado.

Estes imobilizados estão valorizados ao custo de construção, incluindo-se neste ainda os encargos de estrutura, como indicado nas imobilizações de propriedade do Grupo. Não são efectuadas amortizações sobre estes imobilizados.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Agueira, Raiva e Alqueva, foi determinado pela aplicação das seguintes percentagens provisórias aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço:

Agueira e Raiva	50%
Alqueva	65%

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo. (nota 33.a).

d) Investimentos Financeiros (excepto diferenças de consolidação)

Os investimentos financeiros em partes de capital em filiais e associadas estão valorizados pelo Método da Equivalência Patrimonial.

São implicitamente registados nesta rubrica os valores correspondentes a justos valores dos activos e passivos, nomeadamente direitos de concessão, contabilizados nas contas individuais das Empresas em Imobilizado Incorporado como *Goodwill/Trespases*.

Estes direitos são amortizados no período da respectiva concessão.

Os investimentos em imóveis estão registados pelo valor resultante da avaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de reavaliações anteriores, líquidos das amortizações acumuladas.

Os restantes investimentos financeiros estão registados pelo valor de custo.

Os rendimentos obtidos são contabilizados em resultados no exercício em que são liquidados.

e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, ou ao preço de mercado se este for inferior ao de aquisição no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.



f) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com emissões de obrigações, bem como, com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos – Custos Diferidos e transferidas para resultados no período de vida daqueles títulos de dívida ou no máximo de 6 anos, respectivamente (Nota 50.d).

g) Benefícios sociais a trabalhadores

O Grupo procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto no International Accounting Standard nº 19, derogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística nº 19 (nota 21), a qual corresponde à transposição para o normativo português da versão anterior daquela norma internacional.

O Grupo tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito o Grupo constituiu um Fundo de Pensões autónomo, para o qual foi transferida a parte das responsabilidades passadas existentes em 2000.12.31. O Grupo continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício. Em complemento deste Fundo de Pensões o Grupo constituiu uma provisão onde reconheceu o remanescente das responsabilidades passadas existentes em 2000.12.31.

Os trabalhadores do Grupo têm a possibilidade de optar pela reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores do Grupo ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

h) Férias e Subsídios de Férias

No final de cada exercício o Grupo regista, em Acréscimos e Diferimentos – Acréscimo de Custos, o montante de encargos com férias e subsídios de férias já vencidos, mas cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

i) Trabalhos para a Própria Empresa

Os custos incorridos pelo Grupo na construção, por administração directa, de imobilizados e contabilizados na demonstração de resultados são objecto de capitalização. Os efeitos desta capitalização são mostrados em proveitos e ganhos operacionais (Nota 50.h).

j) Imposto sobre Rendimento do Exercício

O cálculo do imposto a pagar sobre o rendimento do exercício é efectuado com base na matéria tributável estimada.

O Encargo do imposto do exercício é corrigido dos impostos diferidos calculados de acordo com o disposto no IAS 12.

k) Dívidas de e a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas em moeda nacional ao câmbio em vigor na data das operações.

Os activos e passivos originariamente em moeda estrangeira são contabilizados em moeda nacional, sendo actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (Nota 24).

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, excepto as capitalizadas no imobilizado até 1994 (Nota 23.c), são contabilizadas em resultados do exercício (Nota 44).

l) Instrumentos Financeiros em Derivativos

Exclusivamente com o objectivo de reduzir os riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, a que o Grupo se encontra exposto, atendendo à existência de contratos de financiamento celebrados com várias instituições financeiras de topo a nível mundial, o Grupo detém uma carteira de produtos derivados.

i) Cobertura do risco de taxa de juro

Tendo como objectivo a redução dos riscos financeiros e respectivos custos associados ao financiamento da sua actividade, o Grupo celebrou contratos de *swap* de taxas de juro, cujos vencimentos variam entre 4 e 7 anos. O Grupo não tenciona cancelar os contratos antes da data prevista inicialmente.

ii) Cobertura do risco de taxa de câmbio

O Grupo utiliza instrumentos de gestão do risco cambial associado ao seu endividamento em moeda estrangeira, tais como contratos a prazo de taxas de câmbio e *swaps* de moeda. Os contratos a prazo de taxas de câmbio têm vencimento entre 2 e 6 anos.

m) Vendas de Electricidade

A facturação de electricidade é efectuada numa base mensal ao longo de cada mês. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de con-

sumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor.

As tarifas de energia eléctrica a clientes do SEP são fixadas pela ERSE de modo a permitirem a recuperação dos custos necessários para providenciar os serviços regulados, bem como uma determinada remuneração dos capitais aplicados.

A regularização, em tarifas futuras, dos ajustamentos provenientes de eventuais excessos ou insuficiências da referida recuperação, torna necessária a criação de métodos que permitam registar a periodificação daqueles excessos ou insuficiências.

Nesse sentido, os excessos ou insuficiências apuradas no exercício, relativamente aos valores aprovados pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, encontram-se escriturados em Acréscimos e Diferimentos (Nota 50.d).

Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data do balanço, são acrescidos com base na média dos últimos consumos (Nota 50.d).

Os proveitos provenientes da venda de electricidade com a excepção atrás referida, de outros bens ou de prestações de serviços, são reconhecidas na data da sua facturação.

n) Correção de Hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) para compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.



Em anos secos o sistema termoelétrico é sobreutilizado e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se. As tarifas de fornecimento de energia eléctrica a clientes do SEP não podem ser alteradas em função da variabilidade de custos resultante da hidraulicidade.

De acordo com a Portaria nº 987/2000 a conta de correcção de hidraulicidade encontra-se afectada às contas da EDP, sendo, em consequência, evidenciada numa conta de passivo do seu balanço e os correspondentes movimentos anuais explicitados no anexo ao balanço e demonstração de resultados (Nota 50.j).

O valor anual da correcção de hidraulicidade é calculado de acordo com parâmetros estabelecidos na lei e engloba:

- O diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência, o qual é suportado pela REN na sua qualidade de concessionária da RNT e gestora exclusiva da conta de correcção de hidraulicidade. A EDP paga mensalmente à REN os diferenciais positivos e recebe da REN os diferenciais negativos. Estes pagamentos e recebimentos são efectuados por contrapartida da conta da correcção de hidraulicidade;
- Os custos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da conta de correcção de hidraulicidade constituem um custo ou um proveito da EDP;
- A parcela correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência, quando traduza um débito à conta de correcção de

hidraulicidade constitui um proveito da EDP, quando traduza um crédito, constitui a REN no dever de efectuar o respectivo pagamento à EDP. A REN deve englobar o correspondente custo na sua tarifa de venda de electricidade à empresa de distribuição vinculada (EDP Distribuição), constituindo para esta um encargo a repercutir nas tarifas de venda aos seus consumidores.

Os movimentos da conta de correcção de hidraulicidade estão sujeitas à aprovação, por despacho Ministerial.

24. Câmbios

As cotações cambiais face ao Euro utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal – cotações oficiais de divisas (indicativas) em 2000/12/31, conforme se indicam de seguida:

AUD	1.6770	GBP	0.62410	LVL	0.5764	SIT	213.5401
BGN	1.9543	GRD	340.75	MTL	0.4075	SKK	43.933
CAD	1.3965	HKD	7.2578	NOK	8.2335	TRL	624267
CHF	1.5232	HUF	265.00	NZD	2.1120	USD	0.9305
CYP	0.57369	ISK	78.80	PLN	3.8498	ZAR	7.0392
CZK	35.047	JPY	106.92	ROL	24142		
DKK	7.4631	KRW	11770.8	SEK	8.8313		
EEK	15.6466	LTL	3.7229	SGD	1.6126		

25. Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A rubrica "Despesas de Instalação" inclui essencialmente custos com a constituição das Empresas. A rubrica "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" corresponde essencialmente a estudos desenvolvidos no âmbito de programas da Comunidade Europeia.



27. Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Alteração de Perímetro de Consolidação	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
Despesas de instalação	3.523.374		385.703		(6.373)	8.409.358	12.312.062
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.199.634		442.299			1.289.060	3.930.993
Propriedade industrial e outros direitos	40.512		6.794.367			129.075.200	135.910.079
Imobilizado em curso	26.633.337		23.565.229			(28.206.010)	21.992.556
Total (1)	32.396.857		31.187.598		(6.373)	110.567.608	174.145.690
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS							
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	50.471.434					(193)	50.471.241
Subtotal (2.1)	50.471.434					(193)	50.471.241
Terrenos e recursos naturais	19.906.885		16.882	(104.863)	(279.147)	(14.785)	19.524.972
Edifícios e outras construções	60.585.750		213.059	(572.340)	(5.102.267)	896.144	56.020.346
Equipamento básico	4.241.292.926		18.702.823	(42.772)	(372.977.317)	75.546.564	3.962.522.224
Equipamento Técnico							
Específico	4.222.787.443		10.871.786	(3.016)	(370.987.806)	55.762.068	3.918.430.475
Produção de Electricidade	2.195.961.993		284.141		(186.745.873)	12.479.135	2.021.979.396
Produção hidroeléctrica	1.533.264.187		284.141		(178.096.968)	2.352.004	1.357.803.364
Produção termoeléctrica	654.997.785				(8.648.905)	10.085.196	656.434.076
Produção de energias renováveis	4.230.897						4.230.897
Aprov. fins múltiplos (parte não afectada)	3.469.124					41.935	3.511.059
Transporte de electricidade	328.001.660				(328.001.660)		
Distribuição de electricidade	1.698.823.790		10.587.645	(3.016)	143.759.727	43.282.933	1.896.451.079
Outro equipamento básico	18.505.483		7.831.037	(39.756)	(1.989.511)	19.784.496	44.091.749
Equipamento de transporte	11.480.451		2.433.426	(431.291)	(637.795)	(172.411)	12.672.380
Ferramentas e utensílios	2.623.371		75.255	(484)	(274.511)	(60.764)	2.362.867
Equip. administrativo	32.160.406		1.565.506	(45.313)	1.067.300	2.029.590	36.777.489
Taras e vasilhame	333						333
Outras imobilizações corpóreas	1.274.649		69.809	(1.655)		485.423	1.828.226
Subtotal (2.2)	4.369.324.771		23.076.760	(1.198.718)	(378.203.737)	78.709.761	4.091.708.837
Imobilizado em Curso	82.603.366		89.688.354		(6.388.591)	(80.545.982)	85.357.147
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/afecta)	1.318.839		72.283			(1.316.606)	74.516
Adiantamentos p/c de imobilizações corpóreas	561.630		1.178.644			(1.106.271)	634.003
Subtotal (2.3)	84.483.835		90.939.281		(6.388.591)	(82.968.859)	86.065.666
Total (2)	4.504.280.040		114.016.041	(1.198.718)	(384.592.328)	(4.259.291)	4.228.245.744
INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
Partes de capital	374.218.307	8.419.038	249.163.513	(108.779.960)	31.121.838	5.955.199	560.097.935
Investimentos em Imóveis	529.940						529.940
Outras aplicações financeiras	43.804						43.804
Imobilizações em curso			138.018				138.018
Total (3)	374.792.051	8.419.038	249.301.531	(108.779.960)	31.121.838	5.955.199	560.809.697
Total Geral (1) + (2) + (3)	4.911.468.948	8.419.038	394.505.170	(109.978.678)	(353.476.863)	112.263.516	4.963.201.131

b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Alteração de Perímetro de Consolidação	Regularizações e Transferências	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação	1.098.190		1.658.342	(6.373)	235.033	2.985.192
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.475.333		576.835		(140.230)	1.911.938
Propriedade industrial e outros direitos	40.105		4.366.612		3.058.556	7.465.273
Total (1)	2.613.628		6.601.789	(6.373)	3.153.359	12.362.403
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	44.999.310		1.012.253		(193)	46.011.370
Subtotal (2.1)	44.999.310		1.012.253		(193)	46.011.370
Imobilizações Próprias do Grupo EDP						
Edifícios e outras construções	24.489.668		1.290.235	(2.955.355)	(162.406)	22.662.142
Equipamento básico	2.299.127.536		114.029.104	(202.612.663)	(27.794)	2.210.516.183
Equipamento Técnico Específico	2.286.176.416		109.832.379	(200.626.158)	(83.599)	2.195.299.038
Produção de Electricidade	1.217.453.716		45.654.649	(85.022.960)	(50.525)	1.178.034.880
Produção hidroelétrica	811.692.498		26.599.025	(78.597.145)	131.045	759.825.423
Produção termoelétrica	405.460.271		18.844.079	(6.425.815)	(181.570)	417.696.965
Produção de energias renováveis	300.947		211.545			512.492
Transporte de electricidade	170.713.325		4.961.535	(175.674.860)		
Distribuição de electricidade	898.009.375		59.216.195	60.071.662	(33.074)	1.017.264.158
Outro equipamento básico	12.951.120		4.196.725	(1.986.505)	55.805	15.217.145
Equipamento de transporte	8.205.545		1.161.401	(499.797)	(534.951)	8.332.198
Ferramentas e utensílios	2.320.941		88.462	(232.210)	(61.796)	2.115.397
Equipamento administrativo	24.270.853		2.690.293	(611.610)	(740.065)	25.609.471
Taras e vasilhame	333					333
Outras imobilizações corpóreas	421.557		70.633		170	492.360
Subtotal (2.2)	2.358.836.433		119.330.128	(206.911.635)	(1.526.842)	2.269.728.084
Total (2)	2.403.835.743		120.342.381	(206.911.635)	(1.527.035)	2.315.739.454
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de capital	10.196.789		6.180.282		(2.935.663)	13.441.408
Investimentos em imóveis	193.126		21.327			214.453
Total (3)	10.389.915		6.201.609		(2.935.663)	13.655.861
Total Geral (1) + (2) + (3)	2.416.839.286		133.145.779	(206.918.008)	(1.309.339)	2.341.757.718



i) As diferenças de câmbio capitalizadas estão incluídas nas diferentes classes de imobilizado que afectaram.

ii) Nas imobilizações próprias do Grupo, o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Produção, Transporte e Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

iii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios que, embora explorados pelo Grupo continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 2000:

Imobilizado	50 471 241
Amortizações	46 011 370
Valor líquido	4 459 871

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade do Grupo para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos Municípios (Nota 50.a.ii), ainda a aguardar regularização.

28. Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 23.b, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes de juros de financiamento:

Edifícios e outras construções	10 630
Equipamento básico	1 711 190
Equipamento técnico específico	1 711 190
Produção de electricidade	875 897
Produção hidroeléctrica	198 740
Produção termoeléctrica	646 953
Produção eólica	30 204
Transporte de electricidade	189 302
Distribuição de electricidade	625 274
Estudos e projectos	20 717
	1 721 820

3.3 Dívidas de e a Terceiros – Médio e Longo Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

a) Dívidas a Terceiros

	2000		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	67 466 279	294 967 083	362 433 362
Dívidas a instituições de crédito	202 303 920	74 466 289	276 770 209
Outros empréstimos obtidos	3 397 500	0	3 397 500
Outros credores	8 002 600	0	8 002 600
Cauções recebidas de clientes	7 921 688	0	
Outras cauções recebidas	80 912	0	
Part.do Estado p/Aproveitam. De Fins Múltiplos		3 957 418	3 957 418
Fundação CESP (Bandeirante)	0	13 873 384	13 873 384
Obrigações vinculadas à concessão (Bandeirante)	0	12 833 729	12 833 729
Conta de regulariz. (DL 344-B/82)	4 459 871	0	4 459 871
	285 630 170	400 097 903	685 728 073

	1999		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	75 504 089	327 981 000	403 485 089
Dívidas a instituições de crédito	217 045 994	132 759 332	349 804 326
Outros empréstimos obtidos	2 586 168	0	2 586 168
Outros credores	43 779	16 300 407	16 344 186
Cauções recebidas de clientes	0	16 300 407	
Outras cauções recebidas	43 779	0	
Part.do Estado p/Aproveitam. De Fins múltiplos	0	3 957 418	3 957 418
Conta de regulariz. (DL 344-B/82)	5 472 124	0	5 472 124
	300 652 154	480 998 157	781 650 311



b) Dívidas de Terceiros

	2000		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Cliente - Autarquias - Dívida de 31.12.88	6 310 901	33 273 331	39 584 232
Provisão para Autarquias - Dívida de 31.12.88	0	(21 655 778)	(21 655 778)
Empresas Participadas e Participantes	0	1 764 682	1 764 682
Imobilizados em integração compensados	2 670 115	0	2 670 115
Provisão para imobilizados em integração compensados	(1 509 239)	0	(1 509 239)
	7 471 777	13 382 235	20 854 012

	1999		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Clientes - Autarquias - Dívida de 31.12.88	5 453 039	33 624 189	39 077 228
Provisão para Autarquias - Dívida de 31.12.88	0	(24 501 069)	(24 501 069)
Empresas Participadas e Participantes	0	1 563 686	1 563 686
Imobilizados em integração compensados	2 670 115	0	2 670 115
Provisão para imobilizados em integração compensados	(1 423 711)	0	(1 423 711)
	6 699 443	10 686 806	17 386 249

Detalhe da rubrica de Empresas Participadas e Participantes:

	2000	1999
Elcogás	1 498 331	1 491 278
Bioeletrica	65 041	61 808
CCE	0	10 600
EDP Marrocos	79 409	0
EDP Finance	1 307	0
EDP Investimentos	1 307	0
Carriço Cogeração	119 287	0
	1 764 682	1 563 686

36. Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores por actividades e por mercados (interno e externo):

a) Vendas

a.1) De energia eléctrica

	2000		1999	
- Mercado Interno				
À Rede Nacional de Transporte	119 918 312		0	
A Clientes Finais				
em muito alta tensão	7 079 729		7 026 312	
em alta tensão	33 791 540		31 131 304	
em média tensão	150 413 430		145 626 273	
em baixa tensão (>39,6 KVA)	49 256 587		46 818 018	
em baixa tensão	367 525 966		350 429 365	
Em baixa tensão (ilumin. Publica)	16 094 515		14 906 195	
Descontos de interruptibilidade	(3 033 811)		(2 416 573)	
Descontos de correcção tarifária	(5 801 087)		(6 115 830)	
Dif. Tarifária – REN	9 403 000		0	
Dif. Tarifária – EDP Distribuição 1999	(7 119 000)		0	
Dif. Tarifária – EDP Distribuição 2000	(4 107 000)		0	
	<u>733 422 181</u>		<u>587 405 064</u>	
- Mercado Externo	<u>3 523 112</u>	<u>736 945 293</u>	<u>7 186 654</u>	<u>594 591 718</u>

a.2) Outras - Mercado Interno

	2000		1999	
de Vapor	462 076		254 423	
de Cinzas	841 620		728 507	
de Produtos informáticos	3 295 419		3 361 451	
de Bens imóveis	4 127 000		9 600	
Materiais Diversos	3 481 467	12 207 582	3 267 712	7 621 693



b) Prestações de Serviços

	2000		1999	
- Mercado Interno				
de Electricidade	1 458 030		1 167 470	
de Engenharia	2 481 736		2 036 987	
Laboratoriais	403 804		61 248	
de Formação	138 582		53 228	
de Assistência Médica	370 129		183 325	
de Informática	2 507 503		1 901 899	
de Consultadoria	382 101		150 303	
de Telecomunicações	6 412 287		2 933 715	
Outros	5 143 415		3 006 726	
	<u>19 297 587</u>		<u>11 494 901</u>	
- Mercado Externo				
de Consultadoria	2 702 200	21 999 787	2 174 911	13 669 812
		<u>771 152 662</u>		<u>615 883 223</u>

38. Imposto sobre o Rendimento

O Grupo EDP será tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início em 2000.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 5 anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela administração fiscal reporta-se a 1996.

No entanto, não é previsível qualquer liquidação adicional relevante em relação aos exercícios de 1997 a 1999.

O encargo de imposto registado no período, corresponde essencialmente a:

	Base Fiscal	Imposto
Resultados antes de impostos	168 069 913	
Diferenças permanentes	9 945 591	
Equivalência patrimonial	(8 377 771)	
Distribuição de resultados e outros	(4 459 000)	
	165 178 733	57 812 345
Encargo normal de imposto		4 274 341
Insuficiência de imposto de 1999		592 262
Ajustamentos de taxas e outros		62 678 948

39. Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da EDP-Electricidade de Portugal, S.A., foram as seguintes:

Conselho de Administração	486 265
Fiscal Único / ROC	9 565
Mesa da Assembleia Geral	500

41. Reavaliação das Imobilizações Corpóreas e dos Investimentos Financeiros

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliados ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº	430/78	Decreto-Lei nº	171/85	Decreto-Lei nº	7/91
Decreto-Lei nº	219/82	Decreto-Lei nº	118-B/86	Decreto-Lei nº	49/91
Decreto-Lei nº	399-G/81	Decreto-Lei nº	111/88	Decreto-Lei nº	264/92



O Decreto-Lei nº 7/91 de 8 de Janeiro, que determinava a formação de novas sociedades anónimas constituídas por meio de cisões simples a partir da EDP, dispunha no seu artº 8º que se promovesse a avaliação do património da EDP, sendo esta avaliação efectuada por entidades escolhidas de entre as previamente qualificadas pelo Ministério das Finanças para o efeito e sujeita à aprovação do Ministro das Finanças.

Esta avaliação, ao abrigo do Decreto-Lei nº 22/92 de 14 de Fevereiro, releva para efeitos fiscais, nomeadamente, no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

42. Custo Histórico das Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos é apresentada no quadro seguinte:

	Custos Históricos	Acréscimos por Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
Activo Bruto	2 046 338 571	2 095 841 504	4 142 180 075
Amortizações	527 998 048	1 787 741 406	2 315 739 454
Activo Líquido	1 518 340 523	308 100 098	1 826 440 621

As imobilizações corpóreas consideradas neste mapa incluem, quer as próprias do Grupo, quer as do Regime do DL 344-B/82, tal como discriminadas nos sub-totais (2.1) e (2.2) dos quadros da nota 27.

43. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

No exercício de 2000 o Grupo EDP alterou a forma de contabilização da redução de provisões implementando a utilização das mesmas pelo método directo.

Em consequência deste facto a redução de provisões foi movimentada a crédito nas rubricas de custos anteriormente objecto de provisionamento, deixando assim de ser evidenciada em Proveitos e Ganhos Extraordinários - Redução de Provisões.

O efeito na Demonstração de Resultados do exercício de 2000 desta alteração traduziu-se na redução das seguintes rubricas e montantes:

Fornecimentos e serviços externos	2 139 246
Custos com pessoal	
Remunerações	10 620 199
Encargos sociais:	
Complemento de pensões de reforma	28 774
Encargos s/remunerações	59 422
Custos e perdas extraordinários	
Dívidas incobráveis	3 325 184
Outros custos e perdas extraordinários	4 719 993
Proveitos e ganhos extraordinários	
Redução de amortizações e provisões	20 892 818



44. Demonstração dos Resultados Financeiros

	Exercícios			Exercícios	
	2000	1999		2000	1999
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
Juros suportados	66 925 792	34 663 552	Juros obtidos	27 176 488	10 908 472
Perdas em empresas do grupo e associadas	10 324	5 855 946	Ganhos em empresas do grupo e associadas	8 388 095	3 781 904
Amortizações de investimentos em imóveis	21 327	23 276	Rendimentos de imóveis	137 817	23 577
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 351 448	3 839 913	Rendimentos de participações de capital	4 626 452	2 284 617
Outros custos e perdas financeiros	12 676 837	8 358 279	Diferenças de câmbio favoráveis	971 713	4 917 827
			Descontos de pronto pagamento obtidos	390 241	404 799
			Outros proveitos e ganhos financeiros	4 245 000	2 259 793
Resultados financeiros	(35 049 922)	(28 159 977)			
	45 935 806	24 580 989		45 935 806	24 580 989

a) A rubrica de Juros Suportados inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2000	1999
Juros de Derivados	17 750 021	5 096 323
Juros da Correção de Hidraulicidade (*)	3 050 414	2 227 384

* Na Demonstração de Resultados encontram-se incluídos na rubrica "Outros custos e perdas financeiras similares"

b) A rubrica de Outros Custos e Perdas Financeiras inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2000	1999
Comissões de Empréstimos	319 843	1 629 784
Amortização de direitos da CERJ	1 908 582	1 908 582
Amortização de direitos da EBE	2 222 356	2 105 121
Amortização de direitos da IVEN	3 691 640	1 230 547
Amortização de direitos da OPTEP	2 123 013	426 480

c) A rubrica de Juros Obtidos inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2000	1999
Juros de Derivados	22 465 619	8 014 464
Juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE por motivo de atraso na liquidação de facturação	511 448	247 001

d) A rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Financeiros inclui, entre outros, o seguinte montante:

	2000	1999
Compensações debitadas a Clientes de BT/IP por motivo de atraso na liquidação de facturação	1 484 449	2 168 518

45. Demonstração dos Resultados Extraordinários

	Exercícios			Exercícios	
	2000	1999		2000	1999
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
Donativos	179 574	260 938	Restituição de impostos	1 045	7 469
Dívidas incobráveis	4 820	3 311 357	Recuperação de dívidas	13 802	18 311
Perdas em existências	126 519	46 003	Ganhos em existências	64 849	24 705
Perdas em imobilizações	199 931	709 016	Ganhos em imobilizações	41 393 387	6 129 045
Multas e penalidades	2 967	2 338	Benefícios de penalidades contratuais	5 721	972 843
Aumento de amortizações e provisões	567 378	17 241 221	Reduções de amortizações e provisões	2 216 105	23 786 624
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 105 552	1 126 695	Correcções relativas a exercícios anteriores	856 173	1 412 437
Outros custos e perdas extraordinários	556 912	10 220 486	Outros proveitos e ganhos extraordinários	16 090 273	11 721 404
Resultados extraordinários	57 897 702	11 154 784			
	60 641 355	44 072 838		60 641 355	44 072 838



a) A rubrica de **Outros Custos e Perdas Extraordinários** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2000	1999
Prémios para o Fundo de Pensões	0	4 465 000
Insuficiência de estimativa para impostos (*)	0	1 697 626
Indemnizações por rescisões negociadas	0	2 414 614

(*) A verba respeitante "insuficiência de estimativa para impostos" do ano de 2000 foi considerada na rubrica "imposto sobre o rendimento" (Nota 38)

c) A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2000	1999
Excesso de estimativa para impostos	100 437	64 553
Compensação de amortizações de imobilizações participadas	12 239 446	10 050 536
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão	1 012 253	1 132 673

b) A rubrica **Redução de Amortizações e Provisões** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2000	1999
Provisão para riscos diversos	0	10 309
Provisão para dívidas de cobrança duvidosa	2 208 586	5 732 924
Provisão para benefícios sociais a trabalhadores	0	17 552 645

46. Movimento das Provisões

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Alteração de Perímetro	Saldo Final
Para cobranças duvidosas	53.615.890	727.872	5.465.983	472.950	49.350.729
De dívidas de clientes	51.505.752	318.745	5.349.110	483.527	46.958.914
De outras dívidas de terceiros	2.110.138	409.127	116.873	(10.577)	2.391.815
Para riscos e encargos	138.839.534	20.908.288	18.147.319	257.344	141.857.847
Benefícios sociais a trabalhadores	131.750.265	15.348.000	17.537.634	(3.824.202)	125.736.429
Processos judiciais em curso	214.660	567.378	600	0	781.438
Outros riscos e encargos	6.874.609	4.992.910	609.085	4.081.546	15.339.980
Para depreciação de existências	2.493	0	2.493	0	0
Para investimentos financeiros	140.000	0	0	0	140.000
	192.597.917	21.636.160	23.615.795	730.294	191.348.576

50. Outras Informações

a) Dívidas de Terceiros – Médio e Longo Prazo

i) Clientes – Autarquias – Dívida de 31/12/88

O montante desta rubrica é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para o Grupo (alínea ii) desta mesma nota), e de rendas devidas pelo Grupo naquela data.

ii) Imobilizados em Integração Compensados

Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para imobilizações corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias.



b) Clientes - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	2000	1999
Clientes c/c		
Nacionais		
Estado e Organismos Oficiais	5 611 949	5 374 095
Autarquias locais	4 133 796	3 933 607
Sector empresarial e particulares	89 416 465	38 047 410
Estrangeiros	1 073 842	1 520 382
	100 236 052	48 875 494
Clientes títulos a receber		
Sector empresarial e particulares	232	703
	232	703
Clientes de cobrança duvidosa		
Nacionais		
Autarquias locais	8 483 593	8 474 871
Sector empresarial e particulares	18 557 987	19 281 190
Estrangeiros	111 772	38 345
Provisão	(25 303 135)	(27 004 683)
	1 850 217	789 723

c) Outros Devedores e Outros Credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Outros Devedores	2000	1999
Devedores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços	16 028 745	11 526 976
Cauções prestadas a terceiros	83 771	88 454
Pagamentos por conta do Fundo de Pensões	6 517 724	11 152 561
Indemnização de Foz-Coa	0	24 835 172
Devedores diversos (líquido)	7 384 245	7 409 465
	30 014 485	55 012 628

Foi efectuado, durante este exercício, o pagamento por parte do Estado Português dos valores referentes a indemnização de Foz-Coa no montante de aproximadamente 26 milhões de contos.

Outros Credores	2000	1999
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores	124 350	147 498
Credores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços	15 431	6 023
Rendas de concessão	973 858	1 270 142
Entidades credoras por cobranças efectuadas por Empresas do Grupo	1 507 836	1 774 646
Responsabilidades a pagar - Fundo de Pensões	0	8 253 294
Fundação CESP (Bandeirante)	1 273 609	0
Responsabilidades a pagar - Accionistas da CASE	3 900 017	0
Credores diversos (Bandeirante)	3 334 321	0
Credores diversos	3 804 803	3 017 367
	14 934 225	14 468 970



d) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Acréscimos de proveitos	2000	1999
Energia a facturar, por consumos ocorridos até à data do Balanço	16 268 082	16 499 932
Outros acréscimos de proveitos	2 436 630	2 590 646
	18 704 712	19 090 578

Custos diferidos	2000	1999
Reparações e beneficiações de imobilizado	1 102 520	1 783 122
Encargos com emissão		
De obrigações	339 535	517 923
Levantamentos cartográficos	166 061	367 590
Encargos com concessões	611 765	658 823
Impostos diferidos	64 567 399	52 482 970
Encargos de publicidade e propaganda	3 446 302	10 077 822
Renegociação de Financiamento do BEI	7 590 664	0
Conta de consumo de combustíveis (Bandeirante)	4 234 675	0
Plano de Benefícios Suplementar (Bandeirante)	14 848 008	0
Outros custos diferidos	2 723 830	1 540 515
	99 630 759	67 428 765

Acréscimos de custos	2000	1999
Juros de empréstimos a liquidar	8 733 563	5 746 879
Férias e subsídios de férias	11 188 090	9 614 495
Responsabilidades a pagar ao Fundo de Pensões	3 749 000	0
Aquisição de energia	0	8 768 264
Diferença tarifária	11 226 000	1 543 869
Aquisição de energia à REN	3 400 000	0
Outros acréscimos de custos	3 179 626	1 889 854
	41 476 279	27 563 361

Proveitos diferidos	2000	1999
Subsídios para investimento	237 582 823	239 042 604
Impostos diferidos	54 047 306	61 325 552
Outros proveitos diferidos	1 031 317	2 609 139
	292 661 446	302 977 295

A rubrica Subsídios para Investimento representa o saldo acumulado líquido, dos valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

No exercício foram recebidos subsídios no montante de 26 547 612 contos, neles se incluindo 2 051 011 contos de fundos comunitários.



e) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Valores a receber (Activo)	2000	1999
Imposto sobre o rendimento	1 571 327	0
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8 861 957	5 780 843
	10 433 284	5 780 843

Valores a pagar (Passivo)	2000	1999
Imposto sobre o rendimento	0	14 695 356
Retenções de imposto sobre o rendimento	1 570 025	1 296 116
Imposto sobre o Valor Acrescentado	714 488	912 227
Segurança Social	1 631 841	1 552 266
Outros impostos e taxas	5 642 848	340 647
	9 559 202	18 796 612

f) Existências em Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo

i) Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	2000	1999
Combustíveis para produção térmica		
Em armazém	6 413 182	4 563 812
Carvão	9 754 870	7 906 789
Fuel	225 390	602 275
Gasóleo	266 140	1 038 236
Em trânsito	6 170 349	7 838 263
Materiais diversos	22 829 931	21 949 375

ii) Custos das existências vendidas e consumidas

	Combustíveis p/produção de electricidade	Materiais diversos	Mercadorias
Existências iniciais	14 111 112	2 884 805	4 953 458
Compras	63 302 735	23 509 902	5 772 485
Regularização de existências	782 280	(634 116)	(1 163 209)
Existências finais	16 659 582	3 698 018	2 472 331
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	61 536 545	22 062 573	7 090 403

g) Rendas de Concessão e de Centros Electroprodutores

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	2000	1999
Rendas de concessões pagas às Autarquias	25 737 268	25 030 959
Rendas de centros electroprodutores pagas às Autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica	853 994	768 922
	26 591 262	25 799 881

h) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	2000	1999
Consumo de materiais	15 176 881	15 294 378
Encargos directos internos	10 583 934	15 455 129
Encargos de estrutura	9 383 147	7 145 199
Encargos financeiros	1 721 820	1 932 698
Outros trabalhos para a própria Empresa	9 058 992	3 042 232
	45 924 774	42 869 636



i) Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração referem-se, essencialmente, a verbas recebidas por motivo de alteração de traçados de redes de distribuição de electricidade.

j) Correção de Hidraulicidade

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Saldo inicial	67 985 815
Diferencial	2 244 096
Encargos financeiros	3 050 413
Saldo final	73 280 324

k) Empréstimos por Obrigações

Os empréstimos por obrigações estão emitidos em escudos e euros a diferentes taxas de juro. As restantes características principais são:

	20ª emissão	21ª emissão	22ª emissão
Montante:	PTE 5.100.000.000	EUR 39.425.432,43	EUR 89.485.998,11
Taxa de juro:			
31 de Dezembro de 1999	3,063%	3,625%	3,500%
31 de Dezembro de 2000	5,313%	5,125%	5,125%
Pagamento de juros:	1 Fevereiro e 1 Agosto	23 Junho e 23 Dezembro	2 Junho e 2 Dezembro
Reembolsos:	3 anuais idênticos 1.02.1999	3 anuais idênticos 23.06.2000	4 anuais idênticos 2.06.2003

	23ª emissão	24ª emissão	25ª emissão
Montante:	EUR 149.639.369,15	EUR 249.398.499,06	EUR 299.278.738,33
Taxa de juro:			
31 de Dezembro de 1999	3,438%	2,906%	3,679%
31 de Dezembro de 2000	4,938%	4,938%	5,323%
Pagamento de juros:	20 Junho e 20 Dezembro	5 Janeiro e 5 Julho	23 Maio e 23 Novembro
Reembolsos:	4 anuais idênticos 20.12.2008	4 anuais idênticos 5.01.2002	6 semestrais idênticos 23.05.2006

Outras condições:

As 22ª, 23ª e 24ª emissões podem ser total ou parcialmente reembolsadas antecipadamente, respectivamente, em 2 Jun.2001 ou 2 de Jun.2002, em 20 Dez.2001 ou 20 Dez.2006, em 5 Jul. 2001 ou 5 Jan. 2003 por opção do Grupo ou dos obrigacionistas. A 25ª emissão pode ser total ou parcialmente reembolsada antecipadamente em 23 Nov. 2003 por opção do Grupo.

Emissão Internacional	
Montante:	EUR 1.000.000.000
Taxa de juro:	
31 de Dezembro de 1999	6,000%
31 de Dezembro de 2000	6,400%
Pagamento de juros:	29 Outubro
Reembolsos:	De uma só vez em 29 de Outubro de 2009

I) Empréstimos Bancários

As dívidas a instituições de crédito, de curto, médio e longo prazo têm a seguinte decomposição por moeda, após reconhecimento do efeito dos contratos de *swap* de moeda (todos os valores estão mostrados em milhares das respectivas moedas):

	2000		1999	
	Na moeda do empréstimo	PTE	Na moeda do empréstimo	PTE
PTE	109 718 577	109 717 577	46 590 459	46 590 459
EUR	2 336 745	468 475 404	3 051 259	411 240 524
DEM	21 429	2196 532	42 913	4 398 796
NLG			3 051 259	411 240 524
BEF			709 195	3 524 569
FRF			265 129	8 103 218
GBP				
BRL	14 785	1 633 274		
ESP				
GRD				
CHF			10 235	1 278 366
USD	152 788	33 536 824		
JPY				
		615 559 611		463 508 145



As taxas de juro variável são geralmente baseadas na taxa interbancária oferecida. A dívida em PTE é baseada principalmente na LISBOR a três e seis meses. A taxa de juro variável nos empréstimos em moeda estrangeira e euros é baseada na LIBOR e EURIBOR a três e seis meses.

O Grupo tem disponível facilidades de crédito a longo prazo no montante de 37 500 000 contos a taxas baseadas na LISBOR a serem negociadas no momento da utilização e 600 000 000 euros indexados à EURIBOR. Destas verbas foram utilizados 395 000 000 euros em 31 de Dezembro de 2000.

Os contratos de *swap* vigentes à data do Balanço eram os seguintes (em milhares das respectivas moedas):

	2000		1999	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Swaps de taxa de juro:				
DEM	28 122		30 428	
FRF	1 449 579	1 449 579	308 000	
EUR			1 275 000	1 275 000
PTE				
		2 702 394		12 519 942

m) Movimentos dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	601 446 000			601 446 000
Acções Próprias	(1 173 168)		438 401	(1 611 569)
Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	(1 123 663)		175 124	(1 298 787)
Reservas de conversão cambial	(9 014 405)	2 875 399		(6 139 006)
Reservas de Reavaliação	394 498 545	10 656 038		405 154 583
Reservas:				
Reservas Legais	33 689 350	5 151 750		38 841 100
Reservas - DL 46031 e DL 46917	13 212 263			13 212 263
Reservas livres	2 572 283			2 572 283
Resultados Transitados - Casa-mãe	50 635 801	103 034 925	101 961 838	51 708 888
Resultados Transitados - Consolidação de Filiais	27 119 522	2 872 002		29 991 524
Resultado Líquido do Exercício	103 034 925	110 059 359	103 034 925	110 059 359
Total	1 214 897 453	234 649 473	205 610 288	1 243 936 638

a) Na Reserva de Conversão Cambial está relevado o montante resultante da conversão cambial para a moeda nacional dos Capitais Próprios das Empresas Filiais e Associadas expressos em moeda estrangeira.

b) Em Reservas de Reavaliação está relevada a contrapartida dos ajustamentos efectuados nas rubricas de imobilizações corpóreas e de investimentos financeiros em imóveis derivados das diversas reavaliações efectuadas (Nota 41), líquida dos montantes utilizados para aumentos de capital e para cobertura de resultados negativos transitados, e da componente de impostos diferidos correspondente.

Estas reservas só podem ser utilizadas para aumento do capital social, ou na cobertura de prejuízos, se existirem.

O movimento do exercício desta rubrica foi o seguinte:

Saldo inicial		394 498 545
Correcção pela transferência dos Impostos		
Diferidos correspondentes à REN		10 656 038
Saldo final		405 154 583

c) Em conformidade com os estatutos da EDP a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

d) As Reservas do DL 46031 e DL 46917 – para Autofinanciamento e para Complemento de Amortização Financeira – foram constituídas em conformidade com disposições contidas nos contratos dos empréstimos concedidos pelo International Bank of Reconstruction and Development, cujos capitais em dívida foram totalmente reembolsados no exercício de 1991.

e) Os Resultados Transitados – Consolidação de Filiais correspondem aos lucros retidos e outras variações nos capitais próprios das Empresas filiais incluídas na consolidação.



f) O movimento do exercício dos Resultados Transitados - casa-mãe foi o seguinte:

Saldo inicial		50 635 801
Transferência do resultado do exercício de 1999		103 034 925
Por aplicação em:		
Reserva Legal	5 151 750	
Dividendos	84 000 000	
Distribuição de resultados aos Corpos Gerentes	214 787	
Distribuição de resultados aos Trabalhadores	3 463 238	
Reserva de Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	(1 280 165)	
Resultados Transitados-Consolidação de Filiais	<u>8 492 320</u>	(100 041 930)
Regularização de impostos diferidos		(1 919 908)
Saldo final		<u>51 708 888</u>

m) Informação por segmentos

	2000	1999
i) - Vendas		
<u>Vendas a terceiros</u>		
Produção	122.401.621	987.598
Transporte	13.066.771	5.768.279
Distribuição	606.550.230	592.449.093
Telecomunicação	3.351.600	0
Outros	25.782.440	16.678.254
Subtotal de vendas a terceiros (Nota 36)	771.152.662	615.883.224
<u>Empresas do grupo</u>		
Produção	118.049.083	228.906.581
Transporte	178.310.535	346.727.839
Distribuição	1.713.816	1.145.001
Telecomunicação	1.858.647	0
Outros	31.389.574	29.005.753
Subtotal de vendas intragrupo	331.321.655	605.785.174
Total de vendas	1.102.474.317	1.221.668.398
ii) - Amortizações do exercício		
Produção	44.660.248	45.052.850
Transporte	6.754.974	13.236.137
Distribuição	62.942.344	61.697.927
Telecomunicação	4.144.444	0
Outros	4.513.885	3.478.710
Total	123.015.895	123.465.624
iii) - Resultados Operacionais		
Produção	101.876.030	100.423.476
Transporte	9.670.000	19.086.329
Distribuição	43.299.284	57.145.344
Telecomunicação	(16.074.000)	0
Outros	3.826.415	4.128.794
Subtotal	142.597.729	180.783.943
Intragrupo	2.624.404	917.633
Total	145.222.133	181.701.576
iv) - Activo		
Produção	961.189.032	1.000.324.150
Transporte	0	325.506.039
Distribuição	976.579.515	1.018.738.475
Telecomunicação	207.010.000	15.447.132
Outros	241.911.308	145.551.327
Subtotal	2.386.689.855	2.505.567.123
Intragrupo	597.871.792	242.954.412
Total	2.984.561.647	2.748.521.535
v) - Investimento do exercício:		
Produção	13.979.197	13.600.289
Transporte	3.002.375	10.196.126
Distribuição	59.618.903	58.324.835
Telecomunicação	14.314.407	11.583.649
Outros	23.101.163	23.480.597
Total do Investimento do exercício	114.016.045	117.185.496



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	2000	
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	768.626.095	
Pagamentos a fornecedores	(368.111.369)	
Pagamentos ao pessoal	(91.268.341)	
Pagamentos de rendas de concessão	(26.591.262)	
Fluxos gerados pelas operações	282.655.123	
Pagamento do imposto s/rendimento	(78.565.088)	
Outros recebimentos relativos à activ. operacional	65.947.105	
Outros pagamentos relativos à activ. operacional	(38.930.736)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	231.106.404	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	3.714.514	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(9.889.426)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		224.931.492
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	67.637.348	
Imobilizações corpóreas	931.633	
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de investimento	196.645	
Juros e proveitos similares	1.069.318	
Dividendos	4.626.452	
Alteração de perímetro (alienação da Ren)	95.689.000	170.150.396
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	178.405.101	
Imobilizações corpóreas	109.387.317	
Imobilizações incorpóreas	31.352.932	
Alteração de perímetro (aquisição da Bandeirante)	41.304.000	360.449.350
Fluxos das actividades de investimento (2)		(190.298.954)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	814.153.833	814.153.833
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	800.371.431	
Juros e custos similares	26.212.101	
Dividendos	83.853.944	
Aquisição de acções (quotas) próprias	438.402	910.875.878
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(96.722.045)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(62.089.507)
Efeito das diferenças de câmbio		(2.390)
Caixa e seus equivalentes no início do período		(13.302.426)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(68.354.475)
DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES	2000	1999
Numerário	17.417	104.498
Dep. bancários imediatam/ mobilizáv. e equiv. a caixa	(68.376.311)	(13.411.343)
Descobertos bancários	(75.476.675)	(15.961.606)
Outras aplicações de tesouraria	7.100.364	2.550.263
Outras disponibilidades	4.419	4.419
Disponibilidades constantes do Balanço	(68.354.475)	(13.302.426)

Demonstração de Resultados por Funções

	(contos)
Vendas e prestação de serviços	771.152.662
Custos das vendas e prestação de serviços	
Custos de produção de energia eléctrica	
Custos de combustíveis para a produção de energia eléctrica	61.536.545
Custos de operação de centros electroprodutores	58.341.963
Custos de manutenção de centros electroprodutores	9.225.513
Custos de transporte de energia eléctrica	23.851.966
Custos de distribuição e comercialização de energia eléctrica	
Aquisição de energia eléctrica	256.341.631
Rendas de concessão	25.841.033
Custos de operação da rede de distribuição	74.867.207
Custos de manutenção da rede de distribuição	67.698.863
Custos de comercialização de energia eléctrica	19.409.285
Custos da prestação de serviços de telecomunicações	6.415.655
Custos de outras vendas e prestações de serviços	27.526.249
Resultados Brutos	140.096.752
Outros proveitos e ganhos operacionais	77.055.569
Custos administrativos	39.461.323
Outros custos e perdas operacionais	14.140.928
Resultados Operacionais	163.550.070
Custo líquido de financiamento	49.262.276
Ganhos em filiais e associadas	8.377.771
Ganhos em outros investimentos	5.834.583
Resultados não usuais ou não frequentes	39.569.765
Resultados Correntes	168.069.913
Impostos sobre os resultados correntes	62.678.948
Resultados Correntes Após Impostos	105.390.965
Interesses minoritários	4.668.395
Resultados Líquidos	110.059.360
Resultados por Acção (escudos)	36,69



**Documentos de Apreciação e
Certificação das Contas Consolidadas** 165

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA 166

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 168

RELATÓRIO DE AUDITORIA 169

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS 170

DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DAS CONTAS INDIVIDUAIS 172



Documentos de Apreciação e Certificação das Contas Consolidadas

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000, (que evidencia um total de 2 984 581 649 contos, um total de interesses minoritários de 7 466 738 contos e um total de capital próprio de 1 243 936 639 contos, incluindo um resultado líquido de 110 059 359 contos), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores

Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a



avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade ; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de EDP - Electricidade de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 2000, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 23 de Abril de 2001

Bernardes, Sismeiro e Associados, S.R.O.C.
representada por:
Carlos Marques Bernardes, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de EDP – Electricidade de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451 do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório consolidado de gestão;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 23 de Abril de 2001

O Fiscal Único
Bernardes, Sismeiro e Associados, S.R.O.C.
representada por:
Carlos Marques Bernardes, R.O.C.



Relatório de Auditoria

Aos Accionistas de

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

1- Efectuámos a auditoria ao Balanço consolidado da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2000, bem como às Demonstrações consolidadas dos resultados, por natureza e por funções, e à Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e ao respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2- A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3- Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., a 31 de Dezembro de 2000, bem como os resultados consolidados das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 23 de Abril de 2001

PricewaterhouseCoopers

- Auditores e Consultores, Lda.

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Extracto da acta nº 1/2001 da Assembleia Geral da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., realizada em 10 de Maio de 2001, na parte a que se respeita a presente publicação legal:

(...)

Concluídos os esclarecimentos do Conselho de Administração e nenhum outro Senhor accionista pretendendo usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a discussão conjunta dos Pontos Um e Dois da Ordem de Trabalhos, tendo, seguidamente, passado à votação do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovados, por maioria, o Relatório de Gestão, bem como todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil, com os seguintes resultados: treze milhões quatrocentos e setenta e um mil setecentos e oitenta e oito votos a favor, cinco mil seiscentos e setenta e três votos contra e quatro mil e dez abstenções.

Realizada esta votação, passou-se, depois, à votação do segundo ponto da Ordem de Trabalhos tendo, igualmente, sido aprovados, por maioria, o Relatório Consolidado da Gestão, bem como todos os demais documentos de prestação das contas consolidadas do exercício de dois mil, com os seguintes resultados: treze milhões quatrocentos e setenta e um mil setecentos e oitenta e oito votos a favor, cinco mil seiscentos e setenta e três votos contra e quatro mil e dez abstenções.

Passou-se, então, à apreciação do Ponto Três da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa informado que dera entrada na Mesa uma proposta alternativa referente a este terceiro ponto, apresentada

pelo accionista Estado, que era basicamente idêntica à que fora oportunamente apresentada pelo Conselho de Administração, salvo na previsão de uma nova parcela, destinada à distribuição de parte dos resultados líquidos aos membros do Conselho de Administração, saída da verba proposta para "Resultados Transitados".

O Senhor Presidente declarou ainda entender tratar-se de uma proposta de substituição parcial que por isso deveria de ser discutida em conjunto com a proposta inicial e, terminada a discussão, votada em primeiro lugar.

Entrou-se, assim, na discussão das referidas propostas do seguinte teor:

Proposta do Conselho de Administração:

Nos termos do artigo 27º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido de ESC. 110 059 360 182\$00 tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal	5.503.000.000\$00
Dividendos	84.000.000.000\$00
Resultados Transitados	20.556.360.182\$00



Proposta do Accionista Estado:

Considerando:

- a) Que é prática da generalidade das empresas comparáveis à EDP procederem à atribuição aos administradores de uma parte dos resultados anuais;
- b) Que tal prática foi também já seguida na EDP e está prevista no contrato de sociedade e nas competências da Assembleia Geral;
- c) Que os resultados do exercício de 2000 justificam que assim se proceda;
- d) Que a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração não prevê tal atribuição;
- e) Que, no restante, a proposta do Conselho de Administração merece concordância,

Propõe-se:

- 1º Que os resultados do exercício de 2000 tenham a seguinte aplicação:

Resultado Líquido	<u>110.059.360.182\$00</u>
Reserva Legal (5%)	5.503.000.000\$00
Dividendos	84.000.000.000\$00
Atrib. de Resul. a Administradores	128.420.000\$00
Resultados Transitados	<u>20.427.940.182\$00</u>
	<u>110.059.360.182\$00</u>

(a) 28\$00/acção

- 2º Que os Administradores participem na atribuição de resultados antes referida na proporção dos seus vencimentos.

Após breve troca de impressões, o Senhor Presidente pôs à votação a proposta apresentada pelo Estado, a qual foi aprovada por maioria com os seguintes resultados: treze milhões quatrocentos e setenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco votos a favor, seis votos contra e quatro mil e dez abstenções."

Lisboa, 14 de Maio de 2001

O Secretário da Sociedade
Manuel Jorge Pombo Cruchinho

Dispensa de Publicação das Contas Individuais

" A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais."



	Anexos	175
	ESTRUTURA ACCIONISTA DA EDP	177
ACÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDP		178
	CARGOS SOCIAIS DESEMPENHADOS PELOS MEMBROS DO	
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDP	179
	SÍNTESE DE ELEMENTOS DAS EMPRESAS DO GRUPO EDP	182
	ELECTRICIDADE: DADOS GERAIS DA ACTIVIDADE	186
	Potência Instalada	186
	Consumo de Combustíveis pelo Grupo EDP	187
	Balanço Energético e Índice de Produtividade Hidroeléctrica	188
	Número de Clientes do Grupo EDP	
	e Consumo de Electricidade segundo os usos finais	189
	Resumo dos Centros Produtores	190
	Resumo da Rede de Distribuição	193
	PARTICIPADAS INTERNACIONAIS	194
	Investimento Acumulado	194
	Indicadores Operacionais e Financeiros	195



Anexos



Estrutura Accionista da EDP

Participações Qualificadas

Nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 6º do Regulamento nº11 / 2000 da CMVM (com a nova redacção do Regulamento nº 24 / 2000 da CMVM), presta-se a seguinte informação quanto a participações qualificadas:

Participações qualificadas	nº de acções	% capital	% voto (*)
Direcção Geral do Tesouro	679.616.150	22,654%	22,672%
Banco Comercial Português	151.731.308	5,058%	5,062%
Caixa Geral de Depósitos	142.516.830	4,751%	4,754%
Iberdrola	120.004.000	4,000%	4,003%
Parpública	117.787.330	3,926%	3,929%

(*) Nos termos dos estatutos, nenhum accionista, à excepção de entidades públicas definidas por lei, pode emitir votos que excedam 5%.

Informação Complementar

Informa-se igualmente a composição da carteira de acções próprias e o *free-float*:

	nº de acções	% capital
EDP – Acções Próprias	2.400.000	0,08%
Restantes Accionistas Privados	1.785.944.382	59,53%

Os seguintes Bancos Depositários detêm participações superiores a 2% do capital social da EDP, não representando estas posições interesses directos destas instituições na estrutura accionista da EDP mas participações de clientes seus, individualmente inferiores a 2%, sem que tenham sido transferidos os correspondentes direitos de voto nem emitidas procurações discricionárias.

	nº de acções	% capital
Chase Manhattan Bank / Mutual Funds	117.319.726	3,911%
State Street Bank and Trust Company	115.136.881	3,838%
Banco Comercial Português / Custódia	100.079.619	3,336%
The Bank of N.Y. as Custodian or Trustee	98.524.089	3,284%

Acções detidas pelos membros do Conselho de Administração da EDP

Anexo Referido no n.º 5 do Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais

Conselho de Administração	Operações efectuadas em 2000				Saldo (n.º acções) Dezembro 2000	
	Data	Preços em Euros	n.º de acções			
			Aquisição	Alienação		
Francisco de La Fuente Sánchez	2000-10-24	5.914,80 €	2.120			
	2000-10-24	1.940,40 €	660			
	2000-10-24	1.457,00 €	470		7.515	
Cônjuge Maria Berta Pi B.R. de la Fuente Sánchez	2000-10-24	1.911,00 €	650			
		1.426,00 €	460		2.515	
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães	2000-10-24	5.914,80 €	2.120			
	2000-10-24	1.911,00 €	650		6.990	
	Cônjuge Emília M. Morgado	2000-10-24	1.911,00 €	650		1.895
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa	2000-10-24	5.914,80 €	2.120			
	2000-10-24	1.911,00 €	650		2.770	
	Cônjuge Susana Maria G. P. D. M. Horta e Costa	2000-10-24	1.911,00 €	650		650
Fernando Noronha Leal	2000-06-09	9.350,00 €		2.500		
	2000-10-24	5.914,80 €	2.120			
	2000-10-24	1.911,00 €	650			
	2000-10-24	3.583,60 €	1.156		3.926	
	Cônjuge Maria da Luz C. R. Noronha Leal	2000-10-24	1.911,00 €	650		650
António Manuel Barreto Pita de Abreu	2000-10-24	2.940,00 €	1.000		4.880	
Cônjuge Gilda Maria L. B. Pita de Abreu						
Vasco Fernandes Pereira Valente	2000-10-24	5.914,80 €	2.120			
		1.911,00 €	650			
		713,00 €	230		4.500	
Manuel de Jesus Martins	2000-10-24	5.914,80 €	2.120			
		1.911,00 €	650		9.340	
Cônjuge Julieta Rosa Nunes da Costa Martins					500	
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	2000-04-14	22.679,80 €	6.100			
	2000-05-08	9.570,00 €	2.500			
	2000-05-09	9.625,00 €	2.500			
	2000-05-17	9.590,00 €	2.500			
	2000-09-27	18.850,00 €	5.000			
	2000-09-27	11.160,00 €	3.000			
	2000-09-29	7.400,00 €	2.000			
	2000-10-24	5.914,80 €	2.120			
	2000-10-24	1.911,00 €	650			
	2000-10-24	1.426,00 €	460		28.230	
	Cônjuge Maria D' Assunção A. O. V. Jardim Gonçalves	2000-05-17	1.883,56 €	490		
		2000-10-24	1.911,00 €	650		
		2000-10-24	1.457,00 €	470		2.120
João Afonso Ramalho S. Pereira Bento	2000-10-24	5.921,16 €	2.120			
		1.911,00 €	650		2.770	
Cônjuge Rita M. do Pranto N. L. Pereira Bento	2000-10-24	1.940,40 €	660		660	
Ernâni Rodrigues Lopes					-	
Cônjuge Maria Isabel R. C. Rodrigues Lopes					-	
IBERDROLA					120.004.000	

31-12-2000



Cargos Sociais desempenhados pelos membros do Conselho de Administração da EDP

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez – Presidente

1. Presidente do Conselho de Administração da CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.
2. Presidente do Conselho de Administração da EDP Energia, S.A.
3. Presidente do Conselho de Administração da EDP Cogeração, S.A.
4. Presidente do Conselho de Administração da EDP Águas, S.A.
5. Presidente do Conselho de Administração da ONI, SGPS, S.A.
6. Presidente da OPTep, SGPS, S.A.
7. Presidente da 093X – Telecomunicações Celulares, S.A.
8. Presidente da EDP Brasil, Ltda.
9. Vice-Presidente da Empresa Bandeirante de Energia, S.A.
10. Membro do Conselho Superior do BCP
11. Administrador da GALP Energia, SGPS, S.A.
12. Administrador da BVLP, S.A.

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Vice-Presidente

1. Presidente do Conselho de Administração da EDP Distribuição - Energia, S.A.
2. Presidente do Conselho de Administração da EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.
3. Presidente do Conselho de Administração da LABELLEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.
4. Presidente do Conselho de Administração da COPIDATA, S.A.
5. Presidente do Conselho de Administração EDP - Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada
6. Administrador da OPTeP, SGPS, S.A.
7. Administrador da ONI, SGPS, S.A.
8. Administrador da 093X – Telecomunicações Celulares, S.A.
9. Administrador da SOGESTE, S.A.
10. Administrador da SHIPEC, Co.
11. Administrador da Tejo Energia, S.A.
12. Administrador da GALP Energia, SGPS, S.A.

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa – Vogal

1. Presidente do Conselho de Administração da CENTRAL – e – Informação e Comércio Electrónico, S.A.
2. Administrador da OPTeP, SGPS, S.A.
3. Administrador da ONI, SGPS, S.A.
4. Administrador da 093X – Telecomunicações Celulares, S.A.
5. Administrador da Electricidade de Portugal Internacional, SGPS, S.A.
6. Administrador da EDP – Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada
7. Administrador da EDP Brasil, S.A.
8. Administrador da Energia RE

Dr. Fernando Noronha Leal – Vogal

1. Presidente do Conselho de Administração da Electricidade de Portugal Internacional, SGPS, S.A.
2. Presidente da ENERPAULO
3. Presidente do Conselho de Administração da ENERGEN
4. Presidente do Conselho de Administração da EDP Brasil, S.A.
5. Presidente do Conselho de Administração da IVEN
6. Presidente do Conselho de Administração da ENERSUL
7. Presidente do Conselho de Administração da ESCELSA
8. Vice – Presidente da EDP Brasil, Ltda
9. Administrador da EDP Águas, S.A.
10. Administrador da EDP – Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Ltda
11. Administrador da EDP Participações, SGPS, S.A.

Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu – Vogal

1. Presidente do Conselho de Administração da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.
2. Administrador da CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.
3. Administrador da EDINFOR – Sistemas Informáticos, S.A.
4. Administrador da ONI, SGPS, S.A.
5. Administrador da OPTeP, SGPS, S.A.
6. Administrador da 093X – Telecomunicações Celulares, S.A.
7. Administrador da SÃVIDA – Medicina Apoiada, S.A.
8. Administrador da MRH – Mudança e Recursos Humanos, S.A.
9. Administrador da TURBOGÁS, S.A.



Eng. Vasco Fernandes Pereira Valente – Vogal

1. Presidente do Conselho de Administração da MRH-Mudança e Recursos e Humanos, S.A.
2. Presidente do Conselho de Administração da SÁVIDA – Medicina Apoiada, S.A.
3. Presidente do Conselho de Administração da EDP Imobiliária, S.A.
4. Presidente do Conselho de Administração da EDP – Serviços de Gestão de Frotas, Instalações e Logística, S.A.
5. Administrador da EDP Participações, SGPS, S.A.

Dr. Manuel de Jesus Martins – Vogal

1. Presidente do Conselho de Administração da EDP Participações, SGPS, S.A.
2. Presidente da Energia RE
3. Administrador da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.
4. Administrador da OPTeP, SGPS, S.A.
5. Administrador da 093X – Telecomunicações Celulares, S.A.

Eng. Ignácio Francisco Javier Herrero Sorriqueta – Vogal

1. Administrador Delegado da Iberdrola, S.A.

Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves – Vogal

1. Presidente do Grupo BCP

Prof. Eng. João Afonso Ramalho Pereira Bento – Vogal

1. Administrador da Brisatel Telecomunicações, S.A.
2. Administrador da Briser – Serviços Viários, S.A.

Prof. Dr. Ernâni Rodrigues Lopes – Vogal

1. Sócio-Gerente da SaeR – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda.
2. Presidente do Conselho de Administração da CPR – Companhia Portuguesa de Rating, S.A.
3. Membro do Conselho Geral do Grupo Espírito Santo

Síntese de Elementos das Empresas do Grupo EDP

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	
		(Euros)	(milhares esc.)
EDP – Electricidade de Portugal, S.A. Av. José Malhoa, Lote A 13 1070-157 Lisboa Telef. 21 001 30 13 Fax 21 726 50 29 N° de Contribuinte: 500 697 256	Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta, de empreendimentos e actividades na área do sector eléctrico, tanto a nível nacional como internacional, com vista ao incremento e aperfeiçoamento do desempenho do conjunto das sociedades do Grupo EDP.	(valores não consolidados)	
		Activo	11.904.349.824 2.386.607.861
		Capitais Próprios	6.204.729.782 1.243.936.636
		Volume de Negócios	36.823.761 7.382.501
		Result. Operacionais	-61.154.525 -12.260.381
		Result. Líquidos	548.973.774 110.059.360
CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. Av. Barbosa du Bocage, 45 Apartado 14125 1064-002 Lisboa Telef. 21 352 53 53 Fax 21 799 24 20 N° de Contribuinte: 503 293 695	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob a obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional.	Activo	4.489.010.594 899.965.822
		Capitais Próprios	2.793.940.828 560.134.845
		Volume de Negócios	1.152.355.612 231.026.558
		Result. Operacionais	491.942.839 98.625.684
		Result. Líquidos	275.100.597 55.152.718
EDP Distribuição – Energia, S.A. Rua Camilo Castelo Branco, 43 1050-040 Lisboa Telef. 21 353 88 33 Fax 21 353 40 94 N° de Contribuinte: 504 394 029	Distribuição e venda de energia eléctrica e prestação de serviços acessórios ou complementares.	Activo	4.871.158.082 976.579.515
		Capitais Próprios	2.313.844.347 463.884.142
		Volume de Negócios	3.034.015.011 608.265.397
		Result. Operacionais	215.975.916 43.299.283
		Result. Líquidos	154.035.521 30.881.349
ENERNOVA – Novas Energias, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 11° 1749-061 Lisboa Telef. 21 841 21 00 Fax 21 841 27 10 N° de Contribuinte: 503 161 314	Projecção, construção e exploração de meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas.	Activo	41.240.477 8.267.973
		Capitais Próprios	6.640.809 1.331.363
		Volume de Negócios	4.172.694 836.550
		Result. Operacionais	2.386.707 478.492
		Result. Líquidos	1.131.080 226.761
HDN – Energia do Norte, S.A. Rua do Caires, 292, 1° 4704-516 Braga Telef. 253 60 30 50 Fax 253 61 88 36 N° de Contribuinte: 503 367 257	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias e/ ou alheias.	Activo	69.151.372 13.863.605
		Capitais Próprios	37.496.066 7.517.286
		Volume de Negócios	13.666.952 2.739.978
		Result. Operacionais	5.431.062 1.088.830
		Result. Líquidos	2.597.292 520.710
HIDROCENEL – Energia do Centro, S.A. Apartado 182, Quintela 6270-909 Seia Telef. 238 320 000 Fax 238 320 027 N° de Contribuinte: 503 326 887	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias e/ ou alheias.	Activo	106.179.933 21.287.165
		Capitais Próprios	72.565.584 14.548.094
		Volume de Negócios	13.715.366 2.749.684
		Result. Operacionais	7.398.223 1.483.211
		Result. Líquidos	3.569.564 715.633



Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	
		(Euros)	(milhares esc.)
EDP Energia, S.A. Praça Marquês de Pombal, 13 1250-162 Lisboa Telef: 21 353 88 33 Fax 21 353 40 94 N° de Contribuinte: 503 504 564	Produção e compra e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, bem como qualquer outro tipo de comercialização de energia.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	88.812.405 17.805.289 71.612.353 14.356.988 11.444.483 2.294.413 996.581 199.797 -169.125 -33.906
HIDRORUMO – Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36 4000-111 PORTO Telef: 22 200 82 01 Fax: 22 208 31 09 N° de Contribuinte: 503 293 547	Realização de estudos e projectos, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras de qualquer ramo de engenharia, principalmente no domínio da hidráulica, realização total ou parcial desses empreendimentos, estudos hidrológicos, geotécnicos, topográficos, sócio-económicos e ambientais, bem como gestão geral da qualidade de empreendimentos em construção.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	17.733.513 3.555.250 7.101.894 1.423.802 16.679.950 3.344.030 853.570 171.125 2.142.164 429.465
PROET – Projectos, Engenharia e Tecnologias, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 2º 1749-061 LISBOA Telef: 21 847 01 80 Fax: 21 840 94 19 N° de Contribuinte: 503 293 504	Prestação de serviços de engenharia de âmbito geral, multidisciplinar e de especialidade, envolvendo consultoria, concepção e execução de projectos e gestão de empreendimentos, apoio e participação na investigação, desenvolvimento e demonstração, no contexto nacional e internacional, com especial relevância para o sector eléctrico, designadamente no domínio da produção termoeléctrica, prospecção, análise e avaliação de actividades, projectos ou realizações no domínio energético e industrial e gestão geral da qualidade de empreendimentos da construção.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	11.157.469 2.236.872 4.974.886 997.375 11.135.051 2.232.377 1.197.814 240.140 916.135 183.669
EDINFOR – Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa) 2686-997 SACAÉM Telef: 21 941 81 30 Fax: 21 941 07 41 N° de Contribuinte: 502 605 731	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, desenho, implementação e operação de redes de dados, desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, consultoria nas áreas de gestão e de organização, formação profissional e comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos e actividades afins.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	173.923.565 34.868.544 15.167.105 3.040.732 93.530.573 18.751.196 15.985.763 3.204.858 8.835.540 1.771.367

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	
		(Euros)	(milhares esc.)
LABELEC – Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4 2686-997 SACA VÉM Telef: 21 941 12 62 Fax: 21 941 92 54 Nº de Contribuinte: 503 326 755	Realização de trabalhos de engenharia, nomeadamente de índole laboratorial, tendo em vista um apoio à concepção e exploração de instalações e ao controlo de qualidade de equipamentos e sistemas, no âmbito da produção, transporte e distribuição de electricidade.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	7.920.135 1.587.845 5.019.438 1.006.307 7.634.164 1.530.512 1.954.699 391.882 1.366.337 273.926
EDP Internacional – Electricidade de Portugal Internacional, S.A. Av. José Malhoa, Lote A13, 3º 1070-157 LISBOA Telef: 21 001 30 13 Fax: 21 720 29 99 Nº de Contribuinte: 502 539 984	Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta, de empreendimentos e actividades no sector de energia, a nível internacional, designadamente o estudo de viabilidade de novos negócios, aquisição e gestão de participações sociais, consultoria de organização e gestão de empresas, assistência técnica, elaboração e gestão de projectos, promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e controlo da sua execução.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	853.993.446 171.210.314 56.288.341 11.284.799 4.296.223 861.315 -3.145.759 -630.668 -50.302.346 -10.084.715
MRH – Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua D. Luís I, 12, 2º 1200-151 LISBOA Telef: 21 322 22 00 Fax: 21 322 22 05 Nº de Contribuinte: 503 293 520	Consultoria e prestação de serviços de formação profissional e de gestão de Recursos Humanos.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	3.001.468 601.740 820.480 164.492 3.614.728 724.688 133.072 26.679 80.021 16.043
EDALPRO Imobiliária, Lda. Av. José Malhoa, Lote A13 1070-157 LISBOA Telef: 21 841 25 44 Fax: 21 841 25 80 Nº de Contribuinte: 502 881 690	Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos, administração de bens e promoção imobiliária.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	4.268.048 855.667 809.169 162.224 16.692.232 3.346.492 397.830 79.758 -10.280 -2.061
SÁVIDA – Medicina Apoiada, S.A. Av. Casal Ribeiro, 15, 6º 1000-090 LISBOA Telef: 21 313 89 00 Fax: 21 001 74 10 Nº de Contribuinte: 503 293 512	Prestação de cuidados de saúde e gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares próprios ou alheios.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	10.606.294 2.126.371 1.168.694 234.302 32.932.477 6.602.369 432.619 86.732 147.467 29.564



Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados		
		(Euros)	(milhares esc.)	
EDP Imobiliária, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 11º 1749-061 LISBOA Telef: 21 841 24 58 Fax: 21 841 22 15 N° de Contribuinte: 503 529 524	Estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos, promoção imobiliária, administração de bens imóveis próprios ou por conta de outrem, incluindo arrendamento, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	15.576.060 6.251.259 4.401.235 2.828.238 2.278.398	3.122.720 1.253.265 882.368 567.011 456.778
EDP Cogeração – Produção de Electricidade e Calor, S.A. Av. José Malhoa, Lote A13, 3º 1070-157 LISBOA Telef: 21 001 30 13 Fax: 21 720 29 60 N° de Contribuinte: 504 410 385	Elaboração de estudos e promoção, execução, operação e comercialização de projectos inseridos num contexto de produção combinada de energia eléctrica e energia térmica, mediante processos de cogeração.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	14.516.564 1.637.143 618.330 6.552 -868.484	2.910.310 328.218 123.964 1.313 -174.115
EDP Gestão de Frotas, Instalações e Logística, S.A. (EDP Serviços) Av. Estados Unidos da América, 55, 9º 1749-061 LISBOA Telef: 21 841 25 44 Fax: 21 841 25 80 N° de Contribuinte: 504 645 064	Gestão e intermediação de frotas e de meios de transporte, gestão e prestação de serviços imobiliários e aquisição, contratação, gestão e intermediação de bens e serviços de apoio logístico às empresas.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	2.499.639 827.048 2.826.529 48.475 21.575	501.133 165.808 566.668 9.718 4.325
EDP Águas – Águas e Saneamento de Portugal, S.A. Av. da República, 57, 3º 1050-198 LISBOA Telef: 21 001 57 00 Fax: 21 001 57 10 N° de Contribuinte: 504 657 992	Promoção, desenvolvimento e gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água e saneamento.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	6.308.766 2.172.784 0 -2.379.184 -2.561.477	1.264.794 435.604 0 -476.984 -513.530
TER – Termoeléctrica do Ribatejo, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 12º 1749-061 LISBOA Telef: 21 001 34 02 Fax: 21 001 32 02 N° de Contribuinte: 504 718 347	Estabelecimento e exploração de uma central termoeléctrica de ciclo combinado e comercialização da energia produzida.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	4.186.668 496.641 0 93.611 -3.359	839.352 99.568 0 18.767 -673
OPTEP SGPS, S.A. Av. José Malhoa, Lote A13 1070-157 LISBOA Telef: 21 001 3013 Fax: 21 726 50 29 N° de Contribuinte: 503 943 525	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.	(valores consolidados) Activo Capitais Próprios (1) Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos (2)	873.263.525 103.211.196 42.647.948 -77.775.750 72.146.622	175.073.618 20.691.987 8.550.146 -15.592.638 14.464.099

(1) Não inclui Interesses Minoritários de 7.277.033 mil escudos

(2) Após Interesses Minoritários

Electricidade: Dados Gerais da Actividade

Potência Instalada

POTÊNCIA INSTALADA NAS CENTRAIS – em 31 Dez (MW)	1996	1997	1998	1999	2000
(1) SEP – Sistema Eléctrico Público					
(Sistema Vinculado) – (a)	7.814	7.814	8.098	8.758	8.758
Centrais do Grupo EDP:	7.230	7.230	7.184	7.184	7.184
Centrais hidroeléctricas	3.903	3.903	3.903	3.903	3.903
Centrais termoeléctricas	3.327	3.327	3.281	3.281	3.281
Centrais termoeléctricas de outros produtores do SEP:	584	584	914	1.574	1.574
Pego	584	584	584	584	584
Tapada do Outeiro	-	-	330	990	990
(2) O Grupo EDP no SENV – Sistema Eléctrico Não Vinculado					
Mini-Hídricas	270	270	270	270	270
(3) O Grupo EDP na PRE – Produção em Regime Especial	10	13	20	29	106
Eólicas	10	13	20	20	30
Biomassa	-	-	-	9	9
Cogeração	-	-	-	-	67
Total Grupo EDP + Outros Produtores SEP=					
= (1) + (2) + (3)	8.094	8.097	8.388	9.057	9.134
Total Grupo EDP	7.510	7.513	7.474	7.483	7.560

(a) Potência Contratada de acordo com os CAE's (Contratos de Aquisição de Energia)



Consumo de Combustíveis pelo Grupo EDP

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS PELO GRUPO EDP		Unidades	1996	1997	1998	1999	2000
COMBUSTÍVEIS							
Quantidades							
Fuelóleo (a)	1000 t	737,7	784,1	1.565,1	1.536,4	1.051,6	
Gasóleo	1000 l	584,0	584,0	3.966,0	1.732,4	14.359,2	
Carvão Nacional	1000 t	43,0	99,1	-	-	-	
Carvão Estrangeiro	1000 t	3.073,4	3.084,4	3.101,5	3.490,9	3.455,8	
Gás Natural	1000 m3	-	26.312,7	163.761,3	376.277,7	142.058,6	
Valores							
	1000 contos	35.716,7	41.006,1	49.484,9	53.845,4	60.722,2	
Fuelóleo (a)		11.744,8	13.563,4	21.885,5	21.927,4	29.414,7	
Gasóleo		14,2	13,1	110,5	43,8	379,9	
Carvão Nacional		368,5	877,7	-	-	-	
Carvão Estrangeiro		23.589,1	25.754,3	24.147,3	23.421,3	25.842,4	
Gás Natural		-	797,5	3.341,6	8.452,8	5.085,2	
Preços Médios							
Fuelóleo	ESC/t	15.920,7	17.297,4	13.983,5	14.271,7	27.971,4	
Gasóleo	ESC/kl	24.389,8	22.464,6	27.861,8	25.306,2	26.456,9	
Carvão Nacional	ESC/t	8.571,1	8.860,2	-	-	-	
Carvão Estrangeiro	ESC/t	7.675,3	8.349,8	7.785,7	6.709,2	7.478,0	
Gás Natural	ESC/m3	-	30,3	20,4	22,5	35,8	

a) Inclui o consumo de fuel para produção do vapor na Central do Barreiro: 45,3 kt (1996); 51,2 kt (1997); 55 kt (1998); 43 kt (1999); 48 kt (2000)

Balço Energético e Índice de Produtibilidade Hidroelétrica

	1996	1997	1998	1999	2000
ÍNDICE DE PRODUTIBILIDADE HIDROELÉCTRICA	1,30	1,22	1,04	0,68	1,08
BALANÇO ENERGÉTICO	GWh				
Produção EDP	26.179	24.817	28.899	25.112	25.754
Centrais hidroelétricas	14.169	12.472	12.425	7.010	10.991
Centrais eólicas e a biomassa	6	22	47	57	79
Centrais termoelétricas	12.004	12.323	16.427	18.046	14.685
Consumos e perdas nas centrais	1.041	1.028	1.237	1.152	1.060
Bombagem hidroelétrica	137	100	101	491	558
Emissão para a rede do SEP (Consumo referido à emissão)	30.887	31.945	33.807	35.803	37.953
EDP	25.001	23.689	27.561	23.469	24.136
Outros Produtores do SEP (saldo)*	3.261	3.605	4.057	10.951	10.493
Autoprodutores e outras recepções (saldo)**	1.514	1.752	1.917	2.241	2.393
Importação / Exportação (saldo)*	1.111	2.899	272	(858)	931
Compensação síncrona	29	32	30	41	39
Consumos próprios de produção e transporte+perdas de transporte***	724	612	615	679	709
Energia entregue na distribuição	30.134	31.301	33.162	35.083	37.205
1- Consumo próprio Grupo EDP e perdas da Distribuição	2.682	2.614	2.800	2.803	2.898
2- Venda de Energia	27.451	28.686	30.364	32.280	34.091
Distribuidores	151	103	111	121	129
- Autarquias locais	0	0	0	0	0
- Outros distribuidores	151	103	111	121	129
Fornecimento directo a consumidores	27.300	28.583	30.253	32.159	33.962
- Muito alta, alta e média tensão	12.513	13.130	13.909	14.373	15.068
- Baixa tensão	14.787	15.453	16.344	17.786	18.894
3- Vendas a clientes não vinculados	0	0	0	0	216
Grupo EDP	-	-	-	-	85
Uso de rede (fora EDP)	-	-	-	-	131

* Fonte: REN

** Não contempla 2,7 de facturação relativo a energia de 1999 e estima 12,9 de energia ainda não facturada

*** Fonte: EDP + REN



Número de Clientes e Consumo de Electricidade segundo os usos finais

TOTAL EDP (SEP+SENV)	1996	1997	1998	1999	2000	Variação 99/00	
						Valor	%
Número de Clientes	4.914.966	5.033.837	5.161.391	5.291.520	5.415.313	123.793	2%
Em alta tensão (*)	93	94	96	102	110	8	8%
Em média tensão	16.197	16.868	17.424	18.140	18.834	694	4%
Em baixa tensão	4.898.676	5.016.875	5.143.871	5.273.278	5.396.369	123.091	2%
Consumo de Electricidade (GWh) (**)	27.356	28.638	30.308	32.208	34.088	1.881	6%
Iluminação e outros usos	13.540	14.217	15.216	16.485	17.658	1.173	7%
Domésticos	7.841	8.065	8.317	8.987	9.678	691	8%
Não domésticos	5.699	6.152	6.899	7.498	7.981	483	6%
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	1.187	1.243	1.366	1.529	1.632	103	7%
Cozinha e aquecimento	12	12	14	8	8	0	2%
Usos industriais	10.983	11.424	11.904	12.207	12.741	534	4%
Usos agrícolas	514	546	607	667	679	11	2%
Tracção	320	336	316	364	360	-4	-1%
Iluminação pública	800	860	884	946	1.010	63	7%

(*) Inclui clientes de Muito Alta Tensão. Em 2000 inclui 9 clientes do SENV que continuam a ser fornecidos pelo Grupo EDP
(**) Inclui consumos próprios da EDP Distribuição e fornecimentos para consumo das outras empresas do Grupo

SENV (EDP)	2000
Número de clientes	9
AT	1
MT	8
Consumo de electricidade (GWh)	85
Iluminação e outros usos (Não domésticos)	14
Usos industriais	71

Resumo dos Centros Produtores

A – Centrais Hídricas	Curso de Água	Entrada em Serviço	Tipo de Aproveitamento	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Alto Lindoso	Lima	1992	albufeira	2	630
Touvedo	Lima	1993	albufeira	1	22
Alto Rabagão	Rabagão	1964	albufeira	2	68
Venda Nova	Rabagão	1951	albufeira	3	90
Paradela	Cávado	1956	albufeira	1	54
Salamonde	Cávado	1953	albufeira	2	42
Vilarinho das Furnas	Homem	1972/1987	albufeira	2	125
Caniçada	Cávado	1954	albufeira	2	62
Cávado-Lima				15	1.093
Miranda	Douro	1960/1995	fio de água	4	369
Picote	Douro	1958	fio de água	3	195
Bemposta	Douro	1964	fio de água	3	240
Pocinho	Douro	1983	fio de água	3	186
Valeira	Douro	1976	fio de água	3	240
Vilar-Tabuaço	Távora	1965	albufeira	2	58
Régua	Douro	1973	fio de água	3	180
Carrapatelo	Douro	1971	fio de água	3	201
Torrão	Tâmega	1988	albufeira	2	140
Crestuma-Lever	Douro	1985	fio de água	3	117
Douro				29	1.926
Caldeirão	Caldeirão	1994	albufeira	1	40
Aguieira	Mondego	1981	albufeira	3	336
Raiva	Mondego	1982	albufeira	2	24
Cabril	Zêzere	1954	albufeira	2	108
Bouçã	Zêzere	1955	albufeira	2	44
Castelo do Bode	Zêzere	1951	albufeira	3	159
Pracana	Ocreza	1993	albufeira	3	41
Fratel	Tejo	1974	fio de água	3	132
Tejo-Mondego				19	884
Albufeiras				35	2.123
Fios de Água				28	1.983
Total do Parque				63	3.903



B – Centrais Térmicas	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Tapada do Outeiro	Gondomar	1959	Fuelóleo	1	47
Carregado (1)	Alenquer	1968	Fuel/Gás Natural	6	710
Barreiro	Barreiro	1978	Fuelóleo	2	56
Setúbal	Setúbal	1979	Fuelóleo	4	946
Sines	Sines	1985	Carvão	4	1.192
Alto de Mira	Amadora	1975	Gasóleo	6	132
Tunes	Silves	1973/1982	Gasóleo	4	197
Total do Parque				27	3.281

(1) O funcionamento a fuelóleo/gás natural em 2 grupos ficou disponível a partir de Outubro de 1997

C – PARQUES EÓLICOS	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Fonte da Mesa	Resende/Lamego	1997	N.A .	17	10
Pena Suar	Amarante/Vila Real	1998	N.A .	20	10
Cabeço da Rainha	Oleiros/Sertã	2000	N.A .	17	10
Total do Parque				54	30

D – CENTRAIS DE BIOMASSA	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Central de Resíduos Florestais de Mortágua	Mortágua	1999	Resíduos Florestais	1	9
Total do Parque				1	9

E – CENTRAIS DE COGERAÇÃO	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
SOPORGEN	Lavos – Figueira da Foz	2000	Gás Natural	2	67
ENERGIN	Póvoa de St. Iria – V. F. Xira	Nov 2001	Gás Natural	1	45
CARRIÇO	Carriço – Pombal	Nov 2001	Gás Natural	1	30
Total do Parque				4	142

F – Embebidas (SENV)	Curso de Água	Entrada em Serviço	Tipo de Aproveitamento	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
France	Coura	1974	Fio de Água	1	7,0
Lindoso	Lima	1922	Fio de Água	2	17,5
Penide I e II	Cávado	1951	Fio de Água	2	4,8
Guilhofrei	Ave	1939	Albufeira	2	4,6
Ermal	Ave	1947	Fio água c/reg	2	10,8
Ponte da Esperança	Ave	1942	Fio água c/reg	1	2,8
Senhora do Porto	Ave	1945	Fio água c/reg	2	8,8
Cefra	Ouro	1996	Fio de Água	2	1,5
Chocalho	Varosa	1934	Albufeira	3	24,7
Freigil	Cabrum	1926	Fio de Água	1	4,6
Aregos	Cabrum	1958	Fio de Água	2	3,2
Total HDN				20	90,3
Sabugueiro I	Rib. Caniça	1947	Albufeira	3	13,2
Sabugueiro II	Rib. Covão Urso	1993	Albufeira	1	10,0
Desterro	Alva	1959	Fio água c/reg	2	14,0
Ponte de Jugais	Alva	1923	Fio água c/reg	2	19,3
Vila Cova	Alva	1937	Fio água c/reg	3	11,8
Santa Luzia	Unhais	1943	Albufeira	4	23,2
Riba-Côa	Côa	1906	Fio de Água	1	0,1
Pateiro	Mondego	1938	Fio de Água	2	0,5
Ribafeita	Vouga	1955	Fio de Água	2	0,9
Drizes	Vouga	1917	Fio de Água	2	0,1
Pisões	Dinha	1927	Fio de Água	2	0,1
Figueiral	Carvalhinho	1955	Fio de Água	1	0,2
Rei de Moinhos	Alva	1993	Fio de Água	1	0,7
Ermida	Rib. S. João	1943	Fio de Água	2	0,4
Total Hidrocenel				28	4,5
Belver	Tejo	1951	Fio de Água	6	80,7
Póvoa	Rib. Nisa	1927	Albufeira	1	0,7
Bruceira	Rib. Nisa	1928	Albufeira	1	1,6
Velada	Rib. Nisa	1935	Albufeira	1	1,9
Caldeirão	Almonda	1927	Fio de Água	2	0,2
Total EDP Energia				11	85,1
Total do Parque				59	269,9



Resumo da Rede de Distribuição

Rede de Distribuição Resumo das instalações e equipamentos em serviço em 31 de Dezembro					
	1996	1997	1998	1999	2000
Subestações					
Nº de Subestações	339	348	359	365	368
Nº de Transformadores	618	631	642	645	657
Potência Instalada (MVA)	12.074	12.405	12.690	12.752	12.962
Linhas (incluindo ramais em km)					
Aéreas					
AT (60/130 kV)	6.413	6.528	6.613	6.717	6.885
MT (<6/10/15/30/40 kV)	47.520	48.267	48.738	49.516	50.140
Cabos Subterrâneos					
AT (60/130 kV)	307	325	358	357	356
MT (<6/10/15/30/40 kV)	8.539	8.895	9.325	9.778	10.058
Postos de Transformação					
Unidades	41.871	43.266	44.620	46.134	47.060
Potência Instalada (MVA)	10.677	11.155	11.664	12.169	12.454
Redes BT (km)					
Aéreas	86.905	88.408	90.344	92.020	93.507
Subterrâneas	19.483	20.534	21.731	22.894	23.532
Contadores (unidades)					
AT+MT	4.943.652	5.078.750	5.214.777	5.366.479	5.609.940
BT+BTE	18.382	19.383	20.695	21.778	22.460
BT+BTE	4.925.270	5.059.367	5.194.082	5.344.701	5.587.480

Participadas Internacionais

Investimento Acumulado

INTERNACIONALIZAÇÃO – Investimento Acumulado						
Empresa	% EDP no capital		País	Data	Actividade	mil contos
Escelsa	38,21%	(a)	Brasil	1999	Distribuição Electricidade	102.300
Bandeirante	53,97%		Brasil	1998 + 2000	Distribuição Electricidade	124.988
CERJ	19,15%	(b)	Brasil	1996	Distribuição Electricidade	26.700
Lajeado	10,57%		Brasil	desde 1998	Produção de Electricidade	9.171
FAFEN	80,00%		Brasil	2000	Cogeração (electricidade e vapor)	873
Total Brasil						264.032
EEGSA	16,96%		Guatemala	desde 1998	Distribuição Electricidade	13.068
Redal	29,00%		Marrocos	1998	Distribuição de Electricidade, Água e Saneamento	722
CEM	22,00%		Macau	1990 + 1999	Produção e Distribuição Electricidade	15.554
Electra	30,60%		Cabo Verde	1999	Produção e Distribuição Electricidade, Água e Saneamento	5.456
ESSEL	25,50%		Chile	2000	Distribuição Água e Saneamento	14.000
Total Outros Mercados						48.800
Total Internacionalização						312.832

(a) Esta participação na Escelsa resulta do facto da EDP deter 73,12% do capital da sociedade Iven AS, a qual é detentora de 52,27% do capital da Escelsa. A Escelsa, por sua vez, controla 65,2% do capital da Enersul, empresa esta também distribuidora de electricidade no Brasil. Desta forma, a EDP detém uma participação indirecta de 24,9% no capital da Enersul
(b) A CERJ detém 20,61% do capital de outra empresa brasileira distribuidora de Electricidade – a COELCE. Desta forma a EDP detém, uma participação indirecta, via CERJ, de 3,95% no capital da COELCE



Indicadores Operacionais e Financeiros

	PARTICIPADAS INTERNACIONAIS (Dados de 2000)								
	Indicadores Operacionais						Indicadores Financeiros		
	Vendas		Nº Clientes	Nº Trabalh.	Potência Instalada (MW)	Produção (GWh)	(em milhares de contos)		
	Energia (GWh)	Água (Milhões m3)					Activo	Res. Oper.	Res.Liq.
Brasil									
Distribuição de Electricidade									
Bandeirante	24.888	-	2.168.525	2.764	-	-	290.818	30.878	5.554
Escelsa	6.780	-	865.194	1.505	-	-	236.499	3.009	414
Enersul	2.836	-	541.093	1.022	-	-	110.493	4.281	1.297
CERJ	7.656	-	1.581.001	1.402	-	-	251.447	9.900	530
Coelce	5.874	-	1.795.800	1.592	-	-	208.140	18.142	9.265
Produção de Electricidade									
Lajeado (Investco)	-	-	-	-	850	4.468*	-	-	-
Total Brasil	48.034		6.951.613	8.285	850	4.468	1.097.397	66.210	17.060
Macau									
Produção e Distribuição									
Electricidade									
CEM	1.570	-	182.623	748	352	1.408*	83.945	11.734	10.739
Guatemala									
Distribuição de Electricidade									
EEGSA	3.148	-	609.353	486	-	-	140.975	13.387	3.502
Cabo Verde									
Produção e Distribuição									
Electricidade, Água e									
Saneamento									
Electra	96	2	47.149	686	-	-	9.418	-958	-735
Marrocos									
Distribuição de Electricidade,									
Água e Saneamento									
Redal	917	64	291.293	2.073	-	-	46.073	n.d.	-79
Chile									
Distribuição Água e									
Saneamento									
Essel	-	34.552	142.943	246	-	-	22.210	633	781
Total Outros Mercados	5.731	34.618	1.273.361	4.239	352	1.408	302.621	24.796	14.207
Total Participadas Internacionais	53.765	34.618	8.224.974	12.524	1.202	5.876	1.400.018	91.007	31.267

Nota: todos os dados consideram o valor total para cada uma das empresas, independentemente da % participação da EDP
* Produção Anual Garantida

Ficha Técnica

Edição EDP • Electricidade de Portugal, S.A.
Gabinete de Comunicação e Imagem
Avenida José Malhoa, Lote A, 13
1070-157 Lisboa

Produção Gráfica • Plinfo Informação Lda.
Avenida de Berna, 13, 5º Esq.º
1050 Lisboa
Tel. 21 793 62 65 Fax 21 794 20 74
E-mail plinfo@mail.telepac.pt

Design • ?????????

Tiragem •

ISSN •

Depósito Legal n.º •

